

Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

**Portugal,
Guerra Colonial e Ação Psicológica (1965-1973):
Perspectiva Histórica**

Tese para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Armindo José Raminhos Queimado

Sob a Orientação de
Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

Évora, 2012

Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

***Portugal,
Guerra Colonial e Ação Psicológica (1965-1973):
Perspetiva Histórica***

Tese para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Armindo José Raminhos Queimado

Sob a Orientação de
Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

Évora, 2012

RESUMO

A guerra colonial portuguesa que decorreu em três teatros de operações colocou as Forças Armadas Portuguesas em oposição aos Movimentos Emancipalistas que emergiram nas colónias portuguesas, com o objetivo de as tornar independentes. Trata-se essencialmente de uma guerra subversiva onde a “*conquista da população*” era mais importante que o controlo do terreno.

Tomando como base os Relatórios Periódicos de Ação Psicológica esta tese analisa a evolução da perceção das Forças Armadas Portuguesas, em particular do Exército Português, sobre a visão e comportamento da população civil - tanto da Metropolitana, como das populações de origem europeia e africana que residiam nas colónias -, bem como da visão e comportamento dos meios militares em relação à guerra colonial.

Palavras-chave: Ação Psicologia; População; Guerra Colonial; Militares

Abstract

Portugal, Colonial War and Psychological Action (1965 – 19673): Historical Perspective

The Portuguese colonial war, which took place in three theatres of operation, put the Portuguese Armed Forces Movement in opposition to the Liberation Movements that emerged in the Portuguese colonies, in order to make them independents. It is essentially a subversive war, where the "*conquest of the population*" was more important than the control of land.

Based on the Periodic Reports of Psychological Action, this thesis examines the evolution of the perception of the Portuguese Armed Forces, particularly the Portuguese Army, about the vision and behaviour of the civilian population – not only the Metropolitan, but also the populations of European and African origin residing in the colonies -, as well as the vision and behaviour of military means in relation to the colonial war.

Keywords: Psychological Action; Population, Colonial War; Military

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Helder Adegar Fonseca a disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, pela ajuda na definição do objeto de estudo, pelos oportunos esclarecimentos, opiniões e sugestões, pela indicação de alguma bibliografia relevante para o tema em análise, pelos conselhos e apoio que sempre me deu e pela forma como sempre me incentivou para conseguir terminar este trabalho.

Também, uma palavra de agradecimento aos militares do Arquivo Geral do Exército, em especial, ao Sargento-Chefe Ricardo Jorge Abrantes Correia, pela ajuda e colaboração que me prestou na procura das fontes que são a base da investigação.

Por fim, quero agradecer à minha esposa e ao meu filho, Célia e João Pedro, a forma com sempre me incentivaram para não desistir e a compreensão que demonstraram com a minha menor atenção para as questões familiares que um trabalho desta natureza causa.

ÍNDICE

Resumo	3
Abstract	3
Agradecimentos	4
Introdução	6
Capítulo I - A Sociedade “Metropolitana” e a Guerra Colonial	14
1. A sociedade “metropolitana” nos anos da guerra colonial	14
1.1. A Guerra Colonial e o Recrutamento Militar	18
1.2. A Guerra Colonial e a Emigração	20
1.3. O embarque dos militares para a Guerra Colonial	22
1.4. As deserções nas Forças Armadas Portuguesas	23
1.5. Militares mortos, feridos e mutilados da guerra colonial	25
1.6. A guerra colonial e os Movimentos Estudantis	27
1.7. Os custos financeiros da guerra colonial	29
2. População metropolitana: postura e visão face à guerra colonial	31
3. Militares: postura e visão face à guerra colonial	42
Capítulo II – A visão e o comportamento da população nas colónias	57
1. A População na Guiné	57
1.1 Demografia e Etnografia	57
1.2 População de origem europeia e população autóctone	58
2. A População em Angola	65
2.1 Demografia e Etnografia	65
2.2 População de origem europeia	67
2.3 População autóctone	73
3. A População em Moçambique	77
3.1 Demografia e Etnografia	77
3.2 População de origem europeia	79
3.3 População autóctone	83
Conclusão	91
Fontes e Bibliografia	97

INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial intensifica-se no Mundo, principalmente no Continente Africano, a ideia de que o Colonialismo estava perto do fim e que o domínio dos países europeus sobre as colónias que conservaram sobre a sua soberania estava a terminar. A partir de 1945 propagou-se por todas as colónias um sentimento de independência.

As independências emergiram primeiro no Oriente, onde a União Indiana teve um papel preponderante na sua execução, de seguida no Mundo Árabe e só depois no Continente Africano.

Em África a resistência anticolonial iniciou-se na zona islâmica, com a independência do Egipto em 1952, com a independência do Sudão, Marrocos e Tunísia em 1956, e principalmente com a luta de libertação da Argélia que decorreu de 1954 a 1962.

A luta pela independência das colónias estendeu-se à África Subsariana. Primeiro, ocorreu nas colónias que se encontravam sob o domínio britânico, posteriormente nas colónias situadas na zona ocidental que eram ocupadas pelos franceses, seguidamente, a luta pela emancipação estendeu-se ao Congo Belga e aos territórios britânicos da África central e oriental.

No entanto, esta “onda” de descolonização, esbarrou com a posição política portuguesa em relação às colónias que estavam sobre o domínio do Estado Português. Portugal que na altura era governado através de um sistema autoritário, representado na pessoa de Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, continuou a defender a conservação dos seus espaços ultramarinos e considerava os mesmos como parte integrante da nação portuguesa. Baseando-se neste argumento, o Estado Português não aceitou o princípio de que as suas colónias situadas na Ásia e em África se tornassem independentes.

As posições integracionistas do Estado Português, defendidas pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a recusa da negociação quer com os ativistas africanos, quer euroafricanos, aliadas a uma conjuntura internacional que lhe era desfavorável, não permitiram outra alternativa aos Movimentos Emancipalistas que entretanto tinham surgido, que não o recurso às armas para reivindicar a independência dos territórios que estava sobre o domínio do Estado Português.

A guerra colonial teve o seu início em Angola, em Fevereiro e Março de 1961 através de ações violentas levadas a cabo pelo MPLA e UPA. Na Guiné, em Janeiro de 1963, quando o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) iniciou as operações militares contra as autoridades portuguesas. Em Moçambique, a

partir do mês de Setembro de 1964, quando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) iniciou as ações armadas contra as forças portuguesas. Portugal manteve ao longo de treze anos uma guerra nestes três teatros de operações situados a milhares de quilómetros da Metrópole.

O tipo de guerra que os militares portugueses enfrentaram no Continente Africano não se focalizou na conquista do terreno, característica principal da guerra convencional, mas a sua ação concentrou-se na conquista das populações, característica principal da guerra de subversão e contra subversão.¹ Se, por um lado, os movimentos emancipalistas, através da guerra subversiva, procuravam obter o apoio das populações, condição essencial para conseguir o sucesso dos objetivos que queriam atingir,² do outro lado, os militares portugueses procuraram impedir, através da guerra de contra subversão, que a população se deixasse convencer pela propaganda dos movimentos emancipalistas e procuraram manter o apoio dessa mesma população à causa portuguesa.³

Para conseguir atingir os seus objetivos, sendo que o principal consistia em manter o apoio das populações, aos militares das Forças Armadas Portuguesas (FAP) foram fixadas quatro missões principais: combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares, executando operações defensivas e ofensivas; exercer uma ação psicológica sobre o adversário e, principalmente, sobre a população; realizar uma ação social eficaz para melhorar a receptividade da ação psicológica junto das populações; e por fim tinham, também, como missão dar apoio às autoridades civis, prestando-lhes informações, reforçando a ação da polícia ou atuando em cooperação com ela na manutenção da ordem, garantido o controlo da população.⁴

¹ *“Numa guerra subversiva, a necessidade de obter o apoio da população é primordial, constituindo a conquista da sua opinião o objectivo principal a atingir. Os esforços, quer da subversão quer da luta contra a subversão, serão orientados no sentido de conseguir esse apoio, e o Exército, portanto, paralelamente à sua acção tipicamente militar, terá de ser chamado a colaborar naquela conquista.”* In Ministério do Exército, *“O Exército na Guerra Subversiva – III Acção Psicológica”*, Cap. II, p. 1

² *“A primeira e, talvez a mais importante característica a assinalar é a de que uma guerra subversiva é, essencialmente, um problema de conquista da população ou, por outras palavras, um problema cujo factor fundamental é a população”* In Ministério do Exército, *“O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades”*, Cap. I, p. 19

³ *“... deduz-se que a luta contra a subversão é uma luta pela população e nunca contra a população”*, In Ministério do Exército, *“O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades”*, Cap. II, p. 2

⁴ Ministério do Exército, *“O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades”*, Cap. II, p. 22

Progressivamente as missões mais importantes desenvolvidas pelos militares na luta contra a subversão foram as missões que compreendiam a ação psicológica,⁵ a qual consistia na utilização de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas com o objetivo de influenciar as opiniões, as crenças, os sentimentos e, por conseguinte, influenciar as atitudes e o comportamento das forças amigas, neutras e adversas. A ação psicológica tinha como principais alvos a população em geral, fosse esta considerada amiga, neutra, ou mesmo simpatizante do adversário, mas também os elementos dos movimentos emancipalistas e os próprios militares das FAP.⁶

As Forças Armadas Portuguesas, em particular o Exército Português, reconheceu cedo a necessidade de criar e desenvolver a ação psicológica como uma “*arma*” na guerra colonial. A vulgarmente designada “APSIC” não era vista como o único mecanismo de resolução do conflito, mas considerava-se imprescindível para o ajudar a resolver, ou seja, para ter o êxito desejado na guerra, entendia-se como necessário que a população estivesse ao lado das FAP. Apesar dos comandos militares do Exército considerarem importante a conquista e adesão das populações desde o início da guerra, só no ano de 1964, já com a guerra a decorrer nos três teatros de operações, é que surgiram as primeiras circulares e diretivas publicadas pelo Exército Português que fixaram a forma de atuar dos militares relativamente à ação psicológica na guerra colonial, sendo que os primeiros relatórios periódicos de ação psicológica só surgiram no início de 1965.

Em Maio de 1964 as chefias militares do Exército procuraram, através da circular nº 1582, estabelecer as normas para a estruturação e o desenvolvimento da ação psicológica no Exército. A publicação da “*Directiva Inicial de Acção Psicológica*” em 14 de Maio desse mesmo ano, pela Segunda Repartição do Estado-Maior do Exército, demonstrava a importância que a ação psicológica tinha não só na análise da guerra em que o Exército estava envolvido no Continente Africano, mas também, na análise das ações que eram desenvolvidas pelos “*inimigos da nação*” na Metrópole: “a) *Há mais de três anos a esta parte que vem desenvolvendo uma agressiva campanha contra Portugal, realizada não só através de acções militares activas no Ultramar, como através da acção de desagregação interna sobre as populações do Mundo Português. b) Esta ofensiva desenvolve-se de acordo com os princípios clássicos da guerra revolucionária, procurando o inimigo sempre conseguir por afundimento psicológico aquilo que não tenha alcançado por outros meios. c) Nestes termos o País*

⁵ “É hoje, na generalidade reconhecido, por comandos e tropas combatentes, que a acção psicológica é uma actividade complementar da acção armada, verdadeiramente indispensável.”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1969), Confidencial, p. 19

⁶ Ministério do Exército, “*O Exército na Guerra Subversiva – III Acção Psicológica*”, Cap. I, p. 1

*sofre hoje, essencialmente, os efeitos de uma guerra psicológica, cujo objectivo principal é corroer as forças morais da Nação e subverter as suas estruturas tradicionais, de forma a conduzir à agitação, à desordem, ao caos e, conseqüentemente, ao abandono precipitado de um certo número de princípios e à abdicação imediata dos nossos direitos e dos nossos deveres. D) Dento desse acção geral assume logicamente uma importância muito excepcional a neutralização das instituições militares. Sendo dever do Exército defender a integridade moral da Nação, ele foi, naturalmente, eleito o alvo principal dessa propaganda inimiga cujos efeitos constantemente verificamos: multiplicam-se os boatos difames e desmoralizantes, que alastram como epidemias; distribuem-se panfletos e jornais incitando a indisciplina e à deserção; (...) E, paralelamente a esta acção directa sobre as forças militares, o inimigo procura cavar um fosso entre a população e o Exército, criando uma opinião pública desfavorável a este, através do desprestígio dos seus quadros e dos menosprezo das suas acções. e) Procurando criar as condições mínimas necessárias à realização de uma Acção Psicológica no Exército, o EME tem vindo a realizar uma série de medidas pertinentes. Assim, não existindo entre nós doutrina oficial sobre o assunto, foi necessário definir um certo número de técnicas e de princípios considerados essenciais ao estabelecimento de uma unidade de doutrina”.*⁷

A Directiva Inicial de Acção Psicológica para além de atribuir à Segunda Repartição do Estado-Maior do Exército a responsabilidade de estudar, dirigir, impulsionar e coordenar a acção psicológica entre os escalões de comando do Exército, também, determinou as regras que deviam ser seguidas na elaboração dos Relatórios de Acção Psicológica e qual a sua periodicidade.⁸

Foi criado na Segunda Repartição do Estado Maior do Exército um órgão destinado a planear e conduzir todas as atividades relacionadas com a acção psicológica desenvolvidas no Exército. Surgiu assim, a Secção de Acção Psicológica, órgão que procurou estabelecer uma unidade de doutrina e convergência de esforços para que os soldados portugueses, além da preparação técnica e física tivessem, também, uma preparação moral, que os mentalizasse para o tipo de guerra que iriam enfrentar nas colónias portuguesas. O primeiro Relatório Periódico de Acção Psicológica que abrangeu o primeiro trimestre do ano de 1965 foi divulgado pela Secção de Acção Psicológica da 2ª Repartição do EME em Abril de 1965.

Foi através destes relatórios que os militares procuraram compreender, estudar, analisar e divulgar a forma como a acção psicológica foi progredindo não só no interior das Forças Armadas, mas também na sociedade civil durante o período temporal que a

⁷ EME, 2ª Repartição, Directiva Inicial de Acção Psicológica

⁸ EME, 2ª Repartição, Directiva Inicial de Acção Psicológica

guerra colonial perdurou. Desta forma, os militares procuraram observar através dos referidos relatórios, não só, como é que eles próprios estavam a comportar-se perante a guerra colonial, mas ao mesmo tempo saber como a população via e se comportava perante o desenvolvimento da guerra colonial.

Utilizando como fontes primárias os relatórios periódicos de ação psicológica, este trabalho pretende mostrar como foi tratado e observado o tema da Ação Psicológica “APsic” nas Forças Armadas Portuguesas e, em particular no Exército Português durante a guerra colonial.

A investigação sobre a evolução do comportamento das populações face à guerra colonial não é uma questão explorada na prolixa literatura de guerra e nem na historiografia portuguesa. Não existem muitos estudos sobre este tema e nos poucos estudos em que o mesmo é aflorado o tópico não ocupa uma posição central.

João José Brandão Ferreira, em 2009, refere que as autoridades civis e militares portuguesas coordenaram e desenvolveram em Angola, Moçambique e na Guiné uma grande atividade, tanto a nível psicológico como a nível social sobre as populações. A explicação para a utilização deste tipo de ações era simples, pois no tipo de guerra que os portugueses enfrentavam, as ações psicológicas e a ação social eram tão ou mais importantes que as operações militares.⁹

O Exército Português não estava preparado para enfrentar a guerra subversiva e tudo o que se tinha aprendido com as ações guerrilheiras que se desenvolveram durante as invasões francesas já estava esquecido. No entanto, a análise das recentes experiências francesas e inglesas, permitiu ao Exército Português estudar e observar o que se estava a passar com as guerras que esses dois países estavam a enfrentar. A observação desta nova forma de fazer a guerra permitiu ao Exército Português criar estruturas e doutrinas para enfrentar este novo tipo de conflito. A doutrina sobre a ação psicológica passou a ser transmitida aos soldados portugueses, para que estes soubessem como proceder no contacto com as populações.¹⁰

Francisco Miguel G. P. Proença Garcia in “*Análise Global de Uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*”, menciona a importância da ação psicológica que as autoridades portuguesas, tanto militares como civis, desenvolveram no teatro de operações situado na Província de Moçambique. Segundo o autor, o esforço português inspirado nas experiências francesa e britânica, visava não só o desgaste do inimigo pela ação militar direta, mas também através da conquista das “almas” e os “corações” das populações. O apoio das populações era essencial para o resultado final do conflito,

⁹ Ferreira, João José Brandão, “*Em Nome da Pátria, Portugal, o Ultramar e a guerra justa*”, p. 388

¹⁰ Ferreira, João José Brandão, “*Em Nome da Pátria, Portugal, o Ultramar e a guerra justa*”, p. 389

pelo que era essencial fomentar uma ação social que elevasse o nível de vida das populações, satisfazendo as suas necessidades mais prementes.¹¹

Tanto as Forças Armadas Portuguesas, como os movimentos emancipalistas utilizaram a ação psicológica como uma “arma”. Em 1964, com o início da guerra em Moçambique, a ação psicossocial procurou a adesão total das populações à causa portuguesa, tendo sido visitadas populações que há mais de quarenta anos não tinham contacto com os europeus.¹² Em 1965, o Comando-Chefe em Moçambique registava um progresso no empenho da FRELIMO na luta pelos “corações” associado ao melhor conhecimento do meio, das populações e do seu dialeto.

Segundo Jonh P. Cann, o Exército Português abandonou a tradicional doutrina que dividia a guerra subversiva e a guerra contra subversiva em cinco fases (I Fase Preparatória; II Fase de agitação; III Fase de terrorismo e ação de guerrilha; IV Fase de condição subversiva; V Fase Final) e adotou a teoria das duas fases: a pré-insurreição e a fase da insurreição, abordagem que visou facilitar uma melhor compreensão por parte dos combatentes da forma como se desenvolvia a guerra subversiva. A contra subversão, durante a fase de pré-insurreição, centrava o seu esforço em medidas de prevenção. Na fase da insurreição o esforço desenvolvido pela contra subversão consistia em cativar a população e em destruir os insurretos. Nesta segunda fase, a doutrina portuguesa contemplava atividades no âmbito militar, psicológico, social e político.¹³

Quanto à doutrina ligada ao campo de ação militar, as Forças Armadas Portuguesas, ainda que preparadas para lutar com profissionalismo e dedicação, teriam, também, de estar preparadas para executar esta luta de um modo não tradicional e inovador que evitasse as táticas convencionais, que presumivelmente atingiriam a população e que a afastariam. O contributo militar consistia em diminuir a atividade violenta e em garantir a segurança das populações, para assim, criar as condições necessárias à conquista da sua adesão à causa portuguesa.

No âmbito social, a doutrina militar englobava a relação a estabelecer com as autoridades civis e com as populações, atendendo, também, às mensagens que deveriam chegar ao povo, tanto nas colónias portuguesas como nos países vizinhos. A dimensão social era uma estratégia importante pelo que deveria ser tratada como um ponto essencial em todos os aspetos da contra subversão. A educação, a higiene, a

¹¹ Garcia, Francisco Proença, “Análise Global de Uma Guerra Moçambique 1964-1974”, p. 206

¹² Garcia, Francisco Proença, “Análise Global de Uma Guerra Moçambique 1964-1974”, p. 207

¹³ Cann, John P., “Contra Insurreição em África, 1961-1974, O modo português de fazer a guerra”, p. 79, 80

saúde, a agronomia, a medicina veterinária, a função pública e a indústria foram áreas que, em conjunto com as Forças Armadas Portuguesas, deveriam contribuir para a mobilização nacional em apoio à guerra colonial.

Para John P. Cann, as operações sociais desenvolvidas por Portugal nas colónias no período de guerra provocaram uma evidente elevação da melhoria dos níveis de vida das populações autóctones nos três teatros de operações. Este aspeto contribuiu de forma eficaz para manter o conflito controlado, assegurar a lealdade da população e neutralizar as ações dos movimentos emancipalistas.¹⁴

Num estudo mais recente sobre os *“anos da guerra colonial”*, Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, descreveram a ação psicológica como *“um programa incompleto”*. Na sua perspetiva a ação psicológica era desenvolvida pelas Forças Armadas e, em especial, pelo Exército através de planos de ação psicológica periódicos. As ações previstas nestes planos dirigiam-se aos próprios militares, aos inimigos e às populações, dividindo estas em populações sob o controlo das autoridades portuguesas ou sob o controlo inimigo. Segundo estes autores existiam duas visões diferentes na aplicação da ação psicológica, a do Governo e a dos militares. O Governo e os militares mais esclarecidos nunca acreditaram na ação psicológica dirigida às populações. Na análise às diretivas de ação psicológica do Governo e dos militares confirma-se as diferenças de abordagem que os políticos e os militares tinham sobre a aplicação da ação psicológica sobre as populações. Para o Governo os inimigos da Nação eram os partidos e as organizações políticas da oposição em Portugal, em especial o Partido Comunista Português. As populações africanas que tanta atenção despertava aos militares responsáveis pela ação psicológica em Angola, Moçambique e Guiné eram o menor dos problemas dos políticos da Metrópole, para estes, o problema era a sobrevivência do regime e deles próprios.¹⁵

Na recente *“História de Portugal”* coordenada por Rui Ramos, este último considera que a guerra colonial *“foi o maior esforço militar de um país ocidental desde 1965”*. Segundo Rui Ramos, as *“guerrilhas”* tiveram um *“reduzido impacto”* no desenrolar da guerra, o que se justificou com o aumento verificado na população de origem europeia em África. Para o autor a população pouco foi importunada *“por uma guerra que se manteve sempre de baixa intensidade”*, que *“não foi demasiado cara”* e *“pouco mortífera”* e, *“talvez por isso, o recrutamento nunca foi um problema”*. Rui Ramos

¹⁴ Cann, John P., *“Contra Insurreição em África 1961-1974 O modo Português de fazer a Guerra”*, p. 221

¹⁵ Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *“Os Anos da Guerra Colonial 1961-1973”*, p. 627 a 629

refere que a “*sociedade rural forneceu soldados obedientes e acolheu, com agrado, os seus prós*”. Para o autor a “*guerra foi aceite*” pela população.¹⁶

A dissertação baseia-se na análise dos Relatórios Periódicos de Ação Psicológica elaborados pela Segunda Repartição do Estado-Maior do Exército. Como fontes complementares para a investigação serão utilizados os Relatórios Periódicos de Contra Subversão elaborados, também, pela mesma Repartição e encontrando-se no Arquivo Geral do Exército, em Lisboa.

O trabalho é constituído pela introdução, por dois capítulos e conclusão. O primeiro, capítulo no seu início, descreve a visão que os militares tinham da sociedade metropolitana dos anos sessenta e dos acontecimentos ligados à guerra que transformaram a sociedade da época. Seguidamente descreve o ponto de vista dos militares sobre o comportamento da população metropolitana em relação à guerra e, por fim, a visão que os militares tinham do seu próprio comportamento.

O segundo capítulo descreve a opinião dos militares em relação à atitude das populações ultramarinas nos três teatros de operações onde decorreu a guerra colonial. Na análise das populações ultramarinas o estudo abrange apenas o período de 1965 até 1971, data em que foram recebidos os últimos relatórios de ação psicológica da Região Militar de Angola e Região Militar de Moçambique na Segunda Repartição do EME, facto que se deve à alteração das estruturas da ação psicológica do Exército. A ação psicológica passou a fazer parte da Quinta Repartição de Estado-Maior dos Quartéis Gerais das Províncias Ultramarinas, o que contribuiu para que os relatórios deixassem de ser enviados para a Segunda Repartição do EME.¹⁷

¹⁶ Ramos, Rui; Sousa, Bernardo Vasconcelos de; Monteiro, Nuno Gonçalo, “*História de Portugal*”, p. 680, 684 e 685

¹⁷ “*Por despacho de S. Ex^a o Ministro do Exército de 10FEV69 foram criadas Repartições de Acção Psicológica (5^a Rep) em Angola, Moçambique e Guiné, em substituição das Sec que existiam nos QG.*”, In Estado-Maior do Exército, 2^a Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1969), Confidencial, p. 2

Capítulo I - A Sociedade “Metropolitana” e a Guerra Colonial

1. A sociedade “metropolitana” nos anos da guerra colonial

Em 1964, o sociólogo Adérito Sedas Nunes apresentou a sociedade portuguesa metropolitana como uma sociedade dualista.¹⁸ Cruzando indicadores regionais de natureza económica e social, Sedas Nunes, verificou que o País se dividia em duas sociedades com características bastante diferentes entre si: por um lado, uma sociedade moderna em emergência, que se circunscrevia, quase na sua totalidade, às regiões urbanas de Lisboa e do Porto e a algumas pequenas “ilhas” distribuídas pelo País;¹⁹ por outro lado, o restante espaço metropolitano, caracterizado por uma sociedade tradicional que se encontrava ligada ao passado, ao mundo rural e às suas tradições. A sociedade moderna estava associada ao desenvolvimento dos sectores secundário e terciário que se encontravam em franca expansão, e a um conjunto de elementos da “civilização moderna”, em contraste, a sociedade tradicional estava ligada à agricultura, que se encontrava numa posição “estagnante” e a um modo de vida que a rotulou de “civilização tradicional”.²⁰ O autor acentua ainda a interação existente entre aqueles dois espaços sociais, considerando mesmo que a componente moderna da sociedade portuguesa estava a “sugar” os recursos económicos e sociais da sociedade tradicional.²¹ O autor assinalou também a crescente abertura da “Sociedade Moderna” ao mundo exterior, nomeadamente na área cultural, económica e social, e a forma como esta abertura contagiou, principalmente, as camadas mais jovens e as gerações de maturidade jovem da sociedade portuguesa.²²

Todavia neste texto seminal sobre a representação da sociedade metropolitana portuguesa, Sedas Nunes omite duas questões muito importantes que condicionavam a sociedade metropolitana nos anos sessenta do século XX. A primeira questão liga-se às instituições políticas e às condições de cidadania. A segunda está ligada à “questão colonial” e a todas as transformações que a guerra colonial provocou na sociedade metropolitana portuguesa. As restrições que eram impostas pelo Estado Novo não permitiram que estes dois temas fossem objeto de análise num estudo que tinha um carácter institucional, como o próprio autor mais tarde assinalou: “Não abordou, é

¹⁸ Nunes, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, In *Análise Social*, Vol. II, nº 7-8, 1964, p. 407

¹⁹ Nunes, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, In *Análise Social*, Vol. II, nº 7-8, 1964, p. 416, 417

²⁰ Nunes, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, In *Análise Social*, Vol. II, nº 7-8, 1964, p. 409

²¹ Nunes, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, In *Análise Social*, Vol. II, nº 7-8, 1964, p. 427

²² Nunes, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, In *Análise Social*, Vol. II, nº 7-8, 1964, p. 431

certo, nem o problema do Regime nem o problema colonial. Se o tivesse feito, ter-se-ia desde logo condenado à extinção [do GIS]. Preferiu sobreviver”.²³

Se Sedas Nunes tivesse abordado o “*problema do Regime*” possivelmente evocaria a natureza autoritária do mesmo, definindo assim uma arena política com duas marcas essenciais: um espaço político “sistémico” aberto às instituições políticas da ditadura que governavam o País, e um espaço político “anti sistémico” representado pelas “*oposições*”.

No espaço político sistémico destacavam-se as mudanças que a Constituição de 1933 consagrou. O Presidente do Conselho com um papel central no Regime, o Presidente da República, cargo ocupado sempre por um militar, a Assembleia Nacional “*ocupada*” pela União Nacional (criada em 1930 como um “*anti-partido*” que se destinava a agregar as forças civis que apoiavam o Regime), os Tribunais, a censura e a polícia política foram as instituições do sistema político do Estado Novo que proclamaram Portugal como uma “*República unitária e corporativa*”.²⁴

No espaço político anti sistémico as oposições surgiram com o próprio Regime, quer na sua fase da Ditadura Militar, quer do Estado Novo propriamente dito. No plano internacional, no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, verificou-se que, o crescimento da luta armada para pôr fim ao colonialismo no continente asiático e africano, a vitória de Fidel Castro em Cuba e a forma contagiante como o castrismo e o guevarismo se propagou nos movimentos de guerrilha na América Latina, bem como, os novos movimentos culturais de raiz contestatória que surgiram nos EUA e na Europa Ocidental provocaram um “*caldo ideológico e cultural*” contra as políticas colonialistas seguidas pelo regime salazarista. No plano interno, a oposição ao regime deslocou o seu centro de gravidade para a esquerda. O republicanismo liberal deu lugar à Ação Socialista Portuguesa, que surgiu como a principal força de oposição não comunista ao regime salazarista. No entanto foi no campo comunista que se verificaram as maiores convulsões, com o aparecimento do Comité Marxista Leninista Português e da Frente de Ação Popular, cujas ideologias se encontram ligadas ao Partido Comunista Chinês, em dissidência com o Partido Comunista Português.²⁵ Na ampliação das oposições ao regime ocorridas nos anos sessenta, pode destacar-se a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), uma força autónoma, que se caracterizava a sua ação armada direta e sem grandes preocupações de enquadramento doutrinário (assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz).

²³ Nunes, Adérito Sedas, “*Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal*”, In *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 100, 1988, p. 25

²⁴ Pinto, António Costa, “*Portugal Contemporâneo*”, p. 25

²⁵ Rosas, Fernando, “*História de Portugal, Volume VII, O Estado Novo (1926-1974)*”, p. 542

Também o Catolicismo progressista apareceu como uma força de oposição ao regime, sobretudo, após a “*carta aberta*” do Bispo do Porto a Salazar em Julho de 1958: esta oposição centraliza, numa primeira fase, a sua luta contra o regime na denúncia dos métodos da PIDE e nas injustiças sociais, virando, numa segunda fase, os seus protestos contra a guerra colonial.²⁶

No ano de 1967, o Exército Português estava preocupado com as atividades que eram desenvolvidas pelas organizações clandestinas, tanto dentro como fora do País, a quais poderiam afetar a segurança interna metropolitana, bem como, pôr em risco as forças militares que combatiam no Ultramar, uma vez que, segundo os militares, existia entre as organizações clandestinas da Metrópole uma estreita e colaborante relação com os movimentos emancipalistas que lutavam pela independência das colónias portuguesas. Num Relatório Suplementar de Informação de meados do referido ano assinalava-se:²⁷

1. que as organizações clandestinas que contestavam o Regime político vigente, e que no seu programa político defendiam a dissolução do Mundo Português, dividiam-se em três grandes grupos de oposição política: o comunista, o socialista e o social-democrata.
2. que a organização comunista estava dividida em duas fações de certa forma rivais entre si: a Comunista pro-russa, representada pelo Partido Comunista Português (PCP), e a Comunista pro-chinesa, representada pelo Comité Marxista Leninista Português (CMLP).
3. que o Partido Comunista Português pretendia desenvolver uma organização revolucionária das massas que atua-se através de ações clandestinas e psicológicas, e que se orientava pelas seguintes linhas de ação: rejeitava a utilização da violência indiscriminada, como método para atingir os seus objetivos (considerava prejudicial a existência de violência antes de se conseguir uma perfeita organização da população); defendia as ações conjuntas e as manifestações de massa para referenciar os futuros dirigentes e construir falsos heróis e mártires que fundamentassem a sua propaganda. O proletariado era a principal classe social sobre a qual procurava exercer a sua influência. Os principais meios de informação que o PCP utilizava para realizar a propaganda escrita clandestina eram o “*Avante*”, “*O Militante*”, “*O Camponês*”, “*O Corticeiro*” e “*A Terra*”. O PCP controlava a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).

²⁶ Rosas, Fernando, “*História de Portugal, Volume VII, O Estado Novo (1926-1974)*”, p. 543

²⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 33*, 25 de Setembro de 1967, (Período de 1 a 31 Agosto de 1967), p. 13 a 15

4. que o Comité Marxista Leninista Português (CMLP) seguia uma linha marxista-leninista pura. Com a sua direção sediada em Paris e os seus dirigentes ligados às Brigadas Internacionais da Guerra de Espanha e aos “*maquis*” em França, o CMLP apoiava a utilização da violência através de assaltos, sabotagens, raptos e admitia mesmo cometer “*alguns assassinatos dentro da linha do terrorismo seletivo*”. Os funcionários e empregados modestos, a média burguesia e os estudantes eram os principais sectores da sociedade em relação aos quais procurava exercer a sua influência, procurando evitar o proletariado. Procurava obter armas e explosivos na Metrópole através de roubos a paióis. Difundia a sua propaganda radiofónica através da “*Rádio Pequim*” e da “*Rádio Tirana*”. A sua informação escrita clandestina era divulgada através do “*Novo Militante*” e o “*Proletário*”. Controlava a Frente de Ação Patriótica (FAP).
5. que a oposição socialista era protagonizada pela Ação Socialista Portuguesa (ASP) que disfrutava de um forte apoio no estrangeiro, especialmente em Itália. Congregava indivíduos que se consideravam “*progressistas*”. Lidava com alguma facilidade com as agências de notícias internacionais, o que lhe permitia difundir as suas ideias no exterior da Metrópole. O “*Portugal Socialista*” e os “*Cadernos Socialistas*” eram os seus principais meios de propaganda clandestina.
6. que a oposição social-democrata concentrava-se em redor do Movimento de Ação Social e Democrática (MASD). Os elementos desta organização encontravam-se ligados às ideias políticas que caracterizavam os primeiros anos da República. A oposição social-democrata era pouco agressiva e conseqüentemente pouco perigosa. Atacava o governo da nação através de exposições escritas, que procurava divulgar no País e no estrangeiro.
7. os militares consideravam que estes grupos de oposição ao regime ditatorial português representavam “*apenas formas gerais*” de oposição. Cada um deles diferenciava-se e multiplicava-se através de inúmeros grupos especializados, ou por grupos circunscritos a um determinado momento, ou a um determinado local.

A “*questão colonial*”, que Sedas Nunes evitou abordar, surgiu no início da década de sessenta e perdurou até ao 25 de Abril de 1974. Esta questão surge, especialmente, devido à insistência do Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, em manter o conflito colonial, não aceitando conceder a independência às colónias ultramarinas portuguesas, enquanto, a nível internacional o que se verificava era precisamente o oposto, ou seja, tinha-se desenvolvido à escala global um movimento anticolonialista, e ao qual a maior parte dos Países europeus aderiu. Esta posição, do Presidente do Conselho, conduziu Portugal para uma guerra em que, perante a conjuntura internacional da época, pareceu encontrar-se “*orgulhosamente só*”.

O início da guerra colonial provocou na sociedade metropolitana portuguesa diversas transformações que, acima de tudo, não eram suscetíveis de ocultação face à sociedade. Estas transformações, de forma mais evidente ou menos evidente, começaram a modificar a sociedade metropolitana portuguesa tanto no plano político-militar, como no plano económico e principalmente no social.

A necessidade de mobilizar um maior número de jovens para as Forças Armadas Portuguesas, o crescente fluxo de emigração legal e clandestina, o embarque dos militares com destino às Províncias Ultramarinas, as deserções nas Forças Armadas Portuguesas, a chegada à Metrópole das urnas com os corpos dos militares e o aumento do número de feridos e de deficientes provocados pela guerra colonial, o aumento da contestação do movimento estudantil contra o regime salazarista e o acréscimo que se verificou na despesa pública devido ao aumento dos custos financeiros com a defesa nacional, são marcas que ficaram registadas nos relatórios de ação psicológica elaborados pelo Exército Português, que, a seguir se analisam com mais detalhe.

1.1. A Guerra Colonial e o Recrutamento Militar

Com o início da guerra colonial intensificou-se a mobilização militar dos jovens portugueses de forma a assegurar o número de efetivos necessários à Instituição Militar para manter o conflito armado no Continente Africano, as Forças Armadas Portuguesas e em particular o Exército foram obrigados a aumentar o número de efetivos militares para conseguir suportar a guerra nos três teatros de operações. Tal mobilização teve repercussões enormes no quotidiano da sociedade portuguesa metropolitana.

O total de efetivos militares mobilizados na Metrópole foram sendo distribuídos pelos três teatros de operações desde 1961 até 1974, e o seu número aumentando à medida que o esforço exigido pela guerra assim o obrigava. Em Março de 1961, quando eclodiu o conflito em Angola, o efetivo militar oriundo da Metrópole presente nesta “província ultramarina” era composto, apenas, por 1500 homens; No final do mesmo ano tal efetivo já atingia os 28 477 militares, a que se juntavam, na Província de Moçambique 8 209 e na Guiné 3 736 militares metropolitanos. Em 1965, já com o decorrer da guerra nos três teatros de operações ultramarinos, os efetivos militares oriundos da Metrópole que se encontravam colocados nos territórios africanos de

expressão portuguesa, atingiam os 69 420 homens, número que em 1973 atingiu os 87 274 homens.²⁸

A necessidade de aumentar o número de efetivos através do recrutamento militar obrigatório provocou a saída de milhares de jovens das suas cidades, vilas ou aldeias. Estes jovens deixaram as suas casas, os seus familiares, as suas esposas ou namoradas, os seus amigos, e muitos deles, o seu emprego, para irem lutar pela defesa dos territórios ultramarinos portugueses localizados no Continente Africano, territórios estes, que as autoridades portuguesas consideravam como sendo um prolongamento da nação portuguesa.

Para fazer face à guerra as Forças Armadas foram obrigadas a convocar para cumprir o serviço militar um maior número de mancebos apurados nas inspeções sanitárias realizadas nas Juntas de Recrutamento. O resultado desta intensificação do recrutamento foi o aumento do número de jovens que não compareciam nas referidas Juntas para a inspeção, procurando, desta forma, evitar participar na guerra colonial. De acordo com os dados de estudo sobre a falta de comparência dos jovens às Juntas de Recrutamento, realizado pela 1ª Repartição do Estado Maior do Exército entre 1961 e 1967 o número de refratários às inspeções aumentou de forma expressiva: no ano de 1961 faltaram às Juntas de Recrutamento 10 672 mancebos (14.17%); em 1962 faltaram 12 409 mancebos (15.64%); em 1963 faltaram 15 223 mancebos (17.82%); em 1964 faltaram 17 712 mancebos (20.36%); em 1965 faltaram 20 008 mancebos (22.25%); em 1966 faltaram 19 133 mancebos (21.86%); em 1967 faltaram 19 296 mancebos (22.42%). Segundo o mesmo estudo, os Distritos de Viana do Castelo, Bragança, Guarda e Funchal eram os Distritos onde se registavam as taxas mais elevadas de ausência de jovens nas “inspeções”.²⁹

Na visão do Exército Português o expressivo aumento dos refratários tinha como principais causas a emigração e a fuga dos mancebos ao serviço militar devido à influência da propaganda subversiva contra a guerra colonial.³⁰

²⁸ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, “Resenha Histórico – Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 1º Volume, Enquadramento Geral”, p. 260

²⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 35, 24 de Novembro de 1967, (Período de 1 a 31 Outubro de 1967), Confidencial, p. 3, 4

³⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 26, 17 de Fevereiro de 1967, (Período de 1 a 31 Janeiro de 1967), Confidencial, p. 13, 14

1.2. A Guerra Colonial e a Emigração

No princípio dos anos sessenta com o despoletar da guerra colonial, os valores registados na emigração sofreram um acentuado acréscimo, provocando transformações visíveis na sociedade metropolitana. Este aumento verificou-se tanto na emigração legal como na emigração clandestina. Uma elevada percentagem da população jovem saiu do país, procurando com esta ação fugir, não só, das dificuldades económicas que subsistiam em determinados sectores da população portuguesa e em determinadas regiões do País, mas também ao recrutamento forçado das Forças Armadas Portuguesas evitando, desta forma, participar na guerra colonial: *“Continua a emigração ilegal, como processo de fuga aos deveres militares”* (1966).³¹ O Exército Português tinha a noção de que a saída dos jovens para o estrangeiro, em especial para França e Alemanha, provocava a falta de mão-de-obra tão necessária ao desenvolvimento da nação e a diminuição do número de jovens mobilizáveis para ingressar nas suas fileiras.³²

No início de 1965, verificou-se um acréscimo do tráfego ilícito de emigrantes portugueses com destino a França e a Alemanha. Em Fevereiro de 1965, as autoridades espanholas aprisionaram 320 cidadãos portugueses que tentaram entrar clandestinamente em Espanha com o intuito de chegarem a França. Este fenómeno aumentou de tal forma, que em determinadas zonas do País o número de ausentes ao recrutamento militar abrangeu os sessenta por cento, como no caso observado na região de Leiria.³³

Outro problema que era apontado pelos militares em relação à emigração clandestina prendia-se com a atividade desenvolvida pelos *“engajadores”* clandestinos que, para obterem mais dinheiro com esta atividade, procuravam aliciar as camadas mais jovens da população portuguesa a sair do País, libertando-as desta forma do cumprimento do serviço militar: *“Continua muito intensa a emigração na área da 2ª RM, especialmente nos distritos de Castelo Branco, Aveiro e Leiria. O problema tem interesse militar, pois, pelo menos na região de Leiria, os engajadores clandestinos, procuram preferencialmente os mancebos de menos de 20 anos, a fim de, facilitando a sua saída*

³¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 17*, 18 de Maio de 1966, (Período de 1 a 30 Abril de 1966), Confidencial, pag.3.

³² “ (...) a falta de mão de obra, criada pela emigração, continua a criar problemas em quase todas as regiões da Metrópole.”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 19*, 21 de Julho de 1966 (Período de 1 a 30 Junho de 1966), Confidencial, p. 2

³³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 6*, 16 de Junho de 1965 (Período de 1 a 31 Maio de 1965), Confidencial, p. 4

*e libertando-os simultaneamente da vida militar, ganharem mais dinheiro no tráfico ilícito”.*³⁴

Nas detenções efetuadas pela Guarda-Fiscal, junto às zonas fronteiriças, de indivíduos que procuravam sair clandestinamente do País, encontrava-se um elevado número de jovens com menos de vinte anos de idade, o que faz supor que estes jovens, para além de procurarem sair do País em busca de melhores condições de vida, também, o faziam com o objetivo de fugir ao recrutamento para as Forças Armadas Portuguesas e, conseqüentemente, fugir da participação na guerra colonial. Por exemplo, no mês de Março de 1967, a Guarda Fiscal capturou cinquenta e dois indivíduos que procuravam sair do País de forma clandestina: entre estes estava um desertor e quinze tinham menos de vinte e um anos de idade.³⁵ No ano seguinte (Setembro de 1968), a Guarda Fiscal deteve por tentativa de emigração ilegal uma mulher e cinquenta e um homens: destes vinte e um indivíduos ainda não tinham idade ou estavam na idade para cumprir o serviço militar e um dos detidos era soldado.³⁶ No mês seguinte, os elementos da Guarda Fiscal detiveram quatro mulheres e quarenta e dois homens por tentativa de emigração clandestina, vinte e oito dos quais encontravam-se em idade de cumprir o serviço militar ou estavam prestes a atingir essa idade.³⁷

À medida que a guerra colonial se prolongava no tempo, o número de jovens detidos por tentativa de emigração ilegal aumentou e aumentou a captura de jovens que ainda não tinham atingido a idade para cumprir o serviço militar ou que estavam na idade de o cumprir. Entre os detidos começaram, também, a surgir soldados que tinham desertado da Forças Armadas e que procuravam sair clandestinamente do país.

Para os militares o problema do aumento da emigração não era apenas o da diminuição do número de jovens disponíveis para o recrutamento militar, mas também, a presença cada vez maior de emigrantes portugueses em Países como na Alemanha Federal e na França, onde eram sujeitos a uma intensa propaganda contra o Regime. No caso francês, as autoridades portuguesas consideravam que o Partido Comunista Português em colaboração com o Partido Comunista Francês desenvolvia uma intensa propaganda de aliciamento junto dos emigrantes o que as preocupava:

³⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 15*, 14 de Março de 1966, (Período de 1 a 28 Fevereiro de 1966), p. 3

³⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 28*, 21 de Abril de 1967 (Período de 1 a 31 Março de 1967), p. 13

³⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 47*, 22 de Novembro de 1968, (Período de 1 a 31 Outubro de 1968), p. 4

³⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 48*, 13 de Dezembro de 1968, (Período de 1 a 30 Novembro de 1968), p. 3

*“...o trabalho subversivo que está a ser levado a efeito em França sobre os trabalhadores portugueses que para aquele País emigram, legal ou ilegalmente, e que, no futuro, serão os melhores arautos do comunismo em Portugal”.*³⁸ Em relação à Alemanha Federal o aliciamento, consideravam os militares, surgia através de emissões na rádio e televisão, em português, originárias da Alemanha Oriental que procuravam seduzir os trabalhadores portugueses que residiam na Alemanha Federal.³⁹

Os militares consideravam preocupantes as ações de aliciamento realizadas no estrangeiro aos emigrantes portugueses pelas organizações políticas *“inimigas”* da Nação, não só pelo contacto direto da sua ação, como pelas feições perigosas e consequências delicadas que poderiam assumir, devido aos frequentes contactos dos emigrantes com Mãe Pátria.⁴⁰

Era particularmente preocupante a atitude do Partido Comunista Português, explicitamente identificada como principal força de oposição ao regime ditatorial que governava Portugal: *“(...) o Partido não só não se opõe, mas que preconiza e aplaude a deserção de soldados, sargentos e oficiais que não querem participar nas criminosas guerras coloniais. (...) no que se refere aos seus militantes, não pode apoiar a deserção quando ela se faça isoladamente pois isso, quando não têm em vista servir os interesses do Partido significa privar dezenas, senão centenas de jovens da ajuda do Partido (os militantes deviam organizar deserções coletivas). Na luta contra a guerra colonial, os comunistas têm que ir tão longe quanto possível, inclusive até às frentes de batalha (...) Não proceder assim é contrariar a linha do Partido. (Artigo do Militante, órgão do PCP) ”.*⁴¹

1.3. O embarque dos militares para a Guerra Colonial

O embarque dos contingentes militares com destino às Províncias Ultramarinas era um acontecimento que não passava despercebido na sociedade portuguesa. A saída dos

³⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 8*, 27 de Agosto de 1965, (Período de 1 a 31 Julho de 1965), p. 8

³⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 20*, 29 de Agosto de 1966, (Período de 1 a 31 Julho de 1966), p. 10

⁴⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19*, Fevereiro de 1973 (Janeiro /Dezembro de 1972), Confidencial, p. 8

⁴¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 16*, 19 de Abril de 1966, (Período de 1 a 31 de Março de 1966), p. 6

militares para a guerra colonial, tanto nas estações de caminho-de-ferro, como nos cais de embarque, acontecia na presença das suas famílias. Segundo os militares, este facto era aproveitado pelo Partido Comunista Português, para incitar as famílias a manifestarem-se contra a guerra. Segundo o PCP as famílias dos militares deveriam demonstrar publicamente o seu desagrado contra o embarque dos seus familiares mobilizados para as colónias. Com base nesta situação, os militares receavam o aparecimento de ações coletivas de histeria nas partidas dos contingentes militares para a guerra ultramarina.⁴²

Para evitar os protestos no momento do embarque e as cenas de choro coletivo, as chefias do Exército aconselhavam os militares a convencer os seus familiares a não comparecerem nos cais de embarque, principalmente os familiares do sexo feminino que não tivessem coragem para suportar tranquilamente o choque da partida dos seus entes queridos para a guerra. Este aconselhamento deveria ser feito de forma muito astuta, pois, se este fosse realizado de modo imperativo ou pouco habilidoso, o mesmo poderia ser aproveitado pela propaganda inimiga para considerar que o Governo da Nação estava a procurar ocultar ao grande público a partida dos contingentes militares para a Guerra de África. A partida dos militares apesar de ser um momento doloroso para os familiares, não podia ser uma cerimónia triste e deprimente, mas uma oportunidade de afirmação da Pátria. Os familiares deveriam ir aos cais de embarque para mostrar a sua confiança, o seu orgulho e a certeza que os militares iriam cumprir os seus deveres e, não deveriam manifestar tristeza e desânimo no momento da partida, pois estas emoções poderiam ser interpretadas como descrédito e falta de confiança na missão que iam desempenhar nas Províncias Ultramarinas. Segundo as chefias militares, este descrédito e falta de confiança poderiam ter sido transmitidos pelos próprios militares aos seus familiares, que exteriorizavam sentimentos de insegurança na “*hora da despedida*”.⁴³

1.4. As deserções nas Forças Armadas Portuguesas

A guerra colonial originou o aumento do número de desertores nas Forças Armadas Portuguesas, principalmente no Exército. A influência subversiva realizada pelo PCP que procurava influenciar os jovens a abandonar as Forças Armadas e o gradual aumento de profissões com remunerações mais elevadas na sociedade civil comparativamente com as praticadas no meio militar, foram alguns dos motivos que

⁴² Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 24*, 17 de Dezembro de 1966, (Período de 1 a 30 de Novembro de 1966), Confidencial, p. 12

⁴³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Circular de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 480/NC*, p. 7

contribuíram para a deserção dos jovens das Forças Armadas. Mas, o motivo principal que estimulava a deserção dos jovens era o receio que tinham de perder a vida ou ficar incapacitados devido à sua participação na guerra.

O jornal “*Avante*”, órgão central do Partido Comunista Português, na sua edição nº 382 (1967), difundiu uma resolução sobre a forma como os seus militantes deveriam proceder em relação às deserções nas Forças Armadas Portuguesas. Na sua mensagem pretendia que os seus militantes continuassem a trabalhar no sentido de incitar os jovens a recusar, em massa, a prestação do serviço militar e, por outro lado, procurassem convencer os soldados e oficiais a desertar. No entanto, o Comité Central do partido considerava que as deserções de membros do partido não eram favoráveis ao desenvolvimento e organização do movimento revolucionário. Desta forma, os militantes comunistas deveriam apenas trabalhar para estimular e organizarem as deserções, não devendo eles próprios desertar. Devendo desertar, apenas, quando tivessem que acompanhar uma deserção coletiva, ou numa situação de iminente perigo, como no caso de poderem ser detidos pelas autoridades em resultado da sua ação revolucionária.⁴⁴

A orientação política da direção do Partido Comunista Português ia no sentido de aconselhar os mancebos, que eram seus militantes, a ingressarem nas fileiras das Forças Armadas Portuguesas e desta forma, estabelecer contactos com os elementos oposicionistas que já estavam incorporados nas mesmas, em particular com os oficiais milicianos. Com esta estratégia do PCP pretendia organizar deserções coletivas, uma vez que as deserções individuais tinham pouco, ou nenhum impacto político.⁴⁵

Segundo o Estado-Maior do Exército, no primeiro semestre de 1965, verificaram-se, no total, 210 deserções na Metrópole.⁴⁶ Em 1972 o número de ausências ilegítimas na Metrópole atingiu um total de 1308 militares (654 ausências ilegítimas no 1º semestre e 654 no 2º semestre): destes, 30 eram oficiais milicianos, 21 sargentos, sendo que 1 era do quadro permanente e os restantes 1257 eram praças. Segundo o Relatório Periódico de Contra Subversão que estamos a analisar: 43% dos oficiais desertores, 28.5% dos sargentos e 5% das praças ausentes sem autorização estavam mobilizados para África; as ausências ilegítimas eram mais intensas entre os militares provenientes

⁴⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 36*, 21 de Dezembro de 1967, (Período de 1 a 30 Novembro de 1967), p. 11, 12

⁴⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 43*, 16 de Julho de 1968, (Período de 1 a 30 Junho de 1968), p. 11

⁴⁶ “*Em Janeiro registaram-se 38, em Fevereiro 47, em Março 22, em Abril 40, em Maio 40, e em Junho 23*”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 8*, 27 de Agosto de 1965, (Período de 1 a 31 Julho de 1965), p. 5, 6

dos meios urbanos, o que se justificava pelos melhores vencimentos que eram praticados nas zonas urbanas em comparação com os praticados no meio rural, e pelo facto de estes se encontrarem mais expostos à propaganda dos “*inimigos da Nação*” do que os militares oriundos dos meios rurais.⁴⁷

Na análise aos dados do 2º semestre de 1972, os militares consideravam que o número líquido de desertores era apenas de 302 elementos. Todavia este resultado era obtido através da subtração ao total das ausências ilegítimas (654) o número de militares que se apresentaram de forma voluntária (192) e os que foram capturados pelas forças de segurança (160). Considerando a condição de capturados, na verdade o número de desertores a considerar no 2º semestre de 1972 é de 462 militares. Em relação ao 1º semestre de 1965 (210 desertores) mais que duplicou o número dos desertores, um indício de que à medida que a guerra se prolongava também aumentava o número de jovens que nela não queriam participar.

1.5. Militares mortos, feridos e mutilados da guerra colonial

O número de mortos registados pelo Exército Português durante a guerra colonial referentes aos efetivos recrutados na Metrópole foi de 5 797 mortos: 2 434, em Angola, 1 599 na Guiné e 1 764 em Moçambique.⁴⁸

Com o decorrer da guerra colonial a chegada em simultâneo de urnas com militares falecidos na guerra do Ultramar começou a despertar a atenção da sociedade portuguesa e, particularmente, das famílias que, também, tinham os seus familiares na guerra. Os militares começaram a observar estas ocorrências como uma questão que perturbava a sociedade portuguesa e que tinha que ser resolvida de forma a não atingir o estado de espírito dos militares.⁴⁹ Na sua óptica, os “*inimigos internos*” da Nação procuravam instrumentalizar estes momentos, transformando os funerais dos jovens mortos nas colónias em manifestações de protesto contra a guerra colonial e contra os “*criminosos salazaristas*” que os tinham enviado para a frente de combate. Tal instrumentalização traduzia-se na mobilização de milhares de cidadãos para os funerais dos soldados, como expressão de uma atitude coletiva da população crítica

⁴⁷ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 12/72*, Anexo A (Ausências ilegítimas e Deserções), 16 de Fevereiro de 1973, (Período de 1 a 31 Dezembro de 1972), p. 5, 6.

⁴⁸ Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, “*Resenha Histórico – Militar das Campanhas de África (1961 – 1974)*, 1º volume – *Enquadramento Geral*”, p. 264 a 266.

⁴⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Período de Janeiro/Junho de 1973), Confidencial, p. 30

em relação à guerra colonial e que contestava a política colonialista que Portugal teimava em manter. Em julho de 1966, *“Em S. Mamede de Infesta, junto do Porto, foram distribuídos panfletos subversivos nos quais o PCP, aproveitando habilmente os funerais de um subalterno miliciano morto na Guiné, procurava congregar a população com vista à realização de manifestações de protesto contra a guerra”*,⁵⁰ dois anos depois, *“Em Sto Estêvão de Galés, verificou-se um incidente durante o funeral de um morto em operações no Ultramar. Um civil presente, no momento da retirada da urna do armão, pôs-se, em altos gritos, a pôr em dúvida se o morto contido na urna era realmente aquele que a comunicação indicava. Esta dúvida dividiu os assistentes ao funeral que acabou por ser feito apenas pelo pai do morto, pelo oficial acompanhante e por alguns familiares. É de admitir que esta manifestação extemporânea seja consequência, mediata ou imediata, da palavra de ordem das emissões comunistas que ordenam que cada funeral deve ser uma manifestação de protesto contra a guerra”*.⁵¹

Em suma, a oposição ao Regime aproveitava a realização das cerimónias fúnebres dos militares mortos na guerra colonial para procurar subverter a população metropolitana contra o Governo e defendia que *“ todos os funerais dos militares mortos no Ultramar deveriam ser transformados em casos nacionais”*.⁵²

Outra ocorrência da guerra com impacto na sociedade metropolitana era o regresso dos soldados feridos e mutilados. Esta matéria afetou todo o território nacional, pois seria rara a região do País onde não se registassem casos desta natureza. Nas suas emissões, a Rádio Portugal Livre aconselhava os soldados doentes e mutilados oriundos da guerra colonial, que se encontravam internados nos hospitais militares, a exigirem melhores condições de tratamento, melhor alimentação e mais respeito pela sua pessoa.⁵³

⁵⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 20*, 29 de Agosto de 1966, (Período de 1 a 31 Julho de 1966), p. 9

⁵¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 45*, 20 de Setembro de 1968, (Período de 1 a 31 Agosto de 1968), p. 3

⁵² Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1970), Confidencial, p. 5

⁵³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, Circular de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 2664/NC, Agosto 65, p. 3

1.6. A guerra colonial e os Movimentos Estudantis

O crescimento dos movimentos estudantis contra o regime ditatorial português foi uma das ocorrências que se verificou no período em que decorreu a guerra colonial portuguesa. As manifestações dos estudantes contra o regime surgiram, numa primeira fase, nas Universidades, expandindo-se posteriormente aos restantes estabelecimentos de ensino do País.⁵⁴ Nos relatórios militares em análise, o estudante era considerado um elemento de primordial importância na estruturação da nação, pois, nele se entendia residir a poderosa força intelectual que no futuro viria a ser a elite da sociedade portuguesa nos mais diversos sectores. No entanto para os militares, “*a classe estudantil*”, devido à sua juventude e falta de experiência era muito permeável a todas as ideias, desde que estas lhe fossem expostas de uma forma hábil: “*A massa estudantil continua a ser o grupo preferido pelo IN, não só pelos seus reflexos imediatos, isto é, pela sua desorganização das actividades escolares e criação de um clima de contestação que leve a posições extremas, muitas vezes não desejadas pelos próprios intervenientes, como também porque os estudantes de hoje serão os dirigentes e militares de amanhã*”.⁵⁵

A 2ª Região Militar e a Guarnição Militar de Lisboa aglomeravam os principais núcleos académicos do País. Em Janeiro de 1965, os comandos destas duas regiões militares começaram a verificar que nas Universidades de Coimbra e Lisboa os estudantes manifestavam-se contra o regime salazarista.⁵⁶

O Partido Comunista Português tinha uma forte organização no meio universitário e nos liceus do País, em particular nos estabelecimentos de ensino da região de Lisboa. As manifestações desenvolvidas no meio universitário foram encaradas pelas chefias militares com preocupação e como uma ameaça para as Forças Armadas Portuguesas: os estudantes universitários eram o grupo da população onde os militares, em particular o Exército, recrutavam os seus graduados do quadro de complemento, que constituíam a esmagadora maioria da classe de sargentos e de oficiais subalternos.

Nos liceus, os estudantes foram incentivados pelo PCP a constituir, numa primeira fase, “*comissões pró-associações*”, a partir das quais defendiam o princípio de formação de associações de estudantes naqueles estabelecimentos de ensino. Estas

⁵⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, 17 de Dezembro de 1971 (1º semestre de 1971), Confidencial, p. 8

⁵⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (1º Semestre de 1970), Confidencial, p. 3

⁵⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 2*, 10 de Março de 1965, (Período de 1 a 31 Janeiro de 1965), p. 3, 8.

associações serviam para analisar o espírito de luta dos estudantes, e numa fase posterior, seduzir os estudantes mais aguerridos para fazerem parte da organização clandestina do Partido. Esta conjuntura preocupava os militares, pois estes jovens podiam ingressar diretamente na Academia Militar e Naval já com formação revolucionária que anteriormente só era ministrada nas universidades. Pelo que, era necessária perspicácia no recrutamento dos jovens que, no futuro, constituiriam os quadros permanentes das Forças Armadas Portuguesas.⁵⁷

A intensificação na preparação revolucionária dos jovens que frequentavam os diversos estabelecimentos de ensino e que posteriormente eram recrutados para as Forças Armadas Portuguesas ampliou os riscos da subversão nas fileiras das FAP.⁵⁸ Os militares entendiam que tal problema existia no seio do Exército e que era de difícil resolução, pois segundo os mesmos, a grande maioria dos membros do PCP, depois de incorporados nas Forças Armadas, mantinham a obediência em relação às orientações ideológicas do partido. Estes membros infiltrados eram considerados bons “*estudantes militares*” o que lhe permitia a colocação nas unidades militares que desejavam. Tal facto concentrava em determinadas unidades militares um elevado de número de militares “*suspeitos*” que, assim, facilmente poderiam constituir uma rede subversiva mais eficaz.⁵⁹

As forças de “*oposição*” ao regime procuravam incutir nos estudantes universitários as suas ideologias com o objetivo de que no futuro estes fossem incorporados nas Forças Armadas, para que pudessem divulgar as ideias revolucionárias contra o Regime. A Rádio Portugal Livre confirmava este objetivo através das suas emissões diárias: “*As grandes lutas académicas dos últimos anos deram uma grande consciência anti-fascista aos estudantes que se reflete também no despertar dos sargentos e oficiais milicianos, pois estes são estudantes a cumprir o serviço militar obrigatório. Ora esta consciência revolucionária tem que ser aproveitada ao máximo. Para isso é necessário que todo o jovem que ingresse nas Forças Armadas se compenetre do seu papel nestas, e que a cada momento não esqueça que só uma luta organizada levará o fascismo*”.⁶⁰ Na procura da colaboração dos estudantes por parte das oposições ao regime, terá

⁵⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 6*, 16 de Junho de 1965, (Período de 1 a 31 Maio de 1965), p. 10

⁵⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 17*, 18 de Maio de 1966, (Período de 1 a 30 Abril de 1966), p. 12

⁵⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 8*, 27 de Agosto de 1965, (Período de 1 a 31 Julho de 1965), p. 17

⁶⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 15*, 14 de Março de 1966, (Período de 1 a 28 de Fevereiro de 1966), p. 12

existido um especial cuidado, em influenciar todos aqueles que, após a incorporação, fossem cumprir o serviço militar como oficiais ou sargentos milicianos, ou seja que fossem desempenhar já algumas “*funções de comando*” dentro da hierarquia militar. Tal orientação era do conhecimento dos comandos militares do Exército e era considerada preocupante, pois segundo os militares continuava “*a desenvolver-se, dentro e fora do País, uma intensa acção de aliciamento e subversão das massas académicas, grupo humano a que o comunismo dedica particular atenção, pois este grupo constitui, para já, reserva de recrutamento dos graduados das Forças Armadas, e, futuramente, virá a representar a elite intelectual portuguesa nos diversos campos de acção*”.⁶¹ Compreende-se com alguma naturalidade a preocupação por parte dos responsáveis militares com as tentativas de aliciamento subversivo de que eram alvo os futuros graduados do Quadro de Complemento do Exército, uma vez que, à medida que a guerra colonial se foi prolongando no tempo, foi necessário, cada vez com mais frequência, recorrer aos graduados milicianos para conseguir manter os meios humanos necessários para sustentar a guerra.

1.7. Os custos financeiros da guerra colonial

As autoridades portuguesas tinham a noção que a guerra colonial seria um conflito de longa duração. Com base neste facto e considerando os fracos recursos e a reduzida tecnologia que Portugal possuía, a guerra teria que se realizar de forma contida, de baixa intensidade e com custos financeiros reduzidos, pois só assim seria possível sustentá-la. O governo da nação procurou manter uma guerra moderada, que empregasse o mínimo de recursos, tanto materiais como humanos, de ritmo lento e financeiramente suportável.⁶²

O prolongar da guerra no tempo, o aumento progressivo de intensidade e o facto da mesma decorrer simultaneamente em três teatros de operações situados a milhares de quilómetros da Metrópole, foram circunstâncias que progressivamente agravaram os custos financeiros da guerra colonial. O governo da nação pretendia que o aumento das despesas com guerra colonial não fosse perceptível de forma clara para a sociedade portuguesa. Para que a ocultação das despesas fosse possível foi fundamental o trabalho realizado pela comissão de censura, que não deixava as fontes de informação divulgar os factos que prejudicassem a política conduzida pelo governo da nação.

⁶¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 19*, 21 de Julho de 1966, (Período de 1 a 30 Junho de 1966), p. 14

⁶² Cann, John P., “*Contra Insurreição em África 1961-1974 O modo Português de fazer a Guerra*”, p. 245

No entanto, o Partido Comunista Português procurava na sua propaganda, através da rádio, divulgar os encargos da nação portuguesa com a manutenção da guerra colonial. Segundo o PCP o objetivo do imposto sobre os valores das transações⁶³ era mais um instrumento a que o Governo estava a recorrer para arranjar dinheiro para as “*sórdidas guerras coloniais*”. O PCP também procurava explorar a comparação dos 5 milhões de contos que a guerra colonial custava por ano com os 4,5 milhões de contos que eram aplicados no desenvolvimento económico de Portugal.⁶⁴ As despesas com guerra colonial eram “*despesas improdutivas, pagas pelos trabalhadores portugueses e que bem poderiam ser utilizadas na melhoria do bem-estar do povo*”.⁶⁵

As despesas com a defesa nos anos em que decorreu a guerra colonial chegaram a ultrapassar os 7% do Produto Interno Bruto. Conforme os valores incluídos no Orçamento de Estado, para suportar os custos financeiros com a guerra, durante os treze anos em que a mesma durou, foram em média de 33% da Despesa do Estado. No entanto, a partir da segunda metade da década de sessenta o valor do Orçamento do Estado que se destinava à Defesa Nacional compreendeu mais de 40% do total da Despesa.⁶⁶ Este valor mostra o profundo interesse do governo da Nação em manter a guerra nas colónias e demonstra o esforço económico pedido à Nação Portuguesa, bem como, os sacrifícios e as privações a que os portugueses foram forçados para manter a guerra colonial ao longo de treze anos.

Além do aumento dos custos diretos, as campanhas militares de Angola, Guiné e Moçambique eram também apontadas como a principal razão do aumento do custo de vida que se verificava em Portugal. Nas suas emissões, as rádios comunistas mencionavam as campanhas militares em África como a principal causa da crise agrícola que assolava o País, como responsáveis pela diminuição da produção industrial e pelo constante aumento dos impostos e de outros encargos fiscais. A manutenção da guerra colonial consumia grande parte dos recursos financeiros, sendo cada vez mais difícil manter o “*esforço militar*” no Ultramar.

Todavia, apesar do aumento que se verificou com as despesas para manter a guerra colonial, os militares consideravam que o Governo da Nação não facultava ao Exército as condições e os meios necessários para o cumprimento da missão com a finalidade

⁶³ Decreto-lei nº 47066/66, D. G. Série I” 151 (1966-07-01)

⁶⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Anexo A do SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 20*, 29 de Agosto de 1966, (Período de 1 a 31 Julho de 1966), p. 2

⁶⁵ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *SUPINTREP de Contra Subversão do Pessoal Militar nº 42*, 30 de Junho de 1968, (Período de 1 a 31 Maio de 1968), p. 17

⁶⁶ Brandão, José, “*Cronologia da Guerra Colonial*”, p. 8

de evitar que essas despesas não perturbassem a vida económica do País. Os militares reconheciam que era bastante difícil para o governo conseguir a harmonia entre estes dois imperativos, mas defendiam que os problemas com a defesa nacional eram prioritários. Os militares para justificar o progressivo aumento das despesas com a manutenção da guerra no Ultramar, defendiam que a guerra embora debilitasse os recursos naturais, criava novos recursos e novas fontes de receita, despertava iniciativas e desenvolvia ramos adormecidos da economia nacional. Consideravam, ainda, que não resistir à guerra, não seria só desperdiçar os recursos naturais de Portugal, mas seria também a perda de vidas e de bens da população portuguesa que residia em África, bem como, a perda de vidas e bens da população autóctone, em simultâneo com atraso no seu desenvolvimento para a civilização. Segundo os militares, *“quando se trata da defesa da nação não se pode olhar a meios, havendo apenas que doseá-los o melhor possível”*.⁶⁷

Na edição de Junho de 1968, o *Jornal Português de Economia e Finanças*⁶⁸ noticiava que não parecia ser possível ao Governo da Nação defender, ao mesmo tempo, *“as fronteiras africanas, realizar o III Plano de Fomento, assegurar o pleno emprego com salários compatíveis com a vida moderna e adoptar a semana de cinco dias de trabalho. Pretender, demagogicamente o contrário, é negar o funcionamento das mais mezinhas leis económicas”*.⁶⁹

Todos estes acontecimentos que emergiram na sociedade metropolitana portuguesa, durante os anos sessenta, foram uma consequência direta da guerra colonial, e influenciaram, de forma mais ou menos intensa, a perceção e o comportamento que a população metropolitana mostrou face à *“questão colonial”*.

2. População metropolitana: postura e visão face à guerra colonial

No “Relatório Periódico de Ação Psicológica” (RPAP) do início de 1965, os militares consideravam que a nível nacional não existia uma organização centralizada e organizada para estudar, analisar e desenvolver a guerra psicológica. Segundo os militares, esta organização devia depender da Presidência do Conselho e sugeriam a criação de uma organização centralizada para estudar, analisar e desenvolver a guerra

⁶⁷ QG/ 1ª Região Militar, 2ª Repartição, *“Aspectos com interesse para a Contra – Subversão”*, Alínea c do nº 3, 10 de Maio de 1967

⁶⁸ Ed. de A. Valdez dos Santos, Lx, sn. (1953-1968), 18 vol. (mensal)

⁶⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 Junho de 1968), Confidencial, p. 47

psicológica. Devido à inexistência de tal organização os militares consideravam que a *“Nação não estava preparada psicologicamente para enfrentar com coragem, sacrifícios e determinação”* o grave período que a nação atravessava. O estado de espírito então *“observado”* na sociedade metropolitana afetava diretamente a Instituição Militar, visto que, esta recebia da sociedade civil os *“cidadãos que transformava em soldados, e que depois de soldados, continuavam em contacto com a Nação.”* Os militares consideravam também que a sociedade era informada de forma deficiente sobre *“os acontecimentos em África”*, facto que provocava inconsciência e apatia na grande maioria dos sectores da sociedade civil, o que na opinião dos militares poderia dar origem, para além, da proliferação de boatos, a uma *“aceitação espontânea”* da propaganda dos *“inimigos da Nação”*.⁷⁰

Na opinião militar, os civis metropolitanos não viam com grande entusiasmo o *“esforço de guerra”* desenvolvido pelas Forças Armadas, embora mostrassem alguma compreensão. Seguindo a perspectiva dos relatórios militares, a população metropolitana considerava que o aumento dos problemas económicos que assolavam a Nação era uma consequência direta da guerra colonial, guerra esta, também, responsável pelo aumento do recrutamento militar da juventude metropolitana. O prolongamento no tempo da guerra em África e o aumento do custo de vida eram fatores *“depressivos”* para a população metropolitana. A propaganda dos opositores da Nação portuguesa, especialmente a de origem comunista, utilizava estes fatores para conseguir o apoio popular. No entanto, os militares consideravam que, apesar dos esforços desenvolvidos pelo Partido Comunista, a *“aceitação do comunismo”* no seio da população metropolitana portuguesa era *“ainda muito reduzida”*.⁷¹

Em meados do ano seguinte, segundo os RPAP, as questões que mais preocupavam a população da Metrópole eram a subida do custo de vida e a falta de mão-de-obra. A população metropolitana continuava, de uma forma geral a *“viver alheada”* das questões que envolviam a guerra colonial, não obstante a realização da Cerimónia do 10 de Junho ter despontado na população sentimentos de patriotismo e orgulho pelos militares portugueses. No entanto, os militares verificaram que em alguns sectores da população surgiram comentários desfavoráveis em relação ao elevado número de oficiais que foi condecorado na cerimónia: *“A cerimónia de condecorações militares no 10 de Junho, que se realizou pela 4ª vez, conseguiu benéficos efeitos psicológicos tanto sobre as tropas como sobre a população, embora, como é inevitável num assunto desta*

⁷⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março 1965), Confidencial, p.12

⁷¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p.33

natureza, se tivessem ouvido algumas críticas. Foram condecorados: 7 oficiais generais, 58 oficiais superiores, 28 capitães; 32 subalternos; 34 sargentos; 105 praças".⁷²

No segundo semestre de 1966 era, para os militares, notório que a população metropolitana aproveitava todas as oportunidades para denegrir a ação do Governo e das Forças Armadas, a quem atribuíam a culpa de todas as dificuldades que o País atravessava. Neste período *"existia uma certa perturbação na opinião pública metropolitana em relação à guerra colonial"*, que segundo os militares, se devia, por um lado, aos órgãos de comunicação social que para não alarmar a população metropolitana não lhe davam o protagonismo nem a importância merecida e, por outro lado, às muitíssimas cartas que circulavam entre a população metropolitana *"sem qualquer censura"* e que davam na generalidade uma visão muito pessimista do conflito colonial, imagem que não correspondia às notícias publicadas pelos órgãos de comunicação social. Havia, ainda, que contar com o regresso dos militares desmobilizados que nas suas terras eram considerados pela população como uma fonte, bastante credível, de informação sobre o que se passava na guerra ultramarina. Os militares consideravam que o *"desencontro destas várias fontes de informação"* fomentavam na população metropolitana o aparecimento de *"boatos derrotistas"* e originavam o descrédito na informação pública.⁷³

No ano de 1967, os militares consideravam que a sociedade metropolitana desconhecia a *"grave situação"* em que a Nação, e em particular o Exército português, se encontrava no Continente Africano. A falta de interesse e o desconhecimento demonstrado pela sociedade metropolitana face à guerra colonial devia-se, principalmente, à falta de informação que se verificava na Metrópole em relação ao *"esforço de guerra"* que decorria em África. Os militares constatavam que a comunicação social metropolitana dava uma maior notoriedade aos acontecimentos que ocorriam no estrangeiro e *"fazia um silêncio quase total sobre o problema ultramarino"*. Para os militares, o resultado deste desinteresse pela guerra colonial conduziu, à exceção de alguns casos de apoio que eram esporádicos, a uma *"grande apatia por parte da população em relação à guerra ultramarina"*. Os militares notaram que no decorrer das cerimónias de Fátima *"nem uma voz se levantou pedindo pelos nossos soldados"*, tal como num programa especial sobre o *"dia da mãe"*, no qual *"entrevistaram-se mães de jogadores de futebol, cantores, etc... não houve uma só referência às mães que tinham os seus filhos em África"*. Estes dois factos ilustravam o

⁷² Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6*, 30 de Agosto de 1966 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1966), Confidencial, p. 6, 7

⁷³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro 1966), Confidencial, p.7

ambiente de desinteresse e apatia que se verificava pela guerra colonial, e que contribuíam para *“afectar o moral dos militares portugueses”*.⁷⁴

No relatório do primeiro semestre de 1968, manteve-se uma avaliação pessimista o estado psicológico da população metropolitana: preocupada essencialmente com o seu bem-estar, mostrava uma atitude de insensibilidade, quer sobre as questões das políticas governamentais, quer sobre a mobilização ideológica que lhe era movida pelos opositores do Regime. Na opinião dos militares o *“estado de apatia”* demonstrado pela população *“não era tranquilizador”*. Explorando determinadas emoções nos grupos humanos era possível provocar nestes demonstrações de carácter patriótico, contudo, o inverso também não era difícil de alcançar. Desta forma, explorando essas mesmas emoções era possível provocar descontentamento, insurreição, desordem e até violência na população. A postura da população era o resultado, não só dos acontecimentos que ocorriam na sociedade mas, principalmente, da forma como a população era induzida a compreendê-los, tanto pelas autoridades, como pelos *“inimigos da Nação”*. Como exemplos de atitudes louváveis provenientes de certos sectores da população destacaram-se as homenagens que algumas localidades prestavam aos militares que regressavam da guerra. No entanto, também se observavam atitudes de indiferença e de hostilidade em relação ao esforço de guerra, como foi o episódio ocorrido em Abrantes aquando do embarque de uma Unidade militar para o Ultramar: *“O presidente da Câmara dirigiu um convite à população para que esta se associasse à despedida e engalanasse as janelas com colchas. A pedido do mesmo presidente a unidade desfilou pelas ruas, cerca do meio-dia, mas vexada perante a indiferença da população que nem sequer ocorreu às ruas a presenciar o desfile. No momento do embarque, na estação de CF, nem uma entidade civil compareceu. Este facto chocou profundamente os componentes da unidade militar”*.⁷⁵

Também o comportamento de alguns sacerdotes começou a preocupar os militares, pois durante a celebração das homilias manifestavam de forma aberta ideias de origem progressista e que inquietavam o espírito de muitos católicos. Estas ideias para além de antipatrióticas, mostravam indisciplina e rebeldia perante a Nação.⁷⁶

⁷⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1967), Confidencial, p. 7

⁷⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 10, 11

⁷⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p.12

Os responsáveis pela ação psicológica no Exército português consideravam que os “*inimigos da Nação*” conseguiam resultados compensadores no duelo pela conquista da população, pois, dedicavam à Guerra Psicológica todo o seu empenho e esforço. Os militares portugueses consideravam que na luta pelas populações, os opositores do Regime levavam uma “*vantagem constante*”, sem que o Exército português conseguisse, contrariar a supremacia dos seus adversários: “...*enquanto que a máquina de propaganda do IN explora habilmente todas as nossas motivações, pela nossa parte pouco se faz ainda para responder à agressão psicológica que estamos a sofrer, além da contraguerrilha militar*”.⁷⁷

Os interesses da população metropolitana prendiam-se, principalmente, com as melhorias da sua qualidade de vida, demonstrando “*indiferença pelos problemas nacionais, que no caso da guerra colonial era acompanhada de descrença reservada*”. Subsistia na sociedade metropolitana em “*todas as classes sociais uma ânsia exagerada de melhoria do nível de vida*”, sendo que determinadas classes sociais tinham alcançado uma posição económica e social bastante favorável em contraste com outras classes que continuavam numa posição manifestamente desfavorecida.⁷⁸

Em finais de 1968, os militares consideravam que o afastamento de Salazar da vida política não provocou, ao contrário do que os “*inimigos da Nação*” previam, nenhuma agitação na população metropolitana. Este facto era explicado quer pela indiferença da população pelos problemas que afetavam o País, quer pelo civismo demonstrado pela população. Nem os apelos feitos pelas emissoras inimigas fizeram com que a população se insurgisse contra o Regime. A agitação estudantil, réplica do que se observava noutros Países da Europa, juntamente com o aparecimento de divergências na Igreja Católica que dividia os fiéis, eram vistos como sinais preocupantes no seio da população e que poderiam ter reflexos graves no seu comportamento.⁷⁹

Neste período, imperavam na sociedade metropolitana, exteriorizações de “*individualismo*”, pois, existia uma grande percentagem de pessoas, de diversos extratos sociais que manifestavam “*uma ânsia desenfreada de luxo e bem-estar*” que não se adequava aos rendimentos que usufruíam, nem muitas vezes à sua posição social, que estava em evidente desacordo com o regime de austeridade a que o País estava submetido. Tais sinais de individualismo orientavam os cidadãos para o

⁷⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 46

⁷⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 46.

⁷⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p.10

esquecimento das suas obrigações para com a comunidade a que pertenciam e favoreciam a propaganda que contestava a posição de sacrifício que os cidadãos deveriam ter na defesa dos interesses do País.⁸⁰

Em 1969, na perspetiva militar persistiam, na população metropolitana, os “*sinais de individualismo e de ambição*”. Esta crescente atitude individualista incluía a tendência, que se verificava em especial na juventude, para se afastar de determinados valores do património moral e espiritual, uma vez, que conceitos de “*pátria e família, de autoridade e liberdade, de honra e dignidade*” começaram a ser fortemente hostilizados, não só pelos jovens, mas também por instituições que tinham o dever de conservar esses valores. Para os militares, faziam parte desta conjuntura as exteriorizações de desinteresse e de antipatia em relação à guerra colonial e com tudo o que com ela estava relacionado. O Exército como instituição “*tradicionalmente conservadora*”, procurava através da instrução militar ensinar aos jovens incorporados nas suas fileiras determinadas noções de educação cívica e moral. No entanto, os militares queixavam-se que as instituições responsáveis pelo ensino destes conceitos não o faziam com o empenho e a eficiência necessária para que a juventude tivesse um entendimento positivo da situação em que o País se encontrava.⁸¹

No segundo semestre de 1969, as eleições legislativas para a Assembleia Nacional (26 de Outubro) marcaram toda a agitação que se observou na população metropolitana, visto que, as mesmas foram extensivas a todo o território nacional e envolveram todas as classes sociais. À margem das eleições, as reivindicações de melhores salários e regalias sociais por parte dos trabalhadores, a agitação estudantil e os problemas graves que atingiam a Igreja Católica, foram os assuntos que, então, mais marcaram a vida na Metrópole. Nas primeiras observou-se, por vezes, a interrupção do trabalho.⁸² A agitação estudantil decorreu, principalmente, ao nível universitário e, em particular na cidade de Lisboa, no entanto, também foi presenciada a atuação de agitadores nos estabelecimentos de ensino Secundário e Técnico.⁸³ Em relação aos problemas que

⁸⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p. 12

⁸¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1969), Confidencial, p. 9

⁸² “(...) houve reivindicações de benefícios socio-económicos, com paralisações de trabalho em várias empresas, caminhos de ferro e pescadores.”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1969), Confidencial, p. 9

⁸³ “Manteve-se a agitação estudantil que, no entanto, se manifestou mais na Universidade de Lisboa. Há uma deterioração crescente do espírito da massa estudantil, que se deixa contaminar pelo ambiente universal de contestação sistemática.”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico*

atingiam a Igreja Católica, os mesmos provocavam, tanto, comportamentos e condutas de rebelião face às normas que orientavam a Igreja, como, demonstrações de apreço que se enquadravam na “campanha subversiva” que decorria contra o País.⁸⁴ O ano fechou com a percepção de que a generalidade da população metropolitana continuava a manter-se afastada da guerra colonial e dos problemas que a mesma provocava na sociedade portuguesa. A guerra colonial só despertava interesse na população que tinha familiares no Ultramar.⁸⁵

Em 1970, os militares consideravam que as organizações clandestinas que instigavam as ações subversivas contra o governo da Nação estavam mais ativas e procuravam, para além de fortalecer internamente os seus órgãos de chefia, solidificar de forma considerável a sua organização e promover o enquadramento e doutrinação da população metropolitana. Segundo os militares, estas organizações eram constituídas por “*Marxistas-leninistas, Comunistas, Socialistas, Democratas e Progressistas*”. O esforço da sua luta contra o Regime era orientado fundamentalmente, para os grupos humanos que aglomeravam os estudantes, os operários e os clérigos. O “*grupo estudantil*” era o grupo preferido dos elementos das organizações clandestinas, não só devido à desorganização que se verificava nas atividades escolares e à existência de um clima de contestação que levava os estudantes a tomar com alguma facilidade posições extremas, mas também porque “*os estudantes de hoje eram os futuros dirigentes e militares de amanhã.*” Neste período a contestação estudantil foi particularmente ativa nas Universidades de Lisboa e Coimbra, mas notou-se também já alguma agitação estudantil nas escolas comerciais e liceus.⁸⁶

Os militares constatavam que a multiplicação de organizações antigovernamentais e a agitação que estas desejavam propagar na sociedade metropolitana começou a “*criar um clima de instabilidade psíquica*”, que atingia principalmente os “*estudos e os estudantes*” e, por inerência os seus pais, que demonstravam desorientação e “*não sabiam o que fazer para levar os filhos ao bom caminho*”.⁸⁷

de Acção Psicológica nº 14, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1969), Confidencial, p. 9

⁸⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1969), Confidencial, p. 3

⁸⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1969), Confidencial, p. 9

⁸⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (1º Semestre de 1970), Confidencial, p. 3

⁸⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (1º Semestre de 1970), Confidencial, p. 9

Neste período os militares também reconheciam o endurecimento da contestação por parte de setores eclesiais em relação à guerra colonial. Os militares consideravam que determinadas posições assumidas por alguns clérigos ultrapassava nitidamente o campo da ação religiosa e tocava o campo da ação política. Observa-se que alguns “*padres progressistas*” utilizavam as homilias para assumirem comportamentos deliberadamente contrários às posições do governo do País e em particular contra a guerra colonial. Esta situação levou à detenção de alguns padres, o que conduziu, segundo os militares, a duas situações: por um lado, a manifestação dos “*comunistas*” na defesa dos padres detidos; por outro lado levou à adesão ou aproximação dos padres em questão aos movimentos de oposição ao Regime.⁸⁸

O ano acabou com uma nota pessimista: os militares consideravam que a população metropolitana mantinha-se “*pouco consciente na luta no Ultramar e desconhecadora do esforço que era realizado pelas Forças Armadas*”. Os estudantes demonstravam uma grande permeabilidade e assimilação pelas ações desenvolvidas pela propaganda pacifista das organizações clandestinas que combatiam o Regime. Os operários, desconhecadores dos grandes problemas que atingiam a sociedade portuguesa, deixavam-se arrastar com facilidade por propagandas direcionadas para a reivindicação de melhores salários e melhores condições de vida. Os “*grupos da população mais evoluída*” eram núcleos onde se incrementava a subversão, revelando um elevado grau de eficiência e facilidade no desenvolvimento de organizações clandestinas.⁸⁹

Em 1971, os militares responsáveis pela ação psicológica no Exército notavam que o agravamento do custo de vida que atingia a maioria da população metropolitana e a lentidão da concretização de determinadas medidas de âmbito social eram as principais causas do agravamento do estado de espírito da população metropolitana. O aumento da emigração que se verificou neste período era um indicador expressivo das “*precárias condições*” em que vivia parte da população, sendo tal emigração, por sua vez, a causa do aumento das dificuldades que assolavam o País, provocando a falta de mão-de-obra e, conseqüentemente, dificuldades no funcionamento nas empresas de menor dimensão.⁹⁰

⁸⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (1º Semestre de 1970), Confidencial, p. 5

⁸⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (1º Semestre de 1970), Confidencial, p. 18

⁹⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1970 (1º Semestre de 1971), Confidencial, p. 6

Neste período, a população metropolitana continuava a demonstrar “*um completo alheamento dos problemas referentes ao Ultramar*”, ao mesmo tempo que se intensificava a divulgação das doutrinas pacifistas e antimilitares. Estas doutrinas que, inicialmente, só se desenvolviam no meio universitário, começaram, neste período, a ter recetividade e apoio nos estabelecimentos de ensino secundário e noutros meios, inclusive, nas regiões do interior do País. Nos Açores, alguns padres revelaram-se defensores da paz a todo o custo, condenando a guerra. Um pároco, numa entrevista para uma emissora local afirmou que “*os soldados eram carne para canhão*”.⁹¹

No final de 1971, os militares consideravam que a população metropolitana mantinha uma acentuada indiferença em relação à guerra colonial ao mesmo tempo que corriam “*boatos malévolos e afirmações tendenciosas*”, considerando que a guerra colonial só perdurava porque os militares tinham interesse na continuidade da mesma.⁹²

Em 1972, as ações psicológicas desenvolvidas pelos militares na população metropolitana visavam atingir sectores e grupos humanos específicos da população e era exercida, principalmente, nas povoações onde se localizavam as unidades militares. Estas ações psicológicas eram realizadas com o objetivo de “*alterar a imagem negativa generalizada de que o Exército é um peso morto na economia nacional e sorvedouro do erário público*”, imagem esta que era incutida na população metropolitana pela propaganda das organizações clandestinas que combatiam o Regime. Entre aquelas ações destacavam-se a colaboração dos militares com as autarquias na resolução de problemas locais, na cedência de instalações desportivas a alunos dos liceus e escolas técnicas, na doação de sangue, na colaboração dos militares no combate aos incêndios.⁹³

Mas a população metropolitana estava preocupada, essencialmente, com o constante aumento do custo de vida: a maioria encontrava-se numa situação económica precária e era crescente a dificuldade da população na aquisição de produtos alimentares considerados essenciais para a sua sobrevivência. O aumento da emigração que provocava a escassez de mão-de-obra, o problema da habitação, onde o valor das rendas era demasiado elevado e para o qual a população despendia uma grande fatia do seu vencimento mensal, as diferenças de vencimento que eram verificadas entre o sector público e o privado e as dificuldades que os jovens tinham em conseguir

⁹¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1971 (1º Semestre de 1971), Confidencial, p. 8

⁹² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 6

⁹³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19*, Fevereiro de 1973 (Janeiro /Dezembro de 1972), Confidencial, p. 9

emprego antes de *“cumprirem o serviço militar”*, eram fatores que retratavam as dificuldades da sociedade metropolitana no seu conjunto.⁹⁴

Os militares consideravam que a indiferença manifestada pela população civil metropolitana em relação às Forças Armadas e a tudo o que se passava no Ultramar devia-se também, muito especialmente, à falta de esclarecimento e de informação sobre os sacrifícios que eram exigidos aos militares e as dificuldades que estes sentiam face às sucessivas mobilizações e seus reflexos. Estes reflexos tanto sociais como económicos e o *“mito”* concebido pela propaganda subversiva, de que os *“militares queriam a continuação da guerra pois dela lhe advêm grandes vantagens materiais”*, eram questões que contribuía para o descontentamento dos militares. As informações públicas que chegavam ao conhecimento da população civil metropolitana sobre a ação das Forças Armadas na resolução *“do problema ultramarino”* eram muito escassas e o que circulava no seio da população era a visão divulgada pelos familiares dos militares que se encontravam em África. Os militares defendiam que só *“a integração desta temática na problemática nacional através de uma ampla e persistente informação da população, poderia concorrer para a eliminação do fosso actualmente existente”*.⁹⁵

No 1º semestre de 1973, a situação psicológica da população metropolitana segundo a análise realizada pelos militares evidenciava, de um modo geral, uma diminuta permeabilidade às ações de propaganda dos *“inimigos da Nação”*. No entanto, os militares observavam que os problemas que atingiam vários sectores da população eram aproveitados pela propaganda da oposição ao Regime e que poderiam conduzir a população para *“um clima de mau estar e descontentamento”*.⁹⁶

Dos vários problemas que atingiam a população metropolitana, os militares consideravam que deveriam ser incluídos nos planeamentos de ação psicológica do Exército, sobretudo, aqueles que poderiam ser aproveitados pela propaganda dos *“inimigos da nação”*, tais como: o persistente aumento do custo de vida que originava nos sectores mais desprotegidos da sociedade dificuldades de subsistência; a desigual repartição de riqueza pelas diversas classes sociais; as diferenças que se observavam nos vencimentos do sector público para o privado; a dificuldade com que os jovens se deparavam na procura de emprego quando se encontravam com serviço militar por

⁹⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19*, Fevereiro de 1973 (Janeiro /Dezembro de 1972), Confidencial, p. 11

⁹⁵ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19*, Fevereiro de 1973 (Janeiro /Dezembro de 1972), Confidencial, p. 28

⁹⁶ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Janeiro /Junho de 1973), Confidencial, p. 19

cumprir; o crescimento do número de emigrantes que atingia diversos sectores da população; a longevidade da guerra com todas as incidências que a mesma tinha na sociedade metropolitana; a crise agrícola que assolava o País; a deficiente assistência médico-hospitalar que era concedida à população; a incerteza que se verificava na “*evolução do espaço português*” concebida pela desvirtuação dos acontecimentos ou ainda, pela deficiente informação que era realizada desses mesmos acontecimentos; e por fim a inexistência de uma ação profunda de esclarecimento e informação em relação às questões que afetavam o País e que conduziam à proliferação de boatos, que normalmente tinham grande aceitação na população.⁹⁷

Os militares consideravam que determinadas ocorrências, tais como, as cerimónias militares realizadas no dia 10 de Junho, a colaboração das autoridades militares no combate aos incêndios, as “*Conversas em Família*” proferidas pelo Presidente do Conselho, as medidas que o Governo adotou na área social, através da extensão da Providência a classes sociais mais modestas, a criação de novos estabelecimentos de ensino superior e politécnicos o aumento do abono de família, contribuía favoravelmente para elevar o estado de espírito da população. No entanto, o ambiente e as perspetivas eram pessimistas: as perturbações que se observavam entre os estudantes, na vida académica e ordem pública, a falta de habitações e as notícias alusivas à Província da Guiné, em especial, às relacionadas com o abate de aviões naquela Província, que a opinião pública metropolitana engrandecia devido à escassez de informação difundida pelas autoridades em relação a esta questão.⁹⁸

No estudo da situação psicológica da população metropolitana durante o 2º semestre de 1973, os militares apontavam como principais questões que influenciavam de forma negativa as atitudes da população: a persistência da “*agitação e inquietação do meio estudantil*”; a subida dos preços e a falta no mercado dos produtos de primeira necessidade (bacalhau, sabão, azeite, leite, gaz, etc.), situação que provocou o pânico no seio da população, que comentava “*que em breve vai faltar tudo*”; o aumento dos impostos, em particular no sector agrícola e comercial; os rumores de um massacre praticado pelos militares em Moçambique em relação ao qual o Ministério da Defesa Nacional decidiu abrir um processo de averiguações para apuramento das responsabilidades, o que foi interpretado pela população “*como tendo realmente havido alguma coisa*”; a notícia da proclamação da independência da Guiné-Bissau pelo PAIGC; a notícia de que “*terroristas do PAIGC*” encontravam-se na URSS a receber

⁹⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Janeiro /Junho de 1973), Confidencial, p. 15, 16

⁹⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Janeiro /Junho de 1973), Confidencial, p. 17, 18

treino para pilotarem aviões “MIG” que no futuro seriam utilizados na Guiné; as restrições dos combustíveis e o aumento do seu preço.⁹⁹

No final de 1973 continuava a verificar-se um “*grande divórcio*” entre a maior parte da população metropolitana e os grandes problemas que afetavam a sociedade portuguesa. O desprendimento manifestado pela população face aos problemas nacionais devia-se, segundo os militares, à falta de informação adequada e alheamento da população em relação à ação das Forças Armadas no Ultramar. Os problemas que preocupavam a população neste período, à semelhança dos observados nos anos anteriores eram analisados pelos militares de forma mais rigorosa e descritos como “*constante e vertiginoso aumento do custo de vida, que foi agravado pela escassez de bens de consumo fundamentais*”.¹⁰⁰

Na perspetiva dos relatórios a população metropolitana continuava absorvida pelos problemas que a atingiam diretamente. As suas preocupações centralizavam-se na melhoria das suas condições vida e no seu bem-estar social e económico, manifestando pouco interesse pelas questões que envolviam a guerra colonial e, consequentemente, os problemas que afetavam os militares.

3. Militares: postura e visão face à guerra colonial

Em meados de 1965, segundo os militares um dos principais problemas que os afetava nas unidades da Metrópole era a falta de efetivos do quadro permanente, situação que levava à curta permanência destes nas unidades da Metrópole. O reduzido número de efetivos militares nas unidades da Metrópole, em especial na classe de oficiais, conduzia a um esforço suplementar por parte dos militares do QP, que tentavam manter a operacionalidade das unidades, o que era considerado como um “*verdadeiro sacrifício*”. Este motivo, aliado ao fator económico, levava os oficiais que regressavam das Províncias Ultramarinas, onde existiam os meios necessários para o cumprimento das missões, a enaltecem as condições de vida e de trabalho no Ultramar em detrimento das condições que encontravam nas unidades militares situadas na Metrópole. Face a esta situação constantemente se ouvia nas unidades da Metrópole

⁹⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 21*, Janeiro de 1974 (Julho /Dezembro de 1973), Confidencial, p. 18, 19 e 20

¹⁰⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 21*, Janeiro de 1974 (Julho /Dezembro de 1973), Confidencial, p. 30

o estribilho depreciativo de que “a África é aqui” e que só no “Ultramamar se pode servir”.¹⁰¹

Outro problema observado pelos militares, no ano de 1965, relacionava-se com a “desatualização dos vencimentos dos militares em relação ao custo de vida”. Segundo os militares este assunto tinha consequências do fórum psicológico no seio da instituição militar. Constatava-se que uma grande percentagem de militares procurava, fora das horas de serviço, ocupações civis para ganhar algum dinheiro e colmatar a exiguidade das remunerações que usufruíam na Instituição Militar. Como consequências desta situação de acumulação de atividades compreendia-se, em primeiro lugar, o prejuízo para o serviço militar e o excesso de trabalho, o que afetava a eficiência do Exército e em segundo existiam reflexos de natureza social e o consequente “abaixamento do moral”. Os militares também consideravam que o desequilíbrio que se verificava nos vencimentos auferidos nas Forças Armadas relativamente aos que eram praticados na sociedade civil, originava, não só a uma saída dos “melhores técnicos” para a sociedade civil, como poderia “criar o grave perigo de baixar o nível” dos candidatos ao ingresso nos quadros permanentes das Forças Armadas.¹⁰²

No final de 1965, a existência de capitães com onze anos de posto, o número reduzido de militares do quadro permanente nas unidades da Metrópole, a sua frequente mobilização para o Ultramar e a situação económica precária que atingia, nomeadamente os oficiais e sargentos eram “factores desmoralizantes” para os militares portugueses que prestavam serviço nas unidades militares sediadas na Metrópole.¹⁰³

No início de 1966, o “problema dos vencimentos” continuava a ser o principal fator de destabilização psicológica nas Forças Armadas. Para procurar restabelecer o “equilíbrio económico” muitos oficiais procuravam desempenhar as mais diversas funções, alguns procuraram obter habilitações superiores, outros ainda, deixaram a carreira militar certos que na vida civil encontrariam profissões com melhor remuneração e alguns, procuravam, ainda, desempenhar funções no ensino e em empresas privadas. A procura de uma segunda profissão por parte dos militares, em especial dos oficiais, preocupava a Instituição Militar que considerava, esta procura, grave para o prestígio

¹⁰¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2*, 11 de Setembro de 1965 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho 1965), Confidencial, p. 7, 8

¹⁰² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2*, 11 de Setembro de 1965 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho 1965), Confidencial, p. 8

¹⁰³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro 1965), Confidencial, p. 1, 6

da classe, pois, muitas vezes, os militares desempenhavam funções que não “*eram compatíveis com a sua posição social e desprestigiavam a profissão militar*”.¹⁰⁴

Em meados de 1966, as principais questões que afetavam “*o moral*” dos militares estavam relacionadas com as nomeações, por imposição, dos oficiais e sargentos para a quarta comissão de serviço no Ultramar e a curta passagem de cerca de um ano dos capitães na Metrópole, bem como o aumento do custo de vida, a falta de militares do quadro permanente nas unidades, a preocupação com a evolução do conflito no Ultramar e a indiferença que se observava na população em relação aos problemas da guerra colonial.¹⁰⁵

Neste mesmo período os militares notaram um “*abaixamento do moral*”, numa percentagem difícil de quantificar nos oficiais do quadro permanente. Era notório, que para além do tradicional vício de mal dizer, expandira-se um invulgar espírito crítico, derrotista e sistemático em relação à vida militar, aos superiores hierárquicos e aos acontecimentos nacionais. Com este desânimo era frequente ouvirem-se oficiais, considerados bons profissionais, manifestarem abertamente o desejo de deixarem a carreira militar. Uma das questões analisada que tinha implicações não só no futuro do Exército mas, também, no desenrolar da guerra colonial relacionava-se com a diminuição no número de candidatos que concorriam à Academia Militar. Neste período concorreram 171 candidatos, dos quais 101 conseguiram o acesso à Academia Militar, em inconformidade com as 377 vagas que existiam e que eram consideradas essenciais para colmatar as necessidades do Exército no oficialato.¹⁰⁶

Para os militares as justificações encontradas para o crescente afastamento dos cidadãos da carreira militar e para o “*abaixamento do moral*” sentido em relação à mesma, incluíam: o prolongamento da guerra colonial no tempo e a inexistência de perspetiva de vitória num futuro próximo; a repetição das mobilizações dos militares do QP e os problemas familiares que as mesmas provocavam; a convicção dos militares da falta de empenhamento, à escala nacional, das autoridades civis que poderiam contribuir de forma mais ativa para a condução da guerra, remetendo esta ação para a exclusiva responsabilidade dos militares, aos quais era exigido “*o esforço de uma guerra que na realidade não deveria ser só militar*”; a noção, entre os militares, que os meios para continuar a combater no Ultramar eram diminutos; a indiferença, as

¹⁰⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março 1966), Confidencial, p. 9

¹⁰⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6*, 30 de Agosto de 1966 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho 1966), Confidencial, p. 7, 8

¹⁰⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro 1966), Confidencial, p. 8

críticas e a hostilidade da sociedade civil sentida em relação aos militares e à guerra que decorria em África.¹⁰⁷

Os militares responsáveis pelas atividades que envolviam a ação psicológica no Exército demonstravam alguma preocupação em relação às atitudes e comportamentos que os militares, em especial os do quadro permanente, começaram a revelar em relação à guerra. Alguns dos militares colocados na Metrópole possuíam uma postura de descrença e maledicência, contudo, quando eram colocados de novo no Ultramar, ou seja, de novo no teatro de guerra, “*recobravam energias morais e dedicavam-se com espírito de missão ao seu trabalho*”. No entanto, os responsáveis pela acção psicológica consideravam que a postura observada em alguns sectores militares não era tranquilizante, pois, os deveres militares eram cumpridos graças à disciplina e por imposição do dever militar e não por entusiasmo e fé.¹⁰⁸

Em 1967, um dos principais motivos que contribuía para a desmoralização dos militares continuava a ser a desigualdade que se verificava entre os vencimentos auferidos pelos militares e os que eram observados na sociedade civil. Esta situação conduzia muitos oficiais a adquirirem formação académica que lhe permitisse desempenhar na sociedade civil outro tipo de atividades para conseguir, desta forma, uma melhoria do seu vencimento. No caso da classe de sargentos, além da questão económica, também a repetição das mobilizações, que em alguns casos só permitia a estes militares a permanência na Metrópole durante quatro meses, influenciava negativamente o seu estado espírito e gerava o descontentamento no seio desta classe. Outra questão que contribuiu para influenciar de forma negativa “*o moral*” dos militares e especificamente a classe de praças, era o valor da remuneração que as mesmas auferiam. O “*pré*”, como era designado no meio militar o salário das praças “*na verdade não chegava para a aquisição de artigos de higiene pessoal*”.¹⁰⁹

No mês de Outubro de 1967 decorreu um estágio de Ação Psicológica no IAEM, (Instituto de Altos Estudos Militares) frequentado por 56 oficiais, entre os quais estiveram presentes os chefes dos órgãos da ação psicológica das Regiões Militares de Angola e Moçambique e do Comando Territorial Independente da Guiné. No final do estágio, num inquérito de opinião, os participantes reconheceram a importância da ação psicológica no conflito que o Exército Português enfrentava em África, no

¹⁰⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro 1966), Confidencial, p. 9

¹⁰⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro 1966), Confidencial, p. 10

¹⁰⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1967), Confidencial, p. 11, 12.

entanto, era necessário desenvolver e dar uma maior importância à atividade psicológica, não só, ao nível das Forças Armadas mas, também, ao nível nacional. A maior parte dos oficiais que participaram neste estágio considerou que a população mostrava indiferença e apatia em relação aos problemas que afetavam a sociedade portuguesa, especialmente em relação à guerra colonial. No que concerne ao estado de espírito dos militares os resultados observados mostraram que o *“moral do Exército, no seu conjunto é favorável”*, ainda que, numa análise por classes, o *“moral de uma percentagem apreciável de oficiais era relativamente fraco”*, e o *“moral dos sargentos era muito fraco”*. A origem desta apreciação dos militares era, na opinião dos participantes no estágio, o problema económico que os atingia e a frequência das mobilizações para o Ultramar com os seus consequentes reflexos na vida familiar e social. Por fim, na análise ao prestígio do Exército perante a Nação, os participantes no estágio, consideraram, na maioria, que o mesmo era reduzido, o que justificavam com a escassa informação que chegava à sociedade civil relativamente às atividades do Exército em África.¹¹⁰

No primeiro semestre de 1968, eram três os problemas que influenciavam de forma negativa o estado de espírito dos militares. O primeiro era a perturbação económica e social que resultava das *“grandes dificuldades económicas”*. O segundo estava relacionado com o *“cansaço moral e físico”* que tinha origem, quer no cumprimento de várias mobilizações sucessivas no Ultramar, quer no curto período de permanência na Metrópole que decorria entre referidas mobilizações. O terceiro assentava na descrença que se observava entre os militares na capacidade de uma vitória militar a curto prazo e na convicção de que não estavam a ser tomadas as medidas necessárias que a situação exigia. No entanto, as dificuldades económicas era a questão que mais inquietava os militares. Esta inquietação não se devia apenas ao descontentamento da exiguidade dos seus vencimentos, mas também, porque os militares entendiam que o País não vivia num clima de austeridade geral, que nem todos os sectores da sociedade eram submetidos a privações e nem estas eram distribuídas de igual forma por todos, verificando-se na sociedade a existência de alguns sectores que exteriorizavam prosperidade e ostentação, a qual chegava a ofender os que estavam sujeitos aos sacrifícios resultantes da guerra. Este desequilíbrio social na repartição dos rendimentos era a principal causa do descontentamento e do desalento no estado de espírito dos militares do quadro permanente do Exército.¹¹¹

¹¹⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1967), Confidencial, p. 3, 4 e 5

¹¹¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 19

Para sensibilizar e consciencializar a sociedade civil para os reais problemas dos militares e da sua situação perante a guerra, o *Diário Popular*, publicou alguns artigos sobre o Exército em Moçambique, relatando os problemas da guerra, da situação económica dos militares e elogiava o seu esforço numa guerra que era injustamente ignorada pela população.¹¹²

Na análise que faziam em relação aos militares que integravam o quadro de complemento, os responsáveis pela ação psicológica no Exército consideravam estes “*eminentemente importantes na execução da guerra*”, e que cumpriam de forma esforçada e disciplinada as suas funções. Mas estes nem sempre demonstravam o patriotismo nacional necessário para realizar determinados empreendimentos. A principal causa da falta de patriotismo em relação aos problemas e interesses da Nação residia numa deficiente educação política da juventude portuguesa, especialmente, na juventude com elevada formação académica, como era o caso dos milicianos.¹¹³

Nas informações provenientes dos Comandos da Região Militar de Angola e Moçambique e do Comando Territorial Independente da Guiné era possível vislumbrar a preocupação dos mesmos com os problemas que afetavam os militares do quadro permanente colocados nas Províncias Ultramarinas. Os acontecimentos positivos que influenciavam o estado de espírito dos militares eram com muita facilidade superados por “*tremendas motivações negativas*”. O uso de forma anómala de tranquilizantes, a preocupação generalizada dos oficiais afastarem os seus filhos da carreira militar, o progressivo aumento do número de militares com perturbações neuropsiquiátricas, o aumento do cansaço observado nos militares que participavam com mais frequência nos combates, o aparecimento de “*atitudes isoladas*” entre os militares, em que estes apresentavam sinais exteriores de “*desequilíbrios políticos, emocionais ou psíquicos*”, que poderiam ser considerados como “*epifenómenos da derrota final ou temporária do ego*”, devido às adversidades que afetavam os quadros permanentes do Exército, eram alguns dos indícios visíveis das motivações negativas que afetavam os militares.¹¹⁴

Ainda no primeiro semestre de 1968, o CTIG (Comando Territorial Independente da Guiné) constatava que determinados acontecimentos como, a pouca instrução e a

¹¹² Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 34

¹¹³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 47

¹¹⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1968), Confidencial, p. 48

inferior qualidade do armamento distribuído às milícias (espingarda Mauser) para a defesa da suas povoações, a deficiente preparação técnica e de mentalização dos militares portugueses, a desigualdade que se verificava nos apoios, tanto sociais como económicos que eram proporcionados aos elementos dos diferentes Ramos das Forças Armadas, o tempo de duração das comissões de serviço, o aumento do potencial de fogo do PAIGC que colocou muitas vezes os militares portugueses em situação de inferioridade e que não permitia, algumas vezes, a recuperação dos seus mortos, foram acontecimentos de evidente reflexo psicológico negativo que condicionaram, não só o comportamento dos militares, mas também o comportamento da população guineense. Para descrever a gravidade destes acontecimentos uma unidade militar do CTIG proferiu um parecer sobre o assunto:

“Um outro acontecimento que tem influenciado desfavoravelmente o moral das NT é o reconhecimento do crescente potencial de fogo do IN e a estagnação ou mesmo deterioração do nosso potencial.

Toda gente hoje sabe, sente e vê, excetuando os aviões e a Marinha, que o inimigo está mais bem armado que as NT. Dispõe de canhões sem recuo que não temos e actuam a distância onde nós só chegamos com a artilharia (nos aquartelamentos onde ela existe, é claro).

Os seus morteiros 82 têm mais alcance que os nossos. Os seus Lgr Foguete, de diversos calibres, são mais modernos e eficientes que os nossos. As suas metralhadoras e armas automáticas são muito mais modernas que as nossas. Nós continuamos a usar granadas anti-carro embora o IN não tenha (ainda) carros. Dispomos de metralhadoras Dreyse e Breda com trinta anos de serviço e que por isso, apesar de todos os cuidados, encravam aos primeiros tiros. Temos morteiros 60 de Lgr Foguete em número inferior às necessidades mínimas.

Além disso sentimos nós, forças terrestres, completa impotência em ir ao encontro de um IN que se acoita no mato cerrado, a dezenas de quilómetros dos nossos quartéis, pois as armadilhas, as minas e as emboscadas impedem-nos de lá chegar sem ser detectados. Quando, esgotados e com baixas, deparamos com o acampamento, o IN já lá não está há muito.

Esta nossa crescente inferioridade em armamento e em meios de transporte adequados (refiro-me a helicópteros que são absolutamente necessários nesta guerra para o transporte de forças terrestres normais e não apenas para Comandos e Pára-

*quedistas), não pode deixar de ser desfavoravelmente sentida pelas NT e até pelos nativos”.*¹¹⁵

Em finais de 1968 para além de se continuar a considerar o “*problema económico dos Quadros Permanentes do Exército*” como sendo o principal problema que atingia os militares e de se reconhecer no meio militar a necessidade de resolver esta questão, o aumento de vencimentos verificado na Metrópole em diversos departamentos do Estado, bem como, o aumento do vencimento atribuído aos funcionários administrativos no Ultramar contribuíram para a crescente insatisfação entre os militares do quadro permanente, pois era, cada vez mais evidente o avolumar da distancia salarial em relação às outras classes da sociedade, o que contribuía para “*uma descida relativa do nível social das várias classes militares*”.¹¹⁶

Esta situação provocava nos militares do QP sinais de fadiga e desalento. Supunha-se que uma certa percentagem de oficiais e sargentos poderiam deixar de dar o rendimento necessário no desempenho dos seus deveres. Apesar de não se observarem de forma explícita entre os militares sinais de divergências significativas de carácter ideológico, tais como, a “*existência de dúvidas sobre a legitimidade da guerra*”, e das várias motivações negativas que atingiam os militares, estas poderiam levar à sua desmoralização. Os oficiais e sargentos do QP em que se notava uma maior fadiga e desalento manifestavam de forma mais explícita um “*derrotismo sistemático*”, e “*tendência para denegrir e criticar*” tudo aquilo que acontecia à sua volta.¹¹⁷

No Estado-Maior de Exército realizou-se, em 1968, um inquérito de opinião ao 1º ciclo do Curso de Oficiais Milicianos (COM), com a finalidade de conhecer o estado de espírito dos instruendos em relação ao Exército e recolher informação que contribuísse para orientar e desenvolver a ação psicológica no COM. Num inquérito que foi anónimo e voluntário, os resultados mostraram que cerca de 70% dos instruendos tinha uma opinião desfavorável, 15% proferiram opiniões favoráveis e cerca de 11% não esclareceram qual era a sua opinião sobre o Exército. Os resultados deste inquérito foram considerados preocupantes, pois foi aplicado aos instruendos que, na sua maioria e num futuro próximo, seriam os oficiais subalternos do quadro de complemento do Exército. Para os militares responsáveis pela ação psicológica no Exército estes instruendos denotavam uma “*deficiente mentalização*” em relação aos

¹¹⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 29 a 31

¹¹⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p. 13

¹¹⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p. 24

seus deveres cívicos e despreocupação com os problemas que afetavam o País, questões que tinham origem na *“má orientação e formação escolar”*. Os instruendos demonstravam também uma metódica e persistente contestação a tudo que era relacionado com a disciplina, tema que era muito desenvolvido junto dos jovens pela propaganda dos *“inimigos da Nação”*.¹¹⁸

Nas conclusões deste inquérito destacou-se a existência nas fileiras do Exército oficiais subalternos que eram *“originários de um meio duvidoso e mal formado”*, sendo indispensável *“educar o povo e não apenas instruí-lo”* e que a instrução a ministrar aos instruendos tinha que ser realizada por pessoal competente, pois uma das acusações feitas pelos instruendos era *“a falta de nível e competência dos seus instrutores”*.¹¹⁹

Em 1969, a insatisfação entre os militares do QP continuava a propagar-se, e persistia como a principal causa de descontentamento o problema económico, nomeadamente as acentuadas *“disparidades de remunerações”* entre a classe militar e as outras classes da sociedade portuguesa. Num dos relatórios era dado como exemplo o caso da oferta efetuada pelo Estado para quem ia trabalhar na Guiné: *“a um topógrafo o vencimento superior ao de um Major, a um agente técnico o vencimento superior ao de um coronel e a um engenheiro civil o vencimento superior ao do General Comandante”*.¹²⁰ Factos como este insurgiam ainda mais os militares que consideravam que as funções do funcionalismo público *“não são funções comparáveis nem integráveis. São diferentes os direitos e os deveres, as servidões e os benefícios, distinguindo-se sempre a função militar pelo risco da vida que lhe é inerente e a engradece”*.¹²¹

No final do ano de 1969, continuavam a persistir as mesmas reações negativas entre os militares do QP e a natureza das questões que fomentavam essas mesmas reações. Segundo os responsáveis pela ação psicológica no Exército o descontentamento e a descrença verificados a nível social tinham origem na desigualdade de vencimentos *“entre os militares e outros servidores do Estado com as mesmas categorias”*; no *“descrédito”* que se verificava em relação à *“função militar”*; no afastamento que se notava, por vezes acompanhado, de *“gestos de injustiça”* por parte da população, quer

¹¹⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p. 14

¹¹⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p. 15

¹²⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1969), Confidencial, p. 3, 4

¹²¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1969), Confidencial, p. 11

metropolitana, quer ultramarina; na diferença da qualidade das instalações e de *“vencimento real”* que se constatava entre os militares dos três Ramos das Forças Armadas com manifesta inferioridade para os militares que prestavam serviço no Exército; na crescente falta de candidatos à Academia Militar e aos concursos para sargentos do QP; na *“discriminação material”* que se observava na classe de praças, verificando-se a divisão das praças em *“praças de 1ª”* e *“praças de 2ª”* em consonância com as suas habilitações literárias, mas que na prática se traduzia em *“esforço igual”* *“paga diferente”*.¹²²

Em 1970 os militares que coordenavam a ação psicológica no Exército Português reconheciam que as instituições governamentais procuravam melhorar as *“condições de vida”* dos militares, no entanto, em determinados casos o que se observava era que estas ou se mantinham ou, se agravavam. Neste período, entre as situações mais problemáticas, encontrava-se a situação dos sargentos, considerando-se que o seu estado de espírito era de frustração, tinham vencimentos reduzidos, as promoções eram poucas e demoradas com longas permanências no posto de 2º sargento e a sua cotação no plano social não era muito elevada. Verificava-se que o nível cultural dos sargentos estava a decair e os candidatos que procuravam integrar a classe eram *“elementos pouco válidos”*. Outra situação que causava problemas entre os militares era a falta da Pensão de Sobrevivência, concessão que *“já existia em três outros Ministérios alheios às Forças Armadas”*, a não atribuição desta pensão aos militares do QP provocava no espírito dos mesmos *“a necessidade de continuarem vivos e com saúde, para que as famílias possam continuar a viver com dignidade”*. A situação dos 1ºs cabos milicianos foi outro problema que atingia os militares do Exército: estes militares concluíam o Curso de Sargentos Milicianos (CSM) e não eram promovidos a sargentos, como tal, para os *“sargentos não eram sargentos, para os cabos não eram cabos e não se sabiam bem o que eram para os soldados”*, mas que apesar de desempenharem funções de sargento, eram um *“ser híbrido que se sentia indesejado, que não encontrava lugar para si”*. A indefinição da sua posição na hierarquia militar provocava o descontentamento e a revolta face a sua situação. O vencimento das praças era outro ponto onde se verificava o descontentamento dos militares. Na Metrópole o vencimento das praças era muito reduzido, os comandantes de companhia quando procediam ao pagamento do *“pré”*, ouviam *“comentários jocosos que os soldados faziam, ao receberem algumas moedas”*. Nas colónias a situação agravava-se, pois existia uma desigualdade de vencimentos entre militares com habilitações literárias diferentes, facto que prejudicava em particular os militares

¹²² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1969), Confidencial, p. 5

autóctones que não compreendiam receber menos, uma vez que a atividade operacional era igual para todos.¹²³

Em 1971, os principais problemas que fomentavam o descontentamento entre os militares prendiam-se com a sua colocação na Metrópole. Quando regressavam das comissões de serviço no Ultramar eram colocados em unidades militares localizadas longe da residência do seu agregado familiar, o que lhe criava dificuldades tanto do ponto vista económico como familiar. A repetição das mobilizações para o Ultramar e o desgaste “*físico e psíquico*” que as mesmas causavam nos militares, a mobilidade que lhe era exigida e a falta de militares do QP que se começava a constatar, aliadas às dificuldades económicas sentidas conduziam à “*quebra do prestígio*”, em especial na classe de sargentos.¹²⁴

Em 1972, as questões que preocupavam e influenciavam o estado de espírito dos militares de forma negativa permaneciam relacionadas: com as diferenças nas regalias que se notavam nos três ramos das Forças Armadas, nomeadamente: a assistência médica e a aquisição de medicamentos; a disparidade dos preços para aquisição de combustíveis; a falta de residências para militares junto das unidades onde eram colocados (o que obrigava ao arrendamento de habitação num contexto de “*elevado valor das rendas*”); os considerados baixos vencimentos, o “*problema crucial*” que atingia de uma forma geral todos os militares, mas de forma mais concreta a classe de sargentos; o aumento do custo de vida que afetava diretamente o pessoal militar, especialmente na Metrópole; a desigualdade de vencimentos entre o meio civil e militar (“*indivíduos com menos habilitações literárias que a maioria dos militares auferiam muito melhor remuneração [com] menores responsabilidades e imposições sociais*”); a situação das praças cujo vencimento apenas permitia “*a satisfação, única e exclusiva, das despesas mínimas e indispensáveis*” e para a visita aos familiares tinham de recorrer à prática “*de boleias, constituindo por vezes espetáculo confrangedor assinalável e frequente nas estradas do País*”.¹²⁵

Neste período, os militares responsáveis pela ação psicológica perante as informações recolhidas nas diversas Regiões Militares da Metrópole e das ilações retiradas dos seus estudos concluíam existir nas Forças Armadas e, em particular no Exército, uma crescente insatisfação e desapontamento em virtude da campanha de desprestígio

¹²³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (1º Semestre de 1970), Confidencial, p. 9, 10, 11 e 12

¹²⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 8

¹²⁵ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19*, Fevereiro de 1973 (Janeiro /Dezembro de 1972), Confidencial, p. 19, 20, 21 e 24

que atingia os militares e do progressivo aumento do custo de vida que os colocava numa posição de nítida inferioridade no meio social em que conviviam. O “*progressivo cansaço e saturação*”, que era o resultado das mobilizações sucessivas no Ultramar que, para além, do desgaste físico que provocava nos militares, criava-lhe uma “erosão psíquica”, reflexo das constantes mudanças de situação que provocavam um desequilíbrio social e económico do seu agregado familiar.¹²⁶

Em 1973, os militares verificavam que a ação psicológica desenvolvida pelas organizações clandestinas procuravam atingir os diversos “*grupos humanos*” que constituíam as Forças Armadas e em particular os elementos que faziam parte do Quadro de Complemento. A sua atividade era exercida através de panfletos, dísticos e emissões de rádio nos quais apelavam ao “*fim imediato da guerra*”, à independência das Províncias Ultramarinas, à insubordinação das Forças Armadas, com a finalidade de fomentar as deserções e outros “*actos de insubordinação e as manifestações de resistência passiva*” e procuravam estabelecer uma organização clandestina no seio das Forças Armadas. Entre as questões mais utilizadas para provocar a rutura entre a população e as Forças Armadas destacava-se o contraste verificado nas deficientes estruturas que o País tinha em áreas tão essenciais como a saúde e a educação, e os custos elevados com a Defesa Nacional para manter a guerra colonial; a incapacidade do governo para impedir o crescimento do custo de vida e não desenvolver uma proveitosa política social, devido aos elevados custos que tinha que suportar para manter a guerra no ultramar; o prosseguimento da guerra colonial sem se vislumbrar o seu fim, um fator que era vinculado ao interesse dos oficiais do quadro permanente nas vantagens materiais que tinham com a continuação da mesma. Segundo os militares, era difícil fazer uma análise consistente relativamente aos resultados obtidos pela propaganda das organizações clandestinas sobre os elementos das Forças Armadas, no entanto, verificava-se que a receptividade e as manifestações em relação aos temas desenvolvidos por essas organizações não tinham grande aceitação por parte dos militares.¹²⁷

Na perspetiva dos militares as questões que influenciavam de forma desfavorável o seu estado de espírito, neste período, consistiam: a preocupação de existirem elementos das organizações clandestinas infiltrados nas Forças Armadas; os permanentes “*boatos*” que circulavam na sociedade metropolitana sobre o “*agravamento da situação nas Províncias Ultramarinas da Guiné e Moçambique*” que não eram convenientemente esclarecidos pelas autoridades e cuja propagação se

¹²⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19*, Fevereiro de 1973 (Janeiro /Dezembro de 1972), Confidencial, p. 31

¹²⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Janeiro /Junho de 1973), Confidencial, p. 19, 20

traduzia na crescente aceitação, não só na população como no meio militar; a insuficiência de militares do quadro permanente que se começava a notar, resultado da *“fraca concorrência à Academia Militar e Postos Inferiores do Exército”*, o que provocava um mau enquadramento dos militares do QP, tanto nas unidades da Metrópole, como nas unidades mobilizadas; o desgaste físico e psíquico cada vez mais acentuado dos militares do QP resultante das continuadas mobilizações, da sobrecarga de trabalho e da desmoralização que o curto período de permanência junto dos seus familiares gerava; a crescente preocupação dos militares do QP pela possibilidade de se estar a caminhar para um *“Exército Miliciano”*; o afastamento da população em relação às Forças Armadas.¹²⁸

Para colmatar estas questões os militares que zelavam pelo funcionamento da ação psicológica no Exército defendiam que deveriam ser adotadas medidas para minimizar ou mesmo eliminar o estado de espírito negativo que, era cada vez mais visível, entre os militares. Para tal, *“os vencimentos e regalias”* deveriam ser melhorados para fazer face ao aumento do custo de vida registado nos últimos anos. Deveriam ser tomadas medidas com o intuito de tornar mais atraente a *“carreira das armas”* e, assim, mais sedutor o ingresso na Academia Militar e nos concursos aos *“postos inferiores do Exército”*. A população metropolitana deveria ser devidamente informada e esclarecida das atividades do Exército, tanto na Metrópole como no Ultramar, com a finalidade destas atividades serem reconhecidas e prestigiadas pela população.¹²⁹

No segundo semestre de 1973 o descontentamento no meio militar continuava a ter origem na reduzida permanência na Metrópole dos militares do QP, em especial dos oficiais superiores, que praticamente não podiam recuperar das sucessivas comissões no Ultramar. O desgaste e cansaço verificado entre os militares do QP, conjuntamente com o excesso de trabalho que se observava, aliados à curta permanência e assistência prestada aos seus familiares contribuía de forma negativa para o moral dos militares. O desequilíbrio no número de comissões realizadas no Ultramar pelos oficiais e sargentos do QP na Região Militar de Angola, na Região Militar de Moçambique e no Comando Territorial da Guiné; a situação económica delicada que afetava os sargentos do QP, *“classe tão necessária ao Exército”*; os *“boatos”* que circulavam na sociedade metropolitana em relação à situação nas Províncias Ultramarinas de Moçambique e na Guiné, principalmente, após a *“queda de alguns meios aéreos na Guiné e o registo dos últimos acontecimentos ocorridos na Beira”*; o afastamento da população metropolitana dos militares e do esforço que era exigido a estes; a diminuta

¹²⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Janeiro /Junho de 1973), Confidencial, p. 27, 29

¹²⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20*, Setembro de 1973 (Janeiro /Junho de 1973), Confidencial, p. 33

concorrência à Academia Militar e aos “*postos inferiores do Exército*” e a conseqüente falta de militares do quadro nas unidades situadas na Metrópole e nas unidades mobilizadas para o Ultramar, todos estes fatores criavam nos militares do QP um “*desgaste físico e psíquico cada vez mais acentuado*”.

No entanto, a principal causa de descontentamento no meio militar, neste período, em particular na classe de oficiais, foi a publicação dos decretos-lei nº 353/73 e nº 409/73, os quais provocaram uma “*redução dos cursos da Academia Militar e portanto a baixa de nível daqueles cursos*.” Esta alteração dos cursos da Academia Militar era considerada pelos militares como desprestigiante e fomentava o “*abaixamento da dignidade*” na classe de oficiais criando problemas de antiguidade nos militares do Quadro Permanente.¹³⁰

Os militares, como elementos constituintes que eram da população do País, sentiam as mesmas dificuldades e desejos que a restante população. Um dos problemas que mais afetava o estado de espírito dos militares era a incompreensão demonstrada pela generalidade da população metropolitana em relação a sua ação e aos sacrifícios que lhes eram exigidos com a guerra no Ultramar. Os militares verificavam que não existia “*uma compensação de prestígio e consideração social*”, por parte da população, em relação ao esforço que as Forças Armadas despendiam para manter a guerra colonial. A falta de reconhecimento da população em relação às Forças Armadas provocava nos militares uma diminuição nas suas resistências físicas e psíquicas que à medida que se acentuava desenvolvia um “*estado preocupante e potencialmente perigoso*” entre os mesmos e, em especial, nos do quadro permanente. A publicação dos decretos-lei nº 685/73 e nº 686/73 em finais de 1973 abrandaram o “*ambiente de efervescência que vinha a verificar-se entre os oficiais e sargentos do QP que se sentiam incompreendidos e frustrados*”.¹³¹

Com o decreto-lei nº 353/73, publicado em 13 de Julho de 1973, o Governo procurava solucionar o problema que se vinha agravando da falta de militares do quadro permanente, em particular na classe de oficiais. Este decreto-lei permitia aos oficiais milicianos que tivessem cumprido o serviço militar no Ultramar, ingressar no quadro permanente com a frequência de um curso de dois semestres na Academia Militar seguido de mais um semestre nas Escolas Práticas. Esta solução para o problema não foi pacífica e não teve aceitação da parte dos oficiais do quadro permanente, por dois motivos: a curta duração do curso e a colocação dos novos militares que ingressavam

¹³⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 21*, Janeiro de 1974 (Julho /Dezembro de 1973), Confidencial, p. 26, 27, 28 e 29

¹³¹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 21*, Janeiro de 1974 (Julho /Dezembro de 1973), Confidencial, p. 30, 31

no quadro nas listas de antiguidade. A publicação posterior do decreto-lei nº 409/73 no mês seguinte, e dos decretos-lei nº 685/73 e 686/73, em finais de 1973, procuraram minimizar o descontentamento que se instalou entre os militares. No entanto, a publicação destes diplomas não chegou para serenar a questão criada no seio da Instituição Militar e a mesma continuou a provocar o descontentamento entre os militares até ao dia 25 de Abril de 1974.

Capítulo II – A visão e comportamento da população nas colónias

A terminologia utilizada nos Relatórios de Ação Psicológica, pelos militares para designar os vários sectores da população que residia nas colónias portuguesas sofreu pequenas alterações à medida que a guerra evoluía no tempo. Estas alterações na terminologia podem ter sido causadas por dois fatores: o progresso da guerra ao longo do tempo ou devido às sucessivas mudanças dos autores dos relatórios e que, por sua vez, utilizavam termos diferentes.

Os termos utilizados pelos militares para representar a população de origem europeia foram: em 1965 “população branca”, em 1966 “população europeia”, em 1967 “população branca do Ultramar” e “população civil europeia”, em 1970 “população ultramarina branca”. Ao longo do período temporal analisado pelos relatórios de ação psicológica o termo utilizado com mais frequência pelos militares para designar as populações que colonizaram as Províncias portuguesas em África foi “população europeia”.

Quanto à terminologia usada para descrever a população autóctone, em 1965 os militares utilizam os termos, “população de cor”, “praças de cor”, “populações nativas”, a partir de 1967, os militares começam a referir-se à população autóctone como “populações africanas”, “população autóctone” e, como “população não evoluída” ou “população menos evoluída”. Nota-se na evolução da terminologia utilizada o cuidado em começar a “tratar” a população não só pela sua origem racial, mas também, através da sua ligação à terra onde nasceram e sempre viveram.

Na terminologia usada para descrever os elementos dos movimentos emancipacionistas, os militares portugueses procuravam referenciá-los como “guerrilheiros”, já em relação aos movimentos propriamente ditos, normalmente, estes nem sempre eram denominados pelos seus nomes, mas sim como “In”, ou “grupos terroristas” e, “movimentos terroristas”.

1. A População na Guiné

1.1 Demografia e Etnografia

A Província da Guiné tem uma superfície de 31 800 Km², mas como consequência das marés só cerca de 28 000 Km² se encontram permanentemente emersos. O censo de 1960 recenseou na Província 525 437 habitantes, o que dava uma média de 15 habitantes/Km², percentagem que era bastante superior à densidade populacional média que se verificava no Continente Africano. No entanto, na análise da distribuição da população pelo território, verificava-se uma grande concentração da população no Delta costeiro Ocidental, onde se registava uma densidade populacional de 100

habitantes por quilómetro quadrado. Esta concentração da população na região ocidental convertia a região oriental numa zona árida e bastante remota, onde a população por quilómetro quadrado era de cerca de um habitante por Km². Era nesta região da Guiné que a infiltração dos elementos afetos aos movimentos emancipalistas se deparava com uma oposição menor por parte das autoridades portuguesas.

Na Província da Guiné, a maioria da população era de raça negra. Esta população dividia-se em dois agrupamentos étnicos principais, os Paleo–Sudaneses e os Neo–Sudaneses. Estes dois agrupamentos, por sua vez, abrangiam cerca de vinte e cinco grupos etnolinguísticos, cada um demonstrando diversos graus de lealdade para com as autoridades portuguesas.¹³²

1.2 População de origem europeia e população autóctone

Na Província da Guiné, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era a principal força de oposição às autoridades portuguesas. O PAIGC utilizava, de forma bastante adequada, técnicas de guerra psicológica conciliadas com as características específicas de cada um dos vários grupos étnicos que constituíam a população guineense.

O combate do PAIGC contra as autoridades portuguesas realizava-se tanto no interior como no exterior do território guineense e o seu principal objetivo era conseguir o apoio da população guineense.

No interior da Província, através da aplicação das técnicas de guerra psicológica, os elementos do PAIGC procuravam impedir o regresso das populações que, devido à guerra tinham fugido para os países limítrofes ou procurando refúgio nas matas, sobretudo, as que viviam no Sul da Província; realizavam manifestações de força junto da população, nomeadamente nas regiões de Canquelifá e Buratama, com pessoal bem armado, sem, no entanto, atormentar essas populações; procuravam seduzir as populações situadas no oeste da Província e atemorizar a população Balanta; controlavam os povos Mandiga Balanta, Nalus e Beafada e procuravam obter a colaboração dos povos Manjacos e Fulas.

Na oposição desenvolvida pelo PAIGC no exterior da Província, os seus elementos procuravam, principalmente, obter o apoio internacional. Para atingir esse objetivo promoviam, com alguma frequência a publicação de artigos e entrevistas em jornais sediados em Países que apoiavam a sua luta. Promoviam exposições em diversas

¹³² EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 3º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Guiné*, p. 18, 26 e 27.

capitais de Países Africanos. Através da propaganda rádio, difundiam que as suas forças conseguiam enormes êxitos sobre os militares portugueses e que tinham constituído um Exército Popular. Procurava, também, propagandear junto da opinião pública internacional que já tinha libertado 40% do território da Guiné.¹³³

No início de 1965, os militares responsáveis pela ação psicológica no Exército consideravam que a guerra psicológica desenvolvida pelo PAIGC abrangia todo o território da Província da Guiné. Os elementos do PAIGC procuravam conquistar a adesão das populações à sua causa ao mesmo tempo que estas se afastavam das autoridades portuguesas. Para conseguir os seus objetivos, nos contactos que realizavam com a população, comparavam as armas distribuídas pelas autoridades portuguesas para a autodefesa, com as armas modernas e automáticas que possuíam, e procuravam realizar uma ação social junto das populações, especialmente, através da alfabetização e da publicação de um livro escrito em português, “*O Nosso Primeiro Livro de Leitura*”, no qual revelavam nítidos intuídos doutrinários e propagandísticos. Outro objetivo do PAIGC consistia em persuadir os “*soldados nativos*” desmobilizados das Forças Armadas Portuguesas para aderir à sua causa e, segundo os militares portugueses, o PAIGC conseguia “*algumas valiosas adesões*”.¹³⁴

O estado de espírito da população na Província da Guiné era influenciado pela ação social realizada, tanto pelas autoridades civis como pelas Forças Armadas Portuguesas. No entanto, a população demonstrava acentuada preferência pela ação social realizada pelas Forças Armadas que, segundo os militares, se devia, sobretudo, à segurança que o Exército lhes garantia.¹³⁵

O Comando Territorial Independente da Guiné considerava que o estado de espírito das populações dos diversos grupos étnicos variava consoante o nível de aliciamento a que eram sujeitos. Este aliciamento era feito em função do grau de cultura e das divergências tribais. Em termos gerais, consideravam que as populações mais atrasadas eram as mais permeáveis à subversão, o que só pode ser contrariado com um “*enquadramento militar e psicológico*” mais intenso. Em regra geral, todos os grupos eram sensíveis às demonstrações de força, aos boatos e à propaganda. A

¹³³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 9, 10

¹³⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2*, 11 de Setembro de 1965 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1965), Confidencial, p. 4, 5

¹³⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2*, 11 de Setembro de 1965 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1965), Confidencial, p. 7

população encontrava-se “numa situação expectante, pronta a correr para o lado mais forte”.¹³⁶

No final de 1965, os militares consideravam que a intensificação das ações violentas executadas pelo PAIGC para intimidar a população autóctone - “*assassinato de um alferes de 2ª linha na ilha de Bissau*” e o “*rebentamento de um engenho explosivo durante um batuque, causando 19 mortos e dezenas de feridos*” (africanos) era, na perspetiva militar, um indício de que o apoio da população africana à causa nacionalista não era autêntico e resultava sobretudo do “*medo das represálias*”.¹³⁷

No início de 1966, os militares verificavam que o PAIGC procurava aumentar a sua influência sobre as “*populações nativas*”, especialmente no Chão dos Manjacos, ilha de Bissau e nas zonas urbanas. As mulheres eram utilizadas como elementos de apoio e propaganda, os militares observaram que as mulheres se dirigiam ao mercado de Bedanda com a finalidade de adquirir géneros que se destinavam aos elementos do PAIGC e, simultaneamente, faziam propaganda junto das mulheres balantas e sobre os militares portugueses de origem africana.¹³⁸

Neste período, os militares consideravam que as populações da região oeste da Província demonstravam “*uma certa reserva em prestar auxílio ao terrorismo*” e procuravam a proteção do Exército Português. Em contraste, nas regiões do sul “*várias populações estavam sob controlo do In*”.¹³⁹

Em meados de 1966, o PAIGC continuava a alargar a sua área de influência sobre as populações autóctones. Na região de Teixeira Pinto e no norte da ilha de Bissau a população procurava evitar o contacto com os militares portugueses. No entanto, algumas populações demonstravam facilidade em fixar-se nos aldeamentos, em especial nos novos aldeamentos criados na região de Nova Lamego, constituindo uma prova que as populações poderiam ser “*conquistadas*”, quando sentiam que as ações,

¹³⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Contra Subversão nº 8*, 27 de Agosto de 1965, (Período de 1 a 31 Julho de 1965), p. 3, 4

¹³⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965), Confidencial, p. 2, 5

¹³⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1966), Confidencial, p. 5

¹³⁹ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1966), Confidencial, p. 7, 8

desenvolvidas pelas autoridades portuguesas, lhes traziam vantagens e especialmente segurança.¹⁴⁰

No final de 1966, os militares na análise que faziam em relação às populações que apoiavam o PAIGC, observavam que este movimento emancipalista promovia medidas de carácter económico, social e cultural entre essas populações, visando a sua escolarização através da abertura de escolas e da preparação de professores e, também, procurou implementar junto das populações os “*armazéns do povo*”, nos quais a população utilizava o sistema de “*troca directa*” nas suas trocas comerciais.¹⁴¹

Ainda em finais de 1966, os militares verificaram que o PAIGC prosseguia a sua luta pelo “*aliciamento*” da população, em particular a que residia no norte da Província e na região de Teixeira Pinto, constatando, também, que nesta região a maior parte das povoações localizadas junto da fronteira norte da Província, tinham sido abandonadas pela população, e as que ainda existiam manifestavam uma certa resistência “*às investidas do In*”.¹⁴²

Ao longo do primeiro semestre de 1967, os militares verificaram que a propaganda realizada pelo PAIGC sobre a população autóctone era caracterizada “*por uma continuidade e intensidade que domina e absorve os espíritos, não lhes permitindo sequer reflexões sobre afirmações passadas por as presentes constituírem sempre motivo de interesse e emotividade*”; perante este facto, os militares concluíam que o PAIGC tinha nas suas fileiras “*indivíduos especializados em técnicas de propaganda*”, formados nos países de ideologia comunista.¹⁴³

Neste período, a atuação que o “*In*” exercia sobre a população mostrava “*agressividade*”, em especial nas regiões situadas junto da fronteira, e dava também “*alguns indícios*” de rivalidades internas no Sul e no Leste da Província. No entanto, na análise global da sua ação sobre as populações em todo território guineense, os

¹⁴⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6*, 30 de Agosto de 1966 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1966), Confidencial, p. 6

¹⁴¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1966), Confidencial, p. 4

¹⁴² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8*, 4 de Abril de 1967 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1966), Confidencial, p. 5

¹⁴³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 4

militares consideravam que não se verificava uma diminuição na sua “*vontade de lutar*” e conquistar a adesão das populações.¹⁴⁴

Em 1967, parte da população guineense dava indícios de hesitação face à posição que deveria escolher, ou seja, se deveria optar pelo apoio ao PAIGC, ou, pelo contrário, se deveria colaborar com as autoridades portuguesas. No entanto, e, apesar do risco que corriam, existiam povoações que resistiam aos ataques do PAIGC e continuavam fiéis às autoridades portuguesas. Segundo os militares, as maiores provas de fidelidade e de total colaboração por parte da população observavam-se quando estas povoações estavam inseridas no “*sistema de defesa militar*”. Nos casos em que as populações, devido a represálias exercidas pelo PAIGC, abandonavam as suas povoações e ficavam privadas dos seus bens, as autoridades administrativas, de forma geral, não tinham condições para prestar o apoio necessário a essas populações que ficavam deslocadas, acabando por ser as autoridades militares a atenuar a situação, assumindo “*encargos administrativos*” que não lhe pertenciam. Face à gravidade de algumas situações criadas com “*os apresentados e protegidos*” que se observavam, o Comando Territorial Independente da Guiné duvidava da possibilidade e das vantagens que poderiam existir no acolhimento das populações que fugiam do PAIGC.¹⁴⁵

Um relatório do Comando Territorial Independente da Guiné considerava que as atividades realizadas pelas autoridades, tanto as militares como as civis, para conseguir o apoio das populações eram inúteis se não garantissem a segurança da população guineense. Neste sentido os militares para obter esse apoio realizavam contactos frequentes com as populações e com os seus chefes. Outra forma de alcançar o apoio da população consistia no ensino aos autóctones de novas técnicas de cultivo dos terrenos, de irrigação das terras, na oferta de sementes e em muitos casos, na aquisição dos produtos. O apoio que os militares de algumas unidades prestavam às famílias dos guias guineenses mortos em combate e cujos processos de pensão de sangue se encontravam pendentes há bastante tempo era outra forma de procurar o apoio das populações e de atenuar o descontentamento que o mesmo causava. Para o Exército estas iniciativas demonstravam a compreensão que a Instituição Militar tinha em relação aos problemas que atingiam as populações autóctones.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 5

¹⁴⁵ “São de tal gravidade algumas das situações criadas com apresentados e protegidos que chega-se a duvidar da possibilidade e vantagem em acolher as populações fugidas ao IN”, In, Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 9

¹⁴⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 22, 23

Os militares constatavam que a “população evoluída” não compreendia a missão e o esforço que as Forças Armadas desempenhavam na condução da guerra. Relativamente à “população menos evoluída”, os militares consideravam que esta população quando se sentia em segurança, geralmente, optava por apoiar as autoridades portuguesas. No entanto, no final do ano, devido às ações desenvolvidas pelos elementos do PAIGC, a população Manjaca começou a manifestar alguma resistência em colaborar com os militares portugueses.¹⁴⁷

No primeiro semestre de 1968, o PAIGC, através de emissões radiofónicas e da atividade dos seus agentes, procurava atingir toda a população guineense com uma intensa campanha de propaganda. Na análise aos resultados da propaganda desenvolvida pelo PAIGC, os militares portugueses reconheciam que: *“as etnias balanta e beafada, desde sempre rebeldes à nossa presença, constituem os grandes apoios do IN. Os mandingas do Oio igualmente se colocaram ao lado do PAIGC. No Sul sossos e nalus, esmagados pelas maiorias balanta e beafada aderiram ao IN na sua grande totalidade ou passaram para a República da Guiné. As restantes etnias, embora tendo muitos elementos militantes do PAIGC conservavam-se, na sua maioria, fiéis a Portugal. Julga-se possível, se lhe dermos garantias de PAZ, Segurança e Progresso obter a sua colaboração. São exemplos de lealdade feluges e baiotes e sobressaem entre todas as raças os fulas que, dada a sua condição de dominadores, desejarão continuar a tirar benefício da nossa presença, cômnicos do que os esperaria se houvesse um desenlace desfavorável às NT. Quanto aos manjacos a sua atitude é dúbia, estão a ser fortemente pressionados pelo IN e há indícios de eficaz contaminação psicológica. Os mandingas, complexados por terem passado de dominadores a dominados, não perderão a oportunidade de vingança devendo por isso ser conduzidos com o maior cuidado. A sua colaboração seria de grande utilidade pela sua capacidade de realização. Em última análise será decisiva para a atitude da população a noção que tiverem sobre qual dos contendores é o mais forte. É para este que naturalmente penderão”*.¹⁴⁸

Neste contexto, os militares observavam que a forma deficiente como era realizada a integração das populações que regressavam das matas e os deficientes meios que eram atribuídos às milícias para a sua autodefesa eram questões que dificultavam a conquista da adesão das populações autóctones. Quanto aos aldeamentos, o

¹⁴⁷ “A população, quando suficientemente protegida por forma a poder optar livremente pela posição que mais lhe agrade ou convém, escolhe normalmente a nossa autoridade, rejeitando o IN”, in, Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1967), Confidencial, p.11

¹⁴⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 13

“problema do desenraizamento das populações e as rupturas com a ambiente patriarcal”, em especial entre os jovens, constituíam lacunas que poderiam comprometer o êxito da criação dos novos aldeamentos com o intuito de controlar e conseguir o apoio das populações.¹⁴⁹

No ano de 1970, os militares constatavam que devido “à carência de estruturas civis”, era o Exército que desempenhava um papel preponderante na promoção social e na realização da ação psicológica na Província da Guiné. Quanto ao comportamento da população de origem europeia, à semelhança do que se observava em Angola e Moçambique, a mesma não se preocupava com os temas que envolviam a guerra, a não ser que os seus “interesses materiais” fossem colocados em causa devido a esta. Relativamente à população autóctone dos meios rurais, esta concedia apoio ao PAIGC quando este movimento “revelava força”, ou quando as condições geográficas impossibilitavam ou dificultavam as ações das autoridades civis e dos militares. A população autóctone que vivia nas imediações dos meios urbanos, na sua maioria destribalizada, demonstrava grande “permeabilidade à propaganda” desenvolvida pelo PAIGC.¹⁵⁰

À semelhança de Angola e Moçambique, a guerra colonial na Província da Guiné tinha como finalidade a luta pelo controlo da população e todos intervenientes no conflito tinham como preocupação conseguir o apoio e a colaboração da população. No entanto, quando se realizavam ataques entre as forças beligerantes, normalmente, era a população que tinha as “baixas” mais elevadas, tanto nos seus bens materiais, como em vidas humanas.¹⁵¹

¹⁴⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 13, 14

¹⁵⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1970), Confidencial, p. 17, 19

¹⁵¹ “Foi a vez de Infandre «embrulhar», um aquartelamento com quarenta militares e cerca de mil habitantes, dez quilómetros a norte daqui. Levaram com foguetões, canhão de recuo, RPGs, morteiros, armas automáticas, foram atacados com um enorme potencial de fogo. No destacamento, não houve feridos, apenas os usuais estragos materiais. A pobre população é que pagou as favas. Em Infandre, como em muitos outros lugares da Guiné, os negros tanto fazem o nosso jogo como apoiam o PAIGC. Mas a população é sempre infeliz. Nas flagelações à distância, os guerrilheiros não acertam na tropa portuguesa e acabam por provocar mortos e feridos nos habitantes negros que tantas vezes até não lhes são adversos. É a guerra impiedosa, cruel.”, In Abreu, António Graça de, “*Diário da Guiné*”, p. 90

2. A População em Angola

2.1. Demografia e Etnografia

No início da década de 1960, Angola, à semelhança do que se verificava em quase todo o Continente Africano, era uma região com fraca densidade populacional. De acordo com o Censo de 1960, a população angolana contabilizava de 4 840 719 habitantes, o que correspondia a uma densidade populacional inferior a quatro habitantes/Km². No Censo de 1970, registou-se o aumento da população para 5 613 046 habitantes, o que correspondia a uma densidade populacional ligeiramente superior a quatro habitantes/Km².¹⁵²

Relativamente à divisão da população, em 1960, os indivíduos de raça negra constituíam a maioria da população angolana, eram mais de 95% do total da população, com 4 604 362 habitantes. A população branca era composta por 172 529 habitantes (3,5%), os mestiços eram 53 392 (1.1%), faziam também parte da população de Angola 10 436 (0,2 %) indivíduos de outras raças.¹⁵³

As condições geográficas e as condições climatéricas que caracterizavam esta Província eram dois dos fatores mais importantes que contribuía na distribuição irregular da população ao longo do território. Em 1960, os distritos com maior densidade populacional eram os de Luanda, do Huambo, do Huíla e Benguela.

Na análise efetuada à evolução do crescimento da população de origem europeia que residia em Angola, no período entre 1960 e 1970, verificou-se que esta aumentou de forma significativa. Os distritos onde os indivíduos de raça branca se aglomeravam em maior número eram nos distritos de Luanda, de Benguela, do Huambo e de Huíla. Os distritos com menos população de raça branca eram os de Lunda, Cabinda, Zaire e Cuando-Cubango, facto que podia ser explicado pelas piores condições climatéricas e, também, pelo atraso económico que estes quatro distritos apresentavam relativamente aos outros distritos da Província de Angola.¹⁵⁴

Na análise da distribuição da população na Província de Angola, esta aglomerava-se sobretudo, na Costa Oriental e no Planalto Central, verificando-se uma baixa densidade populacional na húmida selva setentrional e no árido deserto oriental. Era

¹⁵² EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Angola*, p. 26

¹⁵³ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Angola*, p. 27

¹⁵⁴ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Angola*, p. 27

nestas áreas, escassamente habitadas, que os elementos dos Movimentos Emancipalistas atuavam e constituíam um real desafio para as forças militares portuguesas.¹⁵⁵

A população de origem africana encontrava-se distribuída por nove grupos etnolinguísticos principais, que se subdividiam em subgrupos significativos. Estes subgrupos dividiam-se ainda em cerca de uma centena de tribos. Cada uma destas etnias expressava-se em várias línguas, mas todas elas utilizavam e compreendiam a língua portuguesa.¹⁵⁶

A população autóctone que residia nas cidades, integrava-se na civilização e nos costumes europeus, a restante, que era a maioria, vivia em sanzalas ou povoações de reduzidas dimensões, e dedicava-se, “*por razões ancestrais*”, a atividades meramente de subsistência. Os homens trabalhavam como empregados nas fazendas dos europeus, nas lojas dos comerciantes e também como caçadores e criadores de gado, as mulheres trabalhavam nas lavras, onde colhiam os produtos alimentares.¹⁵⁷

A diversidade que caracterizava a população autóctone da Província de Angola era vista como um obstáculo para as autoridades portuguesas. Com o início da Guerra Colonial para conseguir o seu apoio foi necessário, tanto para as autoridades civis como para as autoridades militares, analisar, estudar, conhecer e compreender o melhor possível a população que residia na Província de Angola.

Uma das maiores dificuldades observadas pelos militares na implementação da Ação Psicológica residia na coordenação que deveria existir entre as autoridades administrativas civis e os militares. A implementação da ação psicológica junto das populações era da responsabilidade das autoridades administrativas da Província de Angola, pelo que aos militares apenas competia colaborar nas diretivas emanadas pelas autoridades administrativas. Por outro lado, os militares queixavam-se da falta de colaboração das autoridades administrativas da Província e agiam por sua iniciativa, ultrapassando as competências que lhes eram atribuídas na implementação da ação psicológica. Para “*ilustrar esta desagradável situação que tantos atritos têm originado*” apresenta-se a transcrição de um relatório enviado da Província em Janeiro de 1965: “*Em determinada área a autoridade administrativa efectuou uma distribuição de*

¹⁵⁵ Cann, John P., “*Contra Insurreição em África 1961-1974 O modo Português de fazer a Guerra*”, p. 23

¹⁵⁶ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, “*Dispositivo das Nossas Forças Angola*”, p. 29, 30

¹⁵⁷ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, “*Dispositivo das Nossas Forças Angola*”, p. 30

armamento a diversos elementos nativos, para a sua auto defesa, sem prévia coordenação do Comando Militar local que, por questões de segurança se viu obrigado a apreender seguidamente o referido armamento”.¹⁵⁸

O principal objetivo da guerra era a conquista e a adesão das populações que viviam na Província de Angola. Os militares portugueses tinham consciência que para vencer o conflito era necessário conseguir o apoio da população da Província. O Exército Português procurou implementar, em paralelo com as atividades bélicas, o desenvolvimento da ação psicológica, através da qual procurou conseguir o apoio, quer da população de origem europeia como da população de origem africana da Província.

2.2 População de origem europeia

No início de 1965, a população de origem europeia demonstrava uma atitude de *“maledicência”* em relação às Forças Armadas, consequência, segundo os militares, da *“influência subversiva”* realizada pelos movimentos emancipalistas sobre este extrato da população da Província, ainda que, a população de origem europeia evidenciasse confiança no futuro.¹⁵⁹

No final de 1965, os militares consideravam que a população de origem europeia expressava uma atitude de *“alheamento”* em relação às questões que envolviam a guerra, e em determinadas regiões a população estava *“completamente inconsciente da gravidade do conflito que se se desenrolava à sua volta”*.¹⁶⁰

No início de 1966, verificava-se que o *“alheamento”* da população de origem europeia da Província se mantinha em relação à guerra e, que esta apresentava uma *“animosidade”* crescente contra as Forças Armadas. A população de origem europeia também demonstrava uma atitude de grande domínio sobre a população autóctone. Os militares consideravam que este domínio dos europeus face aos nativos não se

¹⁵⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 23

¹⁵⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 33

¹⁶⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965), Confidencial, p. 12

justificava, registando-se em várias regiões da Província “*atitudes desumanas*” em relação aos autóctones.¹⁶¹

A incompreensão e a indiferença que a população de origem europeia evidenciava em relação à guerra colonial tornavam-se mais perceptíveis nas regiões onde não existiam “*actividades terroristas*”. Segundo os militares subsistia uma assinalável hostilidade da população em relação às atividades desenvolvidas Forças Armadas Portuguesas.¹⁶²

Em meados de 1966, para os militares, a população de origem europeia demonstrava uma posição de “*inconsciência*” relativamente aos problemas que afetavam a Província. Este estado de espírito devia-se ao facto de circular na sociedade angolana a ideia de que o conflito bélico estava praticamente resolvido, mas aquilo que se verificava era que o conflito continuava a aumentar e cada vez de forma mais violenta. Neste período, uma das questões referidas como preocupante pelos militares era o domínio que a população europeia exercia sobre a população autóctone, que segundo os militares “*na generalidade, os europeus são partidários de medidas violentas e repudiam os processos de captação dessa população que utilizem métodos humanitários*”.¹⁶³

Em finais de 1966, os militares manifestavam o seu desagrado pela reportagem realizada pela “*Emissora Oficial*” sobre um ataque na região de Teixeira de Sousa, na qual foi realçado o comportamento da população local em detrimento da atuação das Forças Armadas, reforçando a ideia entre a população de origem europeia que “*a tropa pouco faz*”. No final do período os militares continuavam a verificar “*actos de violência injustificáveis de europeus em relação a nativos, que contribuem para acentuar o fosso que já existe entre as duas raças*”.¹⁶⁴

No primeiro semestre de 1967, com o prolongar da guerra no tempo, a população de origem europeia começou a questionar as capacidades financeiras da Nação para suportar as despesas inerentes à guerra. Uma das causas que contribuía para a descrença da população era o atraso nos pagamentos que se começavam a verificar às empresas que forneciam produtos para as Forças Armadas. A população civil ou era

¹⁶¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Março de 1966), Confidencial, p. 8

¹⁶² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6*, 30 de Agosto de 1966 (Período de 1 de Abril a 30 Junho de 1966), Confidencial, p. 7

¹⁶³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1966), Confidencial, p. 8

¹⁶⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8*, 4 de Abril de 1967 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1966), Confidencial, p. 8, 9

mal informada ou, simplesmente, não era informada do que realmente ocorria na Província, de forma a criar uma ideia real dos acontecimentos e a agir em conformidade com os mesmos. Os militares consideravam chocante o ambiente de incompreensão e de hostilidade da população de origem europeia em relação ao esforço de guerra que era sustentado pelas Forças Armadas Portuguesas. O crescente desinteresse demonstrado pela população devia-se, principalmente, à pouca informação que era concedida pelas autoridades portuguesas às populações relativamente aos assuntos que envolviam a guerra ultramarina. No entanto, a população de origem europeia demonstravam um grande interesse pela propaganda realizada pelos Movimentos Emancipalistas em emissoras estrangeiras que eram captadas na Província.¹⁶⁵

No segundo semestre de 1967, verificou-se que a população que residia nos meios rurais começou a manifestar uma menor vontade em colaborar com os militares e, inclusive, a demonstrar animosidade em relação às Forças Armadas. Esta população continuava firme na sua intenção de não abandonar as suas propriedades, no entanto, tinha um débil conhecimento do tipo de guerra em que estava envolvida, não colaborando de forma eficiente com os militares. Quanto à população urbana denotava-se uma “*deterioração do estado de espírito*” que, segundo os militares, era uma consequência da propaganda das rádios estrangeiras e regionais, em relação às quais não era exercido qualquer tipo de censura. Uma das manifestações de falta de compreensão da população de origem europeia em relação ao tipo de guerra que se desenvolvia na Província era o facto de continuarem a verificar-se “*procedimentos inconvenientes*” para com as populações autóctones, situação que se observava em toda a Província.¹⁶⁶

No primeiro semestre de 1968 a população da Província de Angola, embora de forma inconsciente, era um alvo fácil para a propaganda dos movimentos emancipalistas. A população de origem europeia, na sua maioria, não se apercebia da situação que se vivia na Província, nem da missão que lhes competia dentro do cenário de guerra que decorria no território angolano. Com esta atitude, acabava por concordar com a propaganda desenvolvida pelos movimentos emancipalistas. Esta população dava crédito às ideias que esses movimentos tentavam divulgar na sociedade angolana e, criticavam, de forma geral, a atuação das Forças Armadas Portuguesas e, em particular, a atuação do Exército Português. Segundo os militares, a população europeia criticava tudo aquilo que considerava ser prejudicial aos seus interesses. Para

¹⁶⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 9, 10

¹⁶⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1967), Confidencial, p. 11, 12

ilustrar a mentalidade e o comportamento da população de origem europeia da Província face à guerra, os militares relataram dois acontecimentos que ocorreram no início de 1968, o primeiro relacionado com “*A recusa de alguns proprietários, cujas explorações agrícolas ou industriais dependem da segurança de destacamentos militares que ali estacionam, em colaborar na melhoria das precárias instalações cedidas às tropas.*” e o segundo com a “*A atitude de dois camionistas, na região de Ambriz, que, tendo-se atrasado, avistaram um grupo IN junto à estrada e nada disseram a uma coluna auto militar que com eles se cruzou, nem tão pouco no Destacamento Militar em que passaram de seguida. Resultado: a coluna militar que se cruzou com eles veio a cair numa emboscada do IN anteriormente referenciada, sofrendo um morto e cinco feridos*”.¹⁶⁷

Estes acontecimentos são reveladores da falta de vontade e do pouco interesse que a população civil de origem europeia demonstrava pela guerra e por tudo o que se passava à sua volta. Esta demonstração de insensibilidade e falta de reconhecimento na maioria dos sectores da sociedade civil angolana contribuiu para o progressivo descontentamento e para a diminuição do moral dos militares à medida que a guerra avançava no tempo, não sentindo o devido reconhecimento para manter um conflito que não lhes dizia respeito só a eles mas a toda a sociedade.

No final de 1968, apesar de terem sido tomadas diversas medidas legislativas para eliminar os abusos da população de origem europeia sobre a população autóctone, estes eram utilizados pelos movimentos emancipalistas para promoverem e expandirem a suas ideias entre a população.¹⁶⁸

No início de 1969, verificava-se que uma considerável percentagem da população de origem europeia da Província apresentava “*atitudes inconvenientes*” em relação às forças militares. Para ilustrar este facto, os militares mencionavam os “*lamentáveis incidentes*” ocorridos na cidade do Luso entre militares e civis. Segundo os militares, até este período a hostilidade em relação às Forças Armadas tinha sido feita com o recurso aos boatos e maledicência, no entanto na cidade do Luso, a população de origem europeia, instigada “*por escassas dezenas de camionistas fechou as portas aos militares*” e realizou manifestações públicas através de insultos contra as atividades dos militares. Na análise deste incidente os militares consideravam que a população tinha sido orientada por “*indivíduos sem escrúpulos*”. No entanto, a gravidade do mesmo não residia só no facto de ter ocorrido mas, porque se observava “*uma*

¹⁶⁷ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 14, 15.

¹⁶⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1968), Confidencial, p. 12

predisposição para tal hostilidade, formada ao longo de vários anos”, sendo esta predisposição responsável pela *“situação lamentável a que se chegou”* na cidade do Luso. Os militares reconheciam que a opinião da Nação sobre o Exército necessitava de ser melhorada e que os militares deveriam promover o entendimento e uma maior aproximação entre a sociedade civil e a Instituição Militar. Os acontecimentos registados na cidade do Luso demonstraram *“quão graves poderiam ser as consequências de uma cisão entre civis e militares”*. E, segundo os militares existiam motivos para recear que essa cisão, no futuro, se pudesse intensificar.¹⁶⁹

No final de 1969, o esforço efetuado pelos militares no cumprimento das suas missões, quer as estritamente militares, como as que estavam ligadas ao apoio social às populações, colidiam com a indiferença e incompreensão que era demonstrada pela população europeia em relação ao empenhamento dos militares na execução da sua missão. No entanto e, apesar da população civil não compreender nem colaborar com os militares, neste período, as autoridades civis começaram a manifestar alguma compreensão na importância que tinha o *“trabalho de equipa”* que deveria existir entre os militares e os civis, facto que as chefias militares sempre defenderam, e com o qual, seria mais fácil enfrentar a guerra colonial, guerra em que todos, militares e civis, estavam envolvidos, e não só os militares como considerava a grande maioria da população de origem europeia que residia na Província de Angola. Este sentimento de *“alheamento da guerra”* e de *“ingratidão”* perante o esforço despendido pelos militares para manter a guerra, denotado pela população de origem europeia, era tanto mais visível quanto mais a população estivesse afastada das regiões onde o conflito era mais intenso, como era o caso da população que residia em Luanda e no Lobito.¹⁷⁰

Em 1970, a percepção dos militares sobre a situação psicológica da população de origem europeia da Província de Angola não era muito diferente da registada em anos anteriores. Esta continuava a manifestar um sentimento de indiferença em relação às questões que diziam respeito á guerra e só colaboravam com as autoridades, tanto militares, como civis, quando os *“seus interesses materiais se encontravam diretamente ameaçados”*.¹⁷¹

¹⁶⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1969), Confidencial, p. 9, 10 e 19

¹⁷⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969), Confidencial, p. 4, 9

¹⁷¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1970), Confidencial, p. 19

No início de 1971, os militares verificavam que determinados elementos da população de origem europeia na Província de Angola manifestavam, não só, descontentamento e incompreensão em relação ao prolongamento da guerra no tempo, como também em relação aos próprios militares. Para alguns sectores da população a guerra só não terminava, porque os militares do Quadro Permanente tinham interesse na sua continuidade, pois participando na guerra auferiam melhores vencimentos. Os militares consideravam que o “*estado de espírito*” que caracterizava a população de origem europeia era bastante inconstante, por vezes demonstrava um apoio incondicional às Forças Armadas, outras vezes, tinha atitudes de desrespeito pelos símbolos da Pátria e de provocação em relação aos militares, especialmente, a população que reside nos centros urbanos, e outras vezes, devido ao perigo da existência de represálias da parte dos movimentos emancipalistas, demonstrava “*atitudes dúbias de apoio*” às Forças Armadas. Neste período, os militares se por um lado, registaram o apoio de alguns fazendeiros na destruição de lavras que pertenciam aos elementos dos movimentos emancipalistas, o apoio em desempanagens e na cedência de material a título gratuito às Forças Armadas, por outro lado, também registaram o apoio de alguns comerciantes e fazendeiros aos elementos que faziam parte dos movimentos emancipalistas, nomeadamente, através da existência de cantinas clandestinas e na realização de transações comerciais com elementos dos referidos movimentos.¹⁷²

No primeiro semestre de 1971, em análise às atividades de ação psicológica dos movimentos emancipalistas da Província de Angola, os militares verificaram que estes pretendiam fomentar e desenvolver a separação entre a população, as autoridades civis e os militares. Na sua propaganda, os movimentos emancipalistas, para conseguir estes objetivos procuravam, por um lado, “*convencer*” a população de origem europeia que residia na Província de que Portugal atravessava um período de instabilidade política e que, na Metrópole, existia uma grave crise económica, por outro lado, pretendiam que esta população dialogasse com os movimentos emancipalistas. Para conseguir o apoio da população incidiam no descontentamento que prevalecia com o prolongamento da guerra, na necessidade se desenvolver a luta clandestina no seio da população e na existência de vastas zonas da Província que já não se encontravam sob o domínio Português.¹⁷³

No final de 1971, os problemas económicos eram a principal preocupação da população de origem europeia que, neste período, se agravavam pela

¹⁷² Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1971 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Junho de 1971), Confidencial, p. 9

¹⁷³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 3, 4

“regulamentação das transferências interterritoriais”.¹⁷⁴ Os agricultores da Província mostravam alguma apreensão com os excedentes da produção de café que se registou neste ano. De uma forma geral, a população de origem europeia, em especial a que residia em zonas onde não eram realizadas operações militares, ou onde os movimentos emancipalistas tinham pouca expressão, manifestava sentimentos de indiferença, incompreensão e ceticismo em relação à guerra que decorria na Província e, em alguns casos, *“chegou a fazer interpretações malévolas dos comunicados”* difundidos pelo Exército. Nas zonas onde decorriam operações militares, os comerciantes (cantineiros), os camionistas e os fazendeiros tinham atitudes que prejudicavam as *“acções económico-sociais”* desenvolvidas pelos militares, inclusive, alguns elementos destes grupos da população cooperavam e negociavam com os movimentos emancipalistas. Os militares alertavam, também, para a reação da população às medidas restritivas causadas pelo novo sistema de pagamentos interterritoriais, o que provocava na população *“uma considerável tendência separatista”*. Nalguns sectores da sociedade angolana de origem europeia considerava-se que a guerra colonial era da responsabilidade do Governo da Metrópole e que a única missão dos militares consistia em defender a população de origem europeia da população autóctone.¹⁷⁵

2.3 População autóctone

Em 1965, os militares viam a população autóctone que residia na Província de Angola como um elemento que era na sua maioria *“inconsciente e extraordinariamente versátil”* e que mantinha uma posição face à guerra em função da influência exercida pelos movimentos emancipalistas ou da exercida pelas autoridades portuguesas.¹⁷⁶

Os elementos dos movimentos emancipalistas com a finalidade de demonstrar que os militares portugueses não tinham capacidade para garantir a segurança das populações autóctones realizavam raptos de nativos em *“sanzalas pacificadas”* e mesmo em sanzalas que se encontrassem localizadas junto dos aquartelamentos portugueses.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Decreto-lei nº 478/71 “D. G. Série I” 261, (1971-11-06)

¹⁷⁵ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (Período: 2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 6, 7 e 18

¹⁷⁶ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 34

¹⁷⁷ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2*, 11 de Setembro de 1965 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1965), Confidencial, p. 5

No início de 1966, as populações residentes no Leste da Província abrigavam e colaboravam com os elementos dos movimentos emancipalistas.¹⁷⁸

Em meados de 1966, os militares para além da sua missão primária que consistia na execução de “*operações militares armadas*” procuravam, simultaneamente, prestar apoio humanitário às populações autóctones, com o objetivo de conseguir a sua colaboração e tentavam proporcionar as essas populações o acesso aos valores que caracterizavam a civilização europeia. Esta tentativa de “*civilizar*” a população autóctone colidia com os métodos defendidos pela população de origem europeia que residia na Província, a qual defendia a utilização de medidas violentas e repudiava a utilização de métodos humanitários em relação à população autóctone: “*O relatório da RMA cita uma serie de incidentes que revelam deficiente mentalização de certos indivíduos que continuam a explorar o nativo e que, talvez como consequência destas prepotências não gostam dos militares, manifestando de várias formas, má vontade contra as Forças Armadas, que servem na Província*”.¹⁷⁹ Apesar do esforço despendido pelos militares para conseguirem a adesão da população autóctone, o decorrer da guerra e a intensificação das ações subversivas realizadas pelos elementos dos movimentos emancipalistas provocavam dificuldades acentuadas em conseguir contratar assalariados entre a população autóctone, o que indiciava evidentes progressos na contaminação subversiva pelos movimentos, inclusive nos povos que viviam no Leste e no Sul da Província de Angola.¹⁸⁰

No final de 1966, na Província de Angola continuavam a verificar-se “*actos de violência injustificáveis*” da população de origem europeia sobre a população autóctone, o que na opinião dos militares só contribuía para aumentar as grandes diferenças que sempre existiram entre as duas raças, e que ao mesmo tempo contribuía para prejudicar o esforço que as Forças Armadas empreendiam para conseguir o apoio das populações autóctones da Província de Angola.¹⁸¹

No primeiro semestre de 1967, a população autóctone demonstrava interesse na propaganda que os movimentos emancipalistas realizavam em rádios estrangeiras que eram “*captadas em boas condições em Angola*”. Este interesse pela propaganda

¹⁷⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Março de 1966), Confidencial, p. 8

¹⁷⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, SUPINTREP de *Contra Subversão nº 16*, 19 de Abril de 1966, (Período de 1 a 31 Março de 1966), Confidencial, p. 4, 5

¹⁸⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1966), Confidencial, p. 8

¹⁸¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8*, 4 de Abril de 1967 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1966), Confidencial, p. 9

radiofónica dos movimentos emancipalistas também tinha alguma aceitação na população de origem europeia. Segundo os militares, ouviam-se doze emissoras estrangeiras no território angolano. A população autóctone demonstrava grande “*receptividade à insistente propaganda*” dos movimentos emancipalistas, não só através da propaganda realizada pelas emissões radiofónicas, como pela realizada por “*elementos de grupos agitadores*” e, também, pela que as missões protestantes realizavam. No entanto, os militares consideravam que a influência dos movimentos emancipalistas sobre a população autóctone tinha sofrido uma certa diminuição nalgumas regiões da Província, inclusive na região do Cazombo onde “*muitos povos aceitaram as medidas de reordenamento junto das guarnições militares*”, sendo contabilizados pelos militares a existência de “*cerca de 17 000 nativos em aldeamentos controlados*”.¹⁸²

No final de 1967, a população das zonas rurais mostrava, de forma progressiva, sintomas de menor colaboração para com os militares portugueses e sentimentos de hostilidade perante a presença destes. Mesmo assim, os militares consideravam que nas regiões que reuniam “*um conjunto de circunstâncias favoráveis*” as populações autóctones continuavam a apresentar sinais de colaboração e apoio com as autoridades portuguesas, como era o caso das populações da região de Cabinda e do saliente de Cazombo.¹⁸³

Em 1968 os militares continuavam a denunciar a existência de “*atitudes inconvenientes*”, por parte da população de origem europeia para com os seus empregados africanos, verificando-se que estes aceitavam de forma resignada as atitudes da população europeia. Por vezes, este procedimento da população europeia incluía “*maus tratos*”, uma vez que, se assim não procedessem poderiam ser “*denunciados como elementos subversivos*”. Também, neste período, constatava-se que em determinados aldeamentos situados no leste da Província existia um “*aumento do estado de miséria*”, principalmente devido a carências alimentares, situação que levava a população a afastar-se para os seus “*antigos quimbos*” ou para uma situação, considerada pelos militares ainda mais preocupante, que consistia na sua adesão aos movimentos emancipalistas.¹⁸⁴

¹⁸² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 10

¹⁸³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1967), Confidencial, p. 11, 12

¹⁸⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 15

Em finais de 1969 os militares consideravam que, à semelhança do que ocorria em anos anteriores, a população autóctone da Província continuava a “*inclinarse para o lado do mais forte*”, sendo indiscutível a importância da ação psicológica e da ação social exercida sobre a população.¹⁸⁵

Em 1970, existia entre os militares a percepção de que a população autóctone da Província de Angola, de uma maneira geral, apoiava os movimentos emancipalistas quando estes demonstravam ser “*possuidores de força*” ou então, quando as condições geográficas do terreno não permitiam ou dificultavam o desenvolvimento das ações psicológicas na população por parte das autoridades civis e militares. A população autóctone que vivia nas zonas periféricas dos centros urbanos e que não pertencia a nenhuma tribo prestava grande atenção à propaganda dos movimentos emancipalistas, sendo bastante permeáveis às ideias divulgadas por esses movimentos.¹⁸⁶

No início de 1971, os movimentos emancipalistas, nas atividades que desenvolviam sobre a população autóctone da Província de Angola, que se encontrava agrupada perto das autoridades portuguesas, procuravam “*conquistar a sua adesão e apoio*”, e ao mesmo tempo, afastava-la do controlo que era exercido pelas autoridades portuguesas. Em relação às populações que habitavam nas matas e sob as quais mantinham o controlo, os movimentos emancipalistas procuravam anular as ações desenvolvidas pelas autoridades portuguesas para recuperar a adesão dessas populações e, simultaneamente, fortalecer a adesão ideológica dessas populações à sua causa. No entanto, os militares consideravam que o comportamento e o apoio demonstrado pela população autóctone, em determinadas áreas da Província, não derivava da aceitação das ideias propagadas pelos movimentos, nem pelas ideias propagadas pelas autoridades portuguesas, mas eram movidas pela “*necessidade de sobrevivência*” no ambiente de guerra que os rodeava. Os militares portugueses tinham a consciência que só conseguiriam a adesão das populações autóctones se as autoridades superassem ou, pelo menos, limitassem as diversas carências que afetavam a população, défices esses que eram aproveitados pela propaganda dos movimentos emancipalistas para conquistar a adesão da população à sua causa.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969), Confidencial, p. 9

¹⁸⁶ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1970), Confidencial, p. 19

¹⁸⁷ “Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1971 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1971), Confidencial, p. 3, 4 e 6.

No segundo semestre de 1971, os movimentos emancipalistas procuravam utilizar e explorar algumas questões que afetavam diretamente a população autóctone com o propósito de conquistar o seu apoio. A ocupação abusiva de terras por parte da população de origem europeia, o usufruto de lucros excessivos pelos comerciantes, a diferença de vencimentos que se registava entre os europeus e os africanos, os maus tratos que se observavam da parte de alguns europeus em relação aos autóctones, a falta de execução por alguns fazendeiros das “*exigências oficiais*” e o deficiente apoio social que era prestado à população, em particular à população autóctone, eram algumas das questões utilizadas pelos movimentos emancipalistas para mobilizar o apoio da população. No entanto, os militares consideravam que “*as atitudes e opiniões das populações de cor não têm, à prior, como motivação o ódio ao branco*” e que o seu apoio continuava a ser concedido a quem lhe oferecesse melhores condições de segurança.¹⁸⁸

3. A População em Moçambique

3.1. Demografia e Etnografia

A população de Moçambique em 1960, era constituída, aproximadamente, por um total de 6 518 000 habitantes, dos quais apenas 152 628 habitantes não eram autóctones. Em 1970 o número de habitantes subiu para 8 233 034.

Quanto à distribuição da população, os distritos onde se registava a maior densidade populacional eram os distritos de Lourenço Marques, de Moçambique e de Zambésia. Os distritos onde se verificava uma menor densidade populacional eram os distritos de Manica e Sofala, o de Tete e o de Niassa.¹⁸⁹

A população de origem europeia na sua maioria, concentrava-se no distrito de Lourenço Marques, os distritos da Beira, Vila Perry, Quelimne e Nampula eram os distritos onde, a seguir ao de Lourenço Marques se observava a maior concentração da população de origem europeia. Por sua vez, os distritos de Tete, Cabo Delgado e Niassa eram aqueles onde se verificava uma menor concentração de população de origem europeia.¹⁹⁰

¹⁸⁸ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (Período de 1 de Junho a 31 de Dezembro de 1971), Confidencial, p. 5

¹⁸⁹ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Moçambique*, p. 27

¹⁹⁰ “(...) a população europeia concentrava-se especialmente no distrito de Lourenço Marques, encontrando-se aqui cerca de 50% do seu total.”, In EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de

A população autóctone da Província de Moçambique dividia-se em dez grupos étnicos que se fragmentavam em aproximadamente oitenta e seis tribos diferentes. Além da língua portuguesa, os agrupamentos linguísticos falados pelos autóctones eram catorze. Devido à variedade de línguas e dialetos falados na Província, a língua portuguesa, apesar de não ser falada por uma grande parte da população moçambicana, funcionava como um elo de ligação entre os diversos povos da Província de Moçambique.¹⁹¹

Na Província de Moçambique existia um Serviço de Ação Psicossocial civil, mas a sua colaboração com o Exército no desenvolvimento desta atividade era bastante deficiente. A ação psicológica que os militares executavam sobre as populações era, sobretudo, a proveniente da assistência social, mas os militares consideravam que a mesma era realizada de forma bastante reduzida. Os militares tinham consciência que a ação psicossocial desenvolvida sobre as populações era muito importante e as autoridades, tanto as militares como as civis, deveriam intensificar a sua ação sobre as populações com o objetivo de conseguir o seu apoio.¹⁹²

A falta de coordenação e cooperação que se registava entre as autoridades civis e militares para conseguir o apoio das populações era evidente na forma como militares e civis colaboravam. Em particular nas regiões do norte da Província, esta falta de colaboração fazia sentir-se de forma mais intensa sobre as populações autóctones que se apresentavam para procurar a proteção das autoridades portuguesas.¹⁹³

As chefias militares da Província de Moçambique consideravam que não existia na Província uma “*censura psicológica*” em relação aos meios de comunicação social sediados em Moçambique, o que originava a publicação de notícias e artigos

África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Moçambique*, p. 27

¹⁹¹ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4º Volume, *Dispositivo das Nossas Forças Moçambique*, p. 27, 28

¹⁹² “(...) a acção psicossocial realizada, aproveitando os patrulhamentos pelas NT é insuficiente para conter a ofensiva do IN., (...) sem a acção psicológica os esforços e os sacrifícios das forças do Exército serão inúteis e acção subversiva ressurgirá das cinzas.”, In Estado Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 24, 25

¹⁹³ “Nas regiões do Norte aonde se apresentaram populações, surgiu o problema da colaboração entre militares e autoridades civis para controle e apoio dessas populações. Notícias recebidas de Moçambique permitem concluir que não existe montada uma estrutura capaz de amparar os apresentados e tomar providências no sentido de aproveitar e explorar esta atitude.”, In Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965), Confidencial, p. 11

considerados incómodos para a política seguida pelas autoridades portuguesas e que eram aproveitados pela propaganda da FRELIMO.¹⁹⁴

3.2. População de origem europeia

No início de 1965, a população de origem europeia demonstrava, à semelhança da população da Província de Angola, uma atitude de “*maledicência*” em relação às Forças Armadas. A população europeia era seduzida a colaborar na luta pela independência da Província, manifestava uma posição de expectativa em relação ao conflito e exteriorizava um estado de espírito derrotista que a levava a participar com alguma facilidade, na difamação das Forças Armadas.¹⁹⁵

No final de 1965, os militares consideravam que o comportamento da população de origem europeia em Moçambique não era muito diferente do comportamento que se observava na população que residia em Angola, ou seja, demonstrava um “*alheamento*” em relação à guerra, que em determinadas zonas correspondia ao desconhecimento da “*gravidade do conflito*” que os rodeava.¹⁹⁶

No início de 1966, os militares que respondiam pela ação psicológica no Exército consideravam que a generalidade da população de origem europeia da Província que que vivia, em grande percentagem, nos centros urbanos não tinha “*consciência da situação*” que atingia a Província de Moçambique.¹⁹⁷

Em 1967, a população de origem europeia, em muitos locais da Província em particular a população que residia nos centros urbanos, continuava a não ter consciência da gravidade do conflito que se realizava à sua volta, apresentando um estado de espírito caracterizado pelo desprendimento em relação à guerra, e considerando esta como um problema que não fazia parte do seu dia-a-dia, cuja resolução era da responsabilidade das autoridades administrativas da Província e das Forças Armadas.

¹⁹⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1967), Confidencial, p. 19

¹⁹⁵ “*Em Moçambique reina uma incerteza acerca do dia de amanhã, que dá origem a um comportamento geralmente derrotista.*”, In Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 34

¹⁹⁶ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965), Confidencial, p. 12

¹⁹⁷ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Março de 1966), Confidencial, p. 9

No final de 1967, a população de origem europeia demonstrava um sentimento de apatia para com a situação que se vivia na Província. Esta população e a população de origem asiática continuavam a desenvolver de forma bastante evidente e com grande liberdade de ação “*actividades inconvenientes*” contra a população autóctone. Segundo os militares portugueses estas ações contra a população autóctone favoreciam a aceitação da intensa e bem orientada propaganda subversiva que a FRELIMO exercia sobre os africanos.¹⁹⁸

A população de origem europeia que residia na Província, no início de 1968, continuava de uma maneira geral, a demonstrar desinteresse e desconhecimento em relação à guerra que decorria no território moçambicano. Este desinteresse e desconhecimento era exteriorizado pela população em relação à guerra e aumentava gradualmente de intensidade à medida que a residência da população se distanciava das regiões onde se realizavam os combates. De acordo com a visão dos militares esta atitude da população de origem europeia devia-se, em parte, à inexistência de meios suficientes na Província para combater com eficácia as ações psicológicas desenvolvidas pelos militantes da FRELIMO, em especial, no campo da “*Informação Pública*”. Para justificar a falta de controlo que se verificava em relação à “*Informação Pública*” por parte das autoridades da Província, os militares mencionavam a ocorrência de dois factos que se observaram em Moçambique. O primeiro surgiu durante a realização de “*uma conversa de mesa redonda aos microfones de uma emissora de Moçambique*”, na qual foram entrevistados quatro intelectuais que fizeram afirmações “*declaradamente antipatrióticas e pacifistas*” que mais pareciam ser próprias de um programa da FRELIMO emitidas numa rádio clandestina. O segundo derivou da suspensão do *Diário de Moçambique*, órgão católico da Beira, após este ter publicado um artigo, no qual atribuía aos soldados e aos oficiais da Força Aérea Portuguesa grande parte dos roubos de automóveis que ocorriam, pois, 90% dos automóveis roubados tinham sido encontrados junto da Base Aérea.¹⁹⁹

O Gabinete para a Informação e Formação da Opinião Pública (GIFOP) em colaboração com os três Ramos das Forças Armadas tinha como objetivo esclarecer a população moçambicana dos problemas que afetavam a Província e de a advertir para a necessidade da existência de uma cooperação entre todos os sectores da sociedade. Com essa finalidade preparou e executou a “*Operação Beta*”, esta operação consistia numa exposição de material capturado à FRELIMO, em sessões de cinema e num ciclo de conferências para diretores e chefes de serviços, administradores de empresas,

¹⁹⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1967), Confidencial, p. 12

¹⁹⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 16

proprietários de empresas de maior vulto, etc. Estas iniciativas foram realizadas nas capitais de distrito da Província e segundo os seus organizadores excederam todas as expectativas, despertando o interesse de todos os sectores da sociedade moçambicana sobre a guerra que decorria neste território: *“Numa carta dirigida a um elemento da RMM, um civil que visitou a exposição em Lourenço Marques afirmava: a guerra para mim só começou no dia em visitei a exposição”*.²⁰⁰ Desta forma, assistiu-se a uma melhoria na colaboração entre os militares da Região Militar de Moçambique e o GIFOP, uma vez que a ação psicológica no Quartel-General da Região Militar era organizada por três oficiais e por um oficial do Exército no GIFOP, o que permitiu uma melhor cooperação entre as autoridades militares e civis no desenvolvimento das atividades de ação psicológica sobre as populações rurais e urbanas. Apesar de se verificar uma consolidação no planeamento e execução das atividades relacionadas com a ação psicológica entre as autoridades militares e as administrativas da Província, os militares eram da opinião de que o trabalho realizado na área da ação psicológica ainda era bastante insuficiente para inverter o sentido da guerra psicológica.²⁰¹

No início de 1969, na análise que realizavam ao estado de espírito da população de origem europeia, os militares consideraram, à semelhança do que se observava na Província de Angola, que existia um *“sector importante da população branca”* não compreendia os sacrifícios que eram executados para manter a guerra, demonstrando *“atitudes inconvenientes”* em relação aos militares. Segundo a descrição de um relatório proveniente da Província de Moçambique observavam-se: *“... atitudes da população civil europeia para com os militares, manifestando uma incompreensão e ingratidão tantas vezes chocantes, considerando-se superiores por ganharem mais, mas, em compensação, atribuindo aos militares vencimentos e regalias que de modo algum correspondem à realidade, e até mesmo não colaborando no esforço que as Forças Armadas vêm realizando. Os filhos dos militares, nos estabelecimentos de ensino vivem em permanente luta com os seus colegas que estão constantemente a*

²⁰⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 37

²⁰¹ *“É nitidamente diminuta, relativamente à actividade do IN e ao campo de acção que se nos apresenta, a acção psicológica realizada no Ultramar. Moçambique considera que apenas se faz 10% daquilo que seria necessário fazer. A razão principal desta insipiência é, fundamentalmente a seguinte: Falta de órgãos da A Psic a nível Nacional, Provincial e mesmo a nível militar, capazes de realizarem um trabalho profundo, persistente e com o volume e a intensidade que a situação aconselha.”*, In Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1968), Confidencial, p. 4

depreciar a acção dos militares, reflectindo, sem dúvida, aquilo que ouvem nas suas casas...”.²⁰²

Em finais de 1969, os “*européus fixados no Ultramar*” principalmente os radicados na Província de Moçambique, tinham conquistado uma “*mentalidade própria*”, em que as atitudes e comportamentos demonstrados colidiam com os interesses que caracterizavam o “*sentimento que residia no íntimo de cada português*”. Este comportamento era, ainda, mais visível nas gerações mais novas, particularmente, nas que tinham nascido em Moçambique. A proximidade de países onde os governos eram constituídos por elementos de raça branca, como na Rodésia e na África do Sul, exerciam uma forte influência sobre a conduta e mentalidade da população de origem europeia moçambicana. Os militares observavam que este conjunto de circunstâncias que influenciava a sociedade civil moçambicana de origem branca, em particular, a que vivia nas regiões onde não se registavam confrontos armados, como era o caso da região de Lourenço Marques e da Beira demonstrava, por um lado, “*alheamento da guerra*”, por outro, “*sentimentos de ingratidão*” pelo esforço realizado pelos militares na prossecução da guerra.²⁰³

Durante o ano de 1970, a população de origem europeia da Província Moçambique só demonstrava interesse pelos problemas causados pela guerra e cooperava com as autoridades quando os seus bens materiais se encontravam ameaçados, caso contrário a indiferença e o desprendimento eram os sentimentos manifestados em relação à guerra e, aos problemas que a mesma causava na sociedade moçambicana.²⁰⁴

No início de 1971, em Lourenço Marques, foi descoberta uma organização de carácter subversivo na Universidade. A orientação política desta organização era antimilitarista e pacifista, ou seja, a sua orientação política era parecida com a das organizações clandestinas que existiam na Metrópole. Esta organização era dirigida por elementos de origem europeia com o apoio e a simpatia de alguns professores. Um dos principais objetivos desta organização era fomentar a deserção entre os militares. Como reação a esta organização surgiu, também, entre os jovens universitários, uma organização denominada “*Frente Nacional Integracionista*”, que procurava realizar sessões de

²⁰² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1969), Confidencial, p. 9, 10

²⁰³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969), Confidencial, p. 3, 4

²⁰⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1970), Confidencial, p. 19

esclarecimento junto dos alunos universitários com a finalidade de explicar a razão da existência da guerra e o porquê do seu prosseguimento.²⁰⁵

No final de 1971, os militares verificavam que a população de origem europeia da Província de Moçambique apresentava, de forma geral, e principalmente nas regiões onde não se verificavam operações armadas, sinais de “*apatia e cepticismo*” face à guerra. Nas regiões onde se registavam operações militares, alguns sectores (comerciantes, camionistas, fazendeiros) da população de origem europeia demonstravam atitudes consideradas inconvenientes e que prejudicavam as ações do âmbito económico e social que os militares conjuntamente com as autoridades civis procuravam desenvolver junto da população autóctone. Da mesma forma que em Angola, a população de origem europeia de Moçambique considerava que a guerra era responsabilidade do Governo Português e que os militares tinham como “*missão única defendê-los contra os negros*”.²⁰⁶

3.3 População autóctone

A Província de Moçambique foi o território ultramarino onde os movimentos emancipalistas conduziram a guerra psicológica de forma mais eficiente e com técnicas mais desenvolvidas. Os elementos da FRELIMO infiltravam-se no meio da população autóctone, realizavam reuniões, vendiam “*cartões da FRELIMO*”, procuravam utilizar em seu proveito a influência que os feiticeiros exerciam sobre a população e, sob o signo da liberdade e da independência, incitavam à revolta contra a população de origem europeia.²⁰⁷

Em 1965, os militares consideravam que, de uma forma geral, a população de origem africana encontrava-se influenciada pela propaganda da FRELIMO, auxiliava e acolhia os seus “*agentes*”. Realizavam-se, em muitas regiões, manifestações de hostilidade contra os europeus. A população autóctone moçambicana demonstrava, por vezes e

²⁰⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1971 (Período de 1º Semestre de 1971), Confidencial, p. 9

²⁰⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (Período: 2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 7

²⁰⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1965), Confidencial, p. 11

em algumas regiões, “ameaças, ditos ofensivos e desrespeito e irreverência” em relação às autoridades portuguesas.²⁰⁸

No final de 1965, no distrito de Tete intensificou-se a propaganda da FRELIMO, os seus agentes procuravam aliciar os jovens que tinham terminado o serviço militar. Na região de Moatize registaram-se comportamentos de rebelião por parte dos nativos. No norte da Província, a FRELIMO ameaçava grupos de indivíduos por eles controlados, que se fugissem os restantes elementos do grupo seriam assassinados. Os militares reconheciam que as missões protestantes davam apoio à FRELIMO. Esta, nas suas atividades de propaganda, procurava eliminar as divergências étnicas que existiam entre as populações autóctones, que segundo os militares, nas suas ações de propaganda que desenvolvia junto das populações evidenciavam um perspicaz conhecimento das mesmas.²⁰⁹

Por outro lado, no final deste período, no norte de Moçambique quando as populações se apresentavam às autoridades civis ou militares, não existia colaboração entre estas no controlo e apoio necessário para conquistar estas populações, ou seja, não havia uma organização que congregasse os esforços dos militares e dos civis com o objetivo de coordenar as atividades necessárias ao sustento e proteção dos autóctones que se apresentavam e ao mesmo tempo que tomassem “*providências no sentido de aproveitar e explorar esta sua atitude*”.²¹⁰

No início de 1966, a fuga da população de várias zonas do noroeste do distrito de Tete e a noroeste da fronteira norte da Província, foi resultado, segundo os militares, da influência exercida pelo movimento emancipalista sobre a população destas regiões. No entanto, a população de algumas regiões colaborava com as autoridades portuguesas, como no caso de Montepuez e Mocuba. Os militares verificavam que no norte da Província a população procurava esquivar-se do contacto com os europeus. Na região da Beira observava-se que, quando os militares saíam dos aquartelamentos em missão, era “*dado o sinal pelo rufar dos tambores e os homens válidos furtavam-se ao contacto com os militares*”.²¹¹

²⁰⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2*, 11 de Setembro de 1965 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1965), Confidencial, p. 5, 6

²⁰⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965), Confidencial, p. 4

²¹⁰ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965), Confidencial, p. 11

²¹¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Março de 1966), Confidencial, p. 8

Ainda neste período, os militares tinham a percepção que, na disputa pela conquista da colaboração e pelo apoio das populações, à medida que o conflito se prolongava no tempo, a FRELIMO patenteava, para além da intensificação de *“volume e intensidade”*, uma preparação cada vez mais eficiente na execução da ação psicológica sobre a população: *“a propaganda IN, além de vir crescendo em volume e intensidade, vai apresentando formas cada vez mais aperfeiçoadas de técnica e execução”*.²¹²

No final de 1966, a FRELIMO procurava, à semelhança do que ocorria nas outras Províncias, conseguir o apoio das mulheres, pois considerava que estas poderiam ter grande influência sobre a conduta dos maridos e dos filhos em relação à guerra.²¹³

Neste mesmo período, os militares em conjunto com as autoridades civis procuravam concentrar a população em aldeamentos, desta forma pretendiam conseguir o apoio e o controlo da população, principalmente no norte da Província, região mais afetada pelas ações dos movimentos emancipalistas. No entanto, os militares reconheciam que, apesar de, *“uma importante percentagem da população estar tocada pelas influências subversivas”*, ainda se registava em várias regiões o apoio ativo de alguns elementos da população às autoridades portuguesas.²¹⁴

No início de 1967, os militares continuavam a verificar que a FRELIMO apresentava *“cada vez mais apurada técnica”* na aplicação da ação psicológica sobre a população. No desenvolvimento das suas ações procurava: promover a unidade dos grupos étnicos; desacreditar a administração portuguesa; fazer crer que a luta era só com as Forças Armadas; fomentava a propagação de boatos com o intuito de criar um clima de tensão e angústia entre a população o que permitia transmitir a ideia de uma subversão eficaz; convencer os militares portugueses, em especial os autóctones a desertar; conseguir o apoio das mulheres e, ainda, demonstrar que os novos aldeamentos onde as autoridades portuguesas procuravam concentrar a população autóctone não eram mais do que *“campos de concentração para mais fácil extermínio da população”*. A FRELIMO, através de agentes infiltrados na população, procurava

²¹² Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6*, 30 de Agosto de 1966 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1966), Confidencial, p. 5

²¹³ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8*, 4 de Abril de 1967 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1966), Confidencial, p. 7

²¹⁴ *“Em Moçambique tem sido realizada uma AP considerável junto das populações nativas, especialmente nas áreas do Norte afectadas pelo terrorismo, através da construção de aldeamentos para controle e protecção dessas populações.”* In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8*, 4 de Abril de 1967 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1966), Confidencial, p. 16

ampliar a sua organização político administrativa por toda a Província, com o principal objetivo de controlo e doutrinação das populações.²¹⁵

Os militares verificavam também, que devido à guerra, as populações autóctones que se tinham refugiado nas matas ou mesmo fugido para os países limítrofes da Província de Moçambique queriam regressar à Província, mas não o faziam por dois motivos. O primeiro motivo devia-se ao *“medo de represálias”* exercidas pelos elementos da FRELIMO, o segundo por medo de serem mortos pelos militares portugueses devido às informações difundidas pela FRELIMO, que procurava passar a ideia de que se a população regressasse seria morta pelos militares portugueses. Neste período, na opinião dos militares, alguns elementos da população que se encontravam nos novos aldeamentos criados pelas autoridades portuguesas forneciam *“alimentação e outros artigos”* aos elementos da FRELIMO. A *“falta de uma conveniente informação e formação da opinião pública”* sobre os problemas que afetavam a Província, provocava nesta pouca resistência à propaganda da FRELIMO e, conseqüentemente, a aceitação dos *“boatos propalados”* por este movimento emancipalista.²¹⁶

No final de 1967, os agentes subversivos da FRELIMO com a utilização da ação psicológica procuravam que a população autóctone se empenha-se mais na luta contra as forças militares portuguesas e pretendiam dar à luta *“um cunho regional”*. Desta forma, procuravam incutir no estado de espírito das populações que *“o homem luta pelas suas realidades (família, terra) e não por uma ideologia vaga”* e este procedimento adequava-se, na ótica militar, àquilo que eram as *“motivações fundamentais do negro”*.²¹⁷

Ainda neste período, os militares reconheciam que a população autóctone se encontrava sob influência de uma propaganda subversiva intensa e bem organizada por parte da FRELIMO. No entanto, consideravam que, apesar da permeabilidade manifestada pela população às ideias deste movimento, era possível manter o apoio da população desde que lhe fossem proporcionadas *“condições de segurança, justiça e progresso”*. Com esta finalidade, os aldeamentos construídos no norte da Província, segundo os militares, foram *“um dos aspectos mais positivos”* na luta contra a subversão, e constituíram uma forma eficaz de afastar as populações das ações dos agentes da FRELIMO. O contínuo esforço que era exercido pelos agentes subversivos

²¹⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 6

²¹⁶ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967), Confidencial, p. 10, 11

²¹⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1967), Confidencial, p. 9

da FRELIMO para procurar eliminar os resultados da concentração da população em aldeamentos confirmava a eficiência dos mesmos para obtenção do apoio das populações às autoridades portuguesas. No entanto, os militares consideravam que, a falta dos “*meios mínimos necessários para a sua manutenção e desenvolvimento*” poderiam provocar a deserção em massa das populações que viviam nos aldeamentos. O agrupamento das populações em aldeamentos para ser eficaz à pressão da ação psicológica desenvolvida pela FRELIMO implicava uma boa localização geográfica, estruturas sociais que possibilitassem boas condições de vida às populações e, principalmente, que a população se sentisse segura. Um dos aspetos mais graves que os militares apontavam para o descontentamento evidenciado pela população autóctone devia-se à falta de qualidade das armas que lhes eram distribuídas para a autodefesa, pois verificavam que o armamento distribuído era muito inferior ao armamento que a FRELIMO disponha para os seus combatentes.²¹⁸

Os militares portugueses, no início de 1968, quatro anos após o início do conflito em Moçambique, consideravam que a “*arma principal*” utilizada pela FRELIMO no seu esforço de guerra e com a qual alcançava os resultados mais compensadores era a Guerra Psicológica. Os militares verificavam que existiam em todo o território moçambicano atividades de aliciamento sobre a população com a finalidade de conseguir o seu apoio. Os agentes subversivos da FRELIMO procuravam, neste período, estender a sua influência às populações que viviam nas regiões de Porto Amélia e Montepuez no Distrito de Cabo Delgado. No distrito de Tete, grande parte da população de origem africana, em especial a situada na área da Morávia, apoiava os elementos da FRELIMO nas suas ações contra o Exército Português. Com o desenvolvimento da ação psicológica sobre as populações, a FRELIMO procurava conseguir o apoio das autoridades tradicionais o que, geralmente, alcançava com algum êxito. No Sul da Província, a cidade de Lourenço Marques estava rodeada por uma “*cintura negra*” de elementos que não estavam ligados etnicamente a nenhuma tribo e que, devido à influência da população negra sul-africana e à emigração, demonstravam um forte sentimento contra a raça branca.²¹⁹

Em meados de 1968, os militares consideravam que na análise do conjunto do território, a evolução da situação psicológica da população era desfavorável às autoridades portuguesas. No entanto, verificava-se uma melhoria na situação psicológica da população em algumas regiões da Província, como a que era observada no distrito do Niassa. No Distrito de Cabo Delgado registava-se um agravamento da

²¹⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10*, 14 de Fevereiro de 1968 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1967), Confidencial, p. 13

²¹⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 8

situação psicológica das populações, o povo maconde era considerado um “*um povo em armas*” e para o qual não se previa uma evolução psicológica favorável à causa portuguesa. Quanto às populações que viviam no Distrito de Tete registou-se um agravamento da contaminação psicológica por parte dos agentes das FRELIMO,²²⁰ em especial nas que se situavam junto à fronteira com o Malawi. O crescimento da influência dos agentes subversivos da FRELIMO sobre a população desta região constituiu um motivo de preocupação para os militares portugueses, pois o apoio da população à FRELIMO, obrigou os militares a reforçar os meios e os efetivos militares na região para manter a segurança quer das vias de acesso como do local onde estava a ser construída a barragem de Cabora Bassa: “(...) *frisa-se que a adesão psicológica destas populações ao IN criaria uma situação gravíssima com necessidade de enormes efectivos e meios e mesmo assim com insegurança permanente do “cordão umbilical” que apoia Tete e as obras de Cabora - Bassa*”.²²¹

Em finais de 1968, as atividades desenvolvidas pela FRELIMO, com o objetivo de conseguir o apoio das populações, eram executadas de forma eficaz. A FRELIMO obtinha o apoio da população moçambicana, embora de forma lenta, conseguia expandir-se um pouco por toda a Província, excetuando nalgumas regiões, como no exemplo do Niassa, onde as autoridades portuguesas mantinham ou então recuperavam o apoio das populações. Segundo os militares e à semelhança do que ocorria em Angola, uma das principais causas do sucesso dos agentes subversivos da FRELIMO junto da população autóctone era o facto da população de origem europeia exercer alguns excessos e abusos de poder sobre a população africana.²²²

Em 1969, a perceção que os militares faziam do estado psicológico da população autóctone não era muito diferente da que tinha sido observada em anos anteriores. De uma forma geral, as populações autóctones apoiavam a facção beligerante que lhes oferecesse maiores garantias de segurança. O maior ou menor acolhimento e apoio aos elementos da FRELIMO por parte da população autóctone dependia, não só, do esforço que esses agentes faziam sobre a população, mas, também, das características de cada uma das etnias, como era o caso dos Macondes que apoiavam este movimento emancipalista, mas no caso dos Ajauas do Niassa apoiavam as autoridades

²²⁰ “(...) o IN intensificou a sua APsic no Norte do distrito de Tete, em Moçambique, de modo a obstar à realização do empreendimento de CABORA BASSA.”, In Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969), Confidencial, p. 2

²²¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11*, 16 de Setembro de 1968 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1968), Confidencial, p. 15, 16

²²² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro 1968), Confidencial, p. 12

portuguesas, e não só por se sentirem mais seguros, mas também, porque que era uma tribo essencialmente moçambicana, que não tinha “*afinidades tribais e religiosas com as tribos fomentadoras da subversão*”.²²³

À semelhança de Angola, em 1970, a população autóctone da Província de Moçambique apoiava a FRELIMO se esta demonstrasse “*força*” suficiente para lhe dar proteção, ou então, quando não era possível às autoridades portuguesas prestar apoio às populações devido às condições geográfica do terreno. Em relação à população autóctone dos centros urbanos, a situação não divergia muito da verificada nas outras Províncias, ou seja, a população revelava sintomas de que era bastante “*permeável à propaganda*” da FRELIMO.²²⁴

No início de 1971, os militares verificavam que elevado número de indivíduos da população autóctone, em especial da população Maconde, ofereciam-se, como voluntários, para fazer parte dos Grupos Especiais (GE), e ao mesmo tempo, demonstravam um “*entusiasmo contagiante*” pela autodefesa. Este comportamento evidenciado pelos autóctones revelava “*um estado de espírito extremamente favorável*” para as autoridades portuguesas. Neste período, registaram-se nos distritos da Zambézia, de Tete e do Niassa, atitudes de resistência em relação às ações desenvolvidas pelos elementos da FRELIMO por parte das populações que se encontravam isoladas. As populações autóctones dos distritos de Lourenço Marques e Tete apresentavam sintomas de acolhimento da doutrina e aceitação da propaganda desenvolvidas pelos elementos da FRELIMO. Em Tete, as populações autóctones evidenciaram, inclusive, uma elevada aceitação das atividades desenvolvidas pela FRELIMO. Os militares portugueses consideravam que este facto se verificava devido à existência de “*deficiências no contacto humano*” entre as autoridades portuguesas e as populações autóctones e, também, pelo facto de não se realizar uma eficiente ação psicológica e uma convincente ação social sobre as populações.²²⁵

Os militares consideravam que para obter a “*conquista e adesão das populações*” autóctones de forma eficaz necessitavam desenvolver uma ação social consistente junto das populações. Neste sentido, as autoridades portuguesas ao longo da fronteira do Rovuma, na região de Cabo Delgado, utilizando a promoção social das populações procuraram organizar um “*tampão humano*” para evitar a expansão da subversão para

²²³ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969), Confidencial, p. 4

²²⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15*, 6 de Novembro de 1970 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1970), Confidencial, p. 19

²²⁵ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1971 (1º Semestre de 1971), Confidencial, p. 10

o interior da Província. Para atingir os seus objetivos, as autoridades portuguesas desenvolveram um plano denominado “*Operação Fronteira*” que consistia na formação de equipas de técnicos com conhecimentos em agronomia, economia, etc., que tinham finalidade construir novas vilas e aldeias a partir das aldeias existentes, deste “*modo a constituir pólos de atracção para as populações*”. Estes novos núcleos depois de devidamente urbanizados, seriam equipados com água, eletricidade, esgotos, postos sanitários, escolas, estabelecimentos comerciais, telefones, TSF, TV, igrejas, etc.. As autoridades portuguesas ao mesmo tempo que, procuravam desenvolver a produção agro-pecuária e da pesca, pretendiam proceder à instalação de pequenas indústrias nesta região.²²⁶

No segundo semestre de 1971, os militares constatavam que, também, a FRELIMO procurava “*politizar as massas populares*”, melhorar o nível cultural dos seus militantes, incentivar o desenvolvimento económico das populações que os apoiavam, combater o tribalismo, consciencializar os seus militantes que luta se prolongaria no tempo, desacreditar o reordenamento das populações realizados pelas autoridades portuguesas nos aldeamentos e, principalmente, desacreditar a ação psicológica executada pelos militares portugueses sobre a população.²²⁷

A população autóctone da Província de Moçambique, tal como em Angola, também, não demonstrava ter atitudes de ódio para com a população de origem europeia, contudo manifestava o seu apoio àqueles que lhes garantissem melhores condições vida e de segurança.²²⁸

No final de 1971, os militares observavam uma aparente melhoria na evolução da situação psicológica na Província de Moçambique, pois segundo eles “*parece detectar-se uma crescente participação voluntária da população na luta contra o terrorismo, o que constitui, certamente, o melhor índice psicológico de evolução favorável da situação*”.²²⁹

²²⁶ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17*, Outubro de 1971 (1º Semestre de 1971), Confidencial, p. 17

²²⁷ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (Período: 2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 4

²²⁸ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (Período: 2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 7

²²⁹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18*, 6 de Junho de 1972 (Período: 2º Semestre de 1971), Confidencial, p. 18

Conclusão

A ação psicológica consistia na aplicação de um conjunto de diversas medidas, com a finalidade de influenciar a opinião, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e comportamentos da população em geral, dos inimigos da Nação e dos próprios militares.²³⁰ Foi este conceito que os militares procuraram implementar na Instituição Militar com a finalidade conquistar, controlar e analisar as opiniões, as crenças e os sentimentos, tanto da população, como dos inimigos da Nação e inclusive dos próprios militares.²³¹

As primeiras análises aos resultados da ação psicológica desenvolvida no seio do Exército surgem no ano de 1965. Os militares consideravam que era de extrema importância incrementar e desenvolver nas Forças Armadas, e em particular no Exército, todas as atividades que envolvessem as questões ligadas ao controlo e conquista das populações.

Os militares do Exército procuraram envolver neste trabalho não só as restantes instituições militares, como as autoridades civis, que consideravam ser as principais responsáveis pela execução da ação psicológica.²³² No entanto, o que se verificou ao longo dos anos em que a guerra perdurou e, sendo constatado e denunciado pelos militares do Exército, foi o afastamento e a pouca receptividade que o tema tinha junto das restantes instituições militares, assim como das autoridades civis com responsabilidades na condução da guerra.^{233 234}

²³⁰ Ministério do Exército, 3ª Repartição, "O Exército na Guerra Subversiva, Volume III – Acção Psicológica", Cap. 1, p. 1

²³¹ "O apoio dessa população é indispensável para a subversão e é também indispensável para o nosso êxito. Em guerra subversiva o terreno de manobra é a população e a conquista da sua opinião o objectivo principal. Constitui, portanto, a chave do sucesso conseguir atrair essa população à nossa causa e contar com o seu apoio insubstituível.", In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1*, 24 de Junho de 1965 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março 1965), Confidencial, p. 28

²³² Ministério do Exército, 3ª Repartição, "O Exército na Guerra Subversiva, Volume III – Acção Psicológica", Cap. 1, p. 2

²³³ "Mantem-se a insuficiência, várias vezes apontada, das estruturas e iniciativas destinadas a contrariar a Guerra Psicológica conduzida pelo adversário", In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5*, 20 de Maio de 1966 (Período de 1 de Janeiro a 31 de Março 1966), Confidencial, p. 16

²³⁴ "Não se estruturou ainda, quer na Metrópole quer no Ultramar o conjunto de organismos que deveriam, de forma planeada e coordenada, responder à Guerra Psicológica que nos é movida.", In

Os objetivos alcançados na conquista e na procura do apoio das populações, quer da metropolitana, como da que vivia nas colónias de origem europeia ou autóctone, raramente obtiveram os resultados positivos pretendidos. O insucesso muitas vezes verificado devia-se, segundo os militares, à falta de colaboração entre as autoridades civis e militares. As atividades desenvolvidas junto das populações no âmbito da ação psicológica que eram da “*nítida competência de órgãos civis*” eram realizadas na maioria das vezes pelos militares.²³⁵

A importância da questão era do conhecimento dos responsáveis pela Apsic, pois nas suas declarações públicas sobre o assunto consideravam que o resultado da luta dependia da atitude demonstrada pelas populações. No entanto, os militares observavam que não estavam a ser concebidas as medidas de natureza psicológica indispensáveis para influenciar a atitude das populações. De facto, o que se observava no terreno em relação às populações ultramarinas, resumia-se a ações esporádicas e isoladas realizadas pelos militares que não obtinham os resultados desejáveis. Do outro lado do conflito os movimentos emancipalistas agiam de forma coordenada, planeada e perseverante e procuravam atingir grandes massas populacionais, o que lhe permitia alcançar melhores resultados nas suas ações comparativamente com os resultados conseguidos pelas ações dos militares portugueses. Este desequilíbrio de forças era observado pelos militares portugueses, pois conheciam perfeitamente a situação, e era considerado como preocupante e atingia negativamente o moral dos militares.²³⁶

Na análise global ao comportamento demonstrado pela população autóctone nos três teatros de operações onde decorreu a guerra pode concluir-se que ao apoio e a colaboração desta população era muito versátil. Estas populações procuravam, acima de tudo, sobreviver à guerra nas melhores condições de vida e de segurança possíveis. A sua colaboração e apoio eram concedidos à força beligerante que lhe proporcionasse, principalmente, essas condições. Por conseguinte, pode afirmar-se que a população autóctone tanto apoiava os militares portugueses como apoiava os movimentos emancipalistas.

Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1968), Confidencial, p. 19

²³⁵ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12*, 1 de Maio de 1969 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1968), Confidencial, p. 19

²³⁶ “*O homem é mais importante do que a arma e daí a necessidade de o doutrinar política e psicologicamente...*”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8*, 4 de Abril de 1967 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro 1966), Confidencial, p. 17, 18.

O comportamento demonstrado pela população de origem europeia que residia em Angola, Moçambique e na Guiné face à guerra colonial e aos militares não era muito diferente de Província para Província. A posição da população era, geralmente, de “apatia” e de afastamento a tudo o que era relacionado com as questões originadas pela guerra e, em muitas regiões não tinha consciência da gravidade do conflito que decorria à sua volta.²³⁷ A guerra só despertava interesse na população de origem europeia quando os seus “bens materiais” poderiam ser prejudicados pela evolução da guerra. Nas regiões onde não existiam conflitos armados, especialmente nas zonas urbanas, alguns sectores da população de origem europeia demonstrava sentimentos de “hostilidade”, “animosidade” e repúdio em relação aos elementos das Forças Armadas.^{238 239}

De uma forma geral, a população de origem europeia e, em especial as gerações que já tinham nascido no continente africano manifestavam uma mentalidade própria, diferente da observada na população da Metrópole. Era esta forma diferente de pensar e este diferente modo de estar na vida que induzia ao desinteresse pela guerra e à demonstração de “ingratidão” pelo esforço que era despendido pelos militares para manter a guerra.²⁴⁰

O prolongamento da guerra no tempo contribuiu para o aparecimento de novos pontos de divergência entre a população de origem europeia e os militares. Para além da apatia, da hostilidade, da indiferença, da animosidade, do ceticismo e de alguns comentários malévolos dirigidos, de forma geral, às Forças Armadas como instituição e aos militares em particular, começou-se, também, a ouvir nalguns sectores da população que a guerra não terminava porque os militares tinham interesse na sua continuidade, pois, a sua participação no conflito permitia-lhes auferir remunerações mais elevadas, o que agravava ainda mais o ambiente de crispação entre militares e civis.

²³⁷ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4*, 15 de Fevereiro de 1966 (Período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro 1965), Confidencial, p. 12

²³⁸ “Em Angola, a população europeia estabelecida fora da zona de actividade terrorista mostra-se indiferente em relação ao conflito e continua a revelar animosidade em relação às Forças Armadas.”, In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6*, 30 de Agosto de 1966 (Período de 1 de Abril a 30 de Junho 1966), Confidencial, p. 7

²³⁹ “A população civil continua a não ser informada, de forma a criar uma ideia real da situação e a agir de acordo com essa situação. É chocante o ambiente de incompreensão e hostilidade em relação às FA.” In Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9*, 29 de Agosto de 1967 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1967), Confidencial, p. 9

²⁴⁰ Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14*, 21 de Agosto de 1970 (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969), Confidencial, p. 3, 4

O comportamento e a atitude da população metropolitana em relação à guerra e a todas as incidências que a mesma tinha na sociedade metropolitana portuguesa sofreram alterações ao longo dos anos em que a mesma se manteve. A postura da população metropolitana no início da guerra colonial era de alguma compreensão para o esforço da Nação com a manutenção da mesma mas, o continuar desta foi transformando a sua atitude e forma de observar o conflito ultramarino. A população, na generalidade, começou a demonstrar sentimentos de apatia, de indiferença e de falta de sensibilidade para os problemas que a guerra causava na sociedade metropolitana.

À medida que o tempo avançava e a guerra colonial continuava, a população metropolitana começou a culpabilizar os custos financeiros que a guerra consumia ao erário público como sendo os principais responsáveis pelo *“aumento vertiginoso do custo de vida”* que arruinava o país e provocava dificuldades na população, pelo aumento da emigração e a conseqüente falta de mão-de-obra que afetava o país e, considerava que a guerra colonial não terminava por interesse dos militares que com a continuação da guerra e a conseqüente participação na mesma lhes proporcionava vencimentos mais elevados.

Os militares como elementos integrantes da sociedade tinham os mesmos problemas e os mesmos anseios que a população. O seu comportamento em relação à guerra, à semelhança dos outros setores da sociedade, também se foi alterando. Para além dos problemas económicos e sociais que os afetavam, também, os problemas que tinham origem na sua condição militar contribuíram para que o seu estado de espírito sofresse alterações com o desenrolar da guerra colonial.

Apesar dos militares responsáveis pela ação psicológica no Exército considerarem *“que muitos militares, embora afetados pelo desgaste físico e moral de vários anos de trabalhos e preocupações”* desempenhavam *“com exemplar dedicação mantendo íntegra a noção de dever e redobrando os esforços para que, apesar de todas as dificuldades, possam honestamente cumprir as missões que lhes são confiadas”*,²⁴¹ as sucessivas comissões de serviço que tinham que fazer no Ultramar, as colocações nas unidades da Metrópole longe da família quando regressavam do Ultramar, o curto período de tempo que permaneciam na Metrópole entre as comissões em África aliadas à incompreensão, à indiferença, à apatia demonstrada, tanto pela população metropolitana como pela população que residia nas colónias africanas e, ainda, com a agravante das afirmações malévolas, termo utilizado pelos militares para descrever a afirmação da população que a guerra só não terminava porque permitia aos militares

²⁴¹ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13*, 16 de Outubro de 1969 (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho 1969), Confidencial, p. 20

conseguir melhores remunerações, contribuíram para o desgaste do estado de espírito dos militares.

As questões que envolviam diretamente a guerra, também, começaram a modificar o estado de espírito dos militares. A eficácia dos resultados alcançados na área da ação psicológica, a falta de cooperação com as autoridades civis, permanentemente denunciadas pelos militares, os problemas internos relacionados com promoções e dificuldades financeiras, nomeadamente na classe de sargentos e a falta de candidatos à Academia Militar que provocou uma exiguidade de quadros na classe de oficiais, foram alguns dos problemas que se manifestaram de forma negativa entre os militares do Exército.

Os militares concluíam que apesar dos seus esforços para implementar as técnicas e processos relacionados com a ação psicológica os movimentos emancipalistas conseguiam melhores resultados na aplicação destes. Facto exposto num relatório da Região Militar de Moçambique onde se afirma: *“Mais do que pelos meios de combate ou características do terreno a subversão tem-se caracterizado fundamentalmente pela preferência dada aos métodos de carácter psicológico sobre os métodos violentos. Continua, assim, a verificar-se que existe uma diferença flagrante entre as nossas acções de guerra e as do adversário. Os objectivos principais de um e de outro não são os mesmos. Enquanto o IN procura essencialmente conquistar e controlar as populações, nós preocupamo-nos, quase exclusivamente, em perseguir e eliminar os bandos terroristas, procedimento que, embora imprescindível, é quase sempre pouco rendoso. Há portanto um desencontro nas acções; não enfrentamos o IN no campo de luta que ele escolheu por lhe ser mais favorável; não lhe impedimos que ele cumpra o plano que traçou. Daqui resulta que nós ganhamos efectivamente os combates, mas a subversão continua implacavelmente a alastrar”*.²⁴²

O crescente descontentamento observado entre os militares acentuou-se em 1973 com a publicação dos decretos-lei nº 353/73 e 409/73. Estes decretos-lei permitiam que *“à preparação académica e a uma carreira de sacrifício sobrepunha-se um critério de idade”*²⁴³ o que provocou entre os militares do quadro permanente, em particular na classe de oficiais, *“mal-estar e inquietação”*.²⁴⁴ Com esta legislação o Governo

²⁴² Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7*, 15 de Dezembro de 1966 (Período de 1 de Julho a 30 de Setembro 1966), Confidencial, p. 16

²⁴³ EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 – 1974), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 6º Volume, *Aspectos da Actividade Operacional Angola – Livro 2*, p. 294

²⁴⁴ Estado-Maior do Exército, 2º Repartição, *Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 21*, Janeiro de 1974 (Julho /Dezembro de 1973), Confidencial, p. 1

procurou solucionar o problema da falta de efetivos, em especial, de oficiais do quadro permanente, contudo, a solução encontrada pelo Governo não foi bem recebida pelos militares que a consideraram injusta e penalizadora para todos aqueles que, ao longo de doze anos defendiam os interesses da Pátria numa luta intensa.

O progressivo descontentamento verificado nos militares provocado pelo desgaste que a guerra lhe causava, a incompreensão manifestada pela população pelos sacrifícios e pelo esforço de guerra suportados pelos militares conjugados com a legislação pouco feliz publicada pelo governo no intuito de resolver a falta de efetivos militares que se verificava, provocou um descontentamento e uma fissura entre os militares e o poder político que só terminou em 25 de Abril de 1974 com a *“Revolução dos Cravos”*, mas que para muitos foi considerada a *“Revolução dos Capitães”*.

Em traços gerais e de acordo com a análise das fontes conclui-se que a guerra colonial foi uma guerra que, apesar das autoridades procurarem que os custos com a mesma não fossem muito elevados, estes, à medida que a guerra se estendeu no tempo, foram aumentando e foram sendo denunciados pela população que os considerava a principal causa do aumento de custo de vida que se verificava no país. O recrutamento militar foi, também, um problema, pois, começou a verificar-se que os jovens não queriam seguir a carreira militar, facto que era constatado pelo pequeno número de candidatos que concorria a Academia Militar e que não preenchiam as vagas existentes para manter os efetivos necessários para manter a guerra. Por fim, pode-se afirmar que a população não aceitou a guerra colonial. No seu início até demonstrou alguma compreensão para a mesma, mas com o decorrer do tempo foram acentuando-se o desinteresse e o alheamento face a guerra colonial.

Fontes e Bibliografia

FONTES

Arquivo Geral do Exército:

Relatórios Periódicos de Acção Psicológica

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 1 (Período: de 01JAN65 a 31MAR65) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 2 (Período: de 01ABR65 a 30 JUN65) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 4 (Período: 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1965) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 5 (Período: 1 de Janeiro a 31 de Março de 1966) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 6 (Período: 1 de Abril a 30 de Junho de 1966) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 7 (Período: 1 de Julho a 30 de Setembro de 1966) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 8 (Período: 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1966) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 9 (Período: 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1967) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 10 (Período: 1 de Julho a 31 de Dezembro 67) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 11 (Período: 1 de Janeiro a 30 de Junho 68) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 12 (Período: 1 de Julho a 31 de Dezembro 68) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 13 (Período: 1 de Janeiro a 30 de Junho 69) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 14 (Período: 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 15 (Período: 1º Semestre de 1970) Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 17 (Período: 1º Semestre de 1971)
Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 18 (Período: 2º Semestre de 1971)
Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 19 (Período: JAN/DEZ72)
Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 20 (Período: JAN/JUN73)
Confidencial

Relatório Periódico de Acção Psicológica nº 21 (Período: JUL/DEZ73)
Confidencial

SUPINTREP - Relatórios Suplementares de Informação

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 1 (Período: de 01 a 31 Dez64)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 2 (Período: de 01 a 31 Jan65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 3 (Período: de 01 a 28 Fev65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 4 (Período: de 01 a 31 Mar65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 5 (Período: de 01 a 30Abr65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 6 (Período: de 01 a 31 Mai65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 7 (Período: de 01 a 30 Jun65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 8 (Período: de 01 a 31 Jul65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 9 (Período: de 01 a 31 Ago65)
Confidencial

Relatório Periódico de Contra-Subversão nº 10 (Período: de 01 a 30 Set65)
Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 11 (Período: de 01 a 31 Out65)
Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 12 (Período: de 01 a 30 Nov65)
Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 13 (Período: de 01 a 31 Dez65)
Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 14 (Período: de 01 a 31
Jan66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 15 (Período: de 01 a 28
Fev66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 16 (Período: de 01 a 31
Mar66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 17 (Período: de 01 a 30
Abr66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 18 (Período: de 01 a 31
Mai66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 19 (Período: de 01 a 30
Jun66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 20 (Período: de 01 a 31
Jul66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 21 (Período: de 01 a 31
Ago66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 22 (Período: de 01 a 30
Set66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 23 (Período: de 01 a 31
Out66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 24 (Período: de 01 a 30
Nov66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 25 (Período: de 01 a 31
Dez66) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 26 (Período: de 01 a 31
Jan67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 27 (Período: de 01 a 28
Fev67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 28 (Período: de 01 a 31
Mar67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 29 (Período: de 01 a 30
Abr67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 30 (Período: de 01 a 31 Mai67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 31 (Período: de 01 a 31 Jan67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 32 (Período: de 01 a 31 Jul67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 33 (Período: de 01 a 31 Ago67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 34 (Período: de 01 a 30 Set67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 35 (Período: de 01 a 31 Out67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 36 (Período: de 01 a 30 Nov67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 37 (Período: de 01 a 31 Dez67) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 38 (Período: de 01 a 31 Jan68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 39 (Período: de 01 a 28 Fev68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 40 (Período: de 01 a 31 Mar68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 41 (Período: de 01 a 30 Abr68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 42 (Período: de 01 a 31 Mai68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 43 (Período: de 01 a 30 Jun68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 44 (Período: de 01 a 31 Jul68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 45 (Período: de 01 a 31 Ago68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 46 (Período: de 01 a 30 Set68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 47 (Período: de 01 a 31 Out68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão do Pessoal Militar nº 48 (Período: de 01 a 30 Nov68) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 1/72 (Período: de 01 a 31 Jan72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 2/72 (Período: de 01 a 29 Fev72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 3/72 (Período: de 01 a 31 Mar72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 4/72 (Período: de 01 a 30 Abr72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 5/72 (Período: de 01 a 31 Mai72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 6/72 (Período: de 01 a 30 Jun72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 7/72 (Período: de 01 a 31 Jul72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 8/72 (Período: de 01 a 31 Ago72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 9/72 (Período: de 01 a 30 Set72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 10/72 (Período: de 01 a 31 Out72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 11/72 (Período: de 01 a 30 Nov72) Confidencial

SUPINTREP de Contra-Subversão nº 12/72 (Período: de 01 a 31 Dez72) Confidencial

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, António Graça de, *“Diário da Guiné”*, Guerra & Paz, 2007;
- Academia Militar [org.], *“A Academia Militar e a Guerra de África”*, ed. Prefácio, 2010;
- AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos, *“Ao Anos da Guerra Colonial 1961 – 1975”*, QuidNovi, 2010;
- ANTUNES, António Lobo, *“Os Cus de Judas”*, Publicações Dom Quixote, 1983;
- BRANDÃO, José, *“Cronologia da Guerra Colonial”*, Prefácio, 2008;
- CAIO, Horácio, *“Angola Os Dias do Desespero”*, 3ª edição, 1961;
- CANN, Jonh P., *“Contra-Insurreição em África 1961-1974. O modo Português de fazer a guerra”*, Edições Atena, 1998;
- CARDOSO, Pedro, *“As Informações em Portugal”*, Edição da Revista Nação e Defesa;
- COTTA, Gonçalves; *“Grito de Angola”*, Lisboa, 1961;
- EME, *“Acção Psicológica – Elementos de Contra Propaganda”*, 2ª Repartição, Lisboa, 1968;
- EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 1º Volume Enquadramento Geral”*, Lisboa, 1988;
- EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 2º Volume Dispositivo das Nossas Forças Angola”*, Lisboa, 1989;
- EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 3º Volume Dispositivo das Nossas Forças Guiné”*, Lisboa, 1989;
- EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 4º Volume Dispositivo das Nossas Forças Moçambique”*, Lisboa, 1989;

EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 6º Volume Aspectos da Actividade Operacional, Tomo 1 Angola – Livro 1”*, Lisboa, 1998;

EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961 – 1974), 6º Volume Aspectos da Actividade Operacional, Tomo 1 Angola – Livro 2”*, Lisboa, 2006;

EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1691-1974, *“Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)”*, Lisboa, 1990;

FERREIRA, João José Brandão, *“Em Nome da Pátria”*, Livros d’ Hoje, 2009;

FORTE, Isabel, *“A Censura de Salazar no Jornal de Notícias”*, Edições Minerva Coimbra, 2000;

GARCIA, Francisco Proença, *“Análise Global de Uma Guerra, Moçambique 1964-1974”*, Prefácio, 2003;

IAEM, *“Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)”*, Edições Atena, 2000;

Junta de Investigações Do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, *“Subversão e Contra-Subversão”*, Lisboa, 1963;

MATEUS, Dalila Cabrita, *“A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961 – 1974”*, Terramar, 2004;

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, *“O Exército na Guerra Subversiva, Volume I - Generalidades”*, Estado-Maior do Exército, 3ª Repartição, 1963;

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, *“O Exército na Guerra Subversiva, Volume III - Acção Psicológica”*, Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, 3ª Repartição, 1963;

NOGUEIRA e CARVALHO, José Victor de Brito, *“Era Tempo de Morrer em África”*, Prefácio, 2004;

NUNES, Adérito Sedas, *“Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”*, Análise Social, Volume XXIV, nº 100, 1988;

NUNES, Adérito Sedas, *“Portugal, sociedade dualista em evolução”*, Análise Social, Volume II, nº 7-8, 1964;

OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *“Guerra Subversiva Subsídios para uma Estratégia de Reacção”* Lisboa, 1965;

PINTO, António Costa (coord.), *“Portugal Contemporâneo”*, Sequitur, 2000;

PINTO, António Costa, MARTINHO, Francisco Carlos Palomares, *“O Corporativismo em Português Estado, Política e Sociedade na Salazarismo e no Varguismo”*, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *“História de Portugal”*, A Esfera dos Livros, 2009;

RIBEIRO, Jorge, *“Marcas da Guerra Colonial”*, Campos das Letras – Editores, S. A., 1999;

ROSAS, Fernando, *“Historia de Portugal, Volume VII - O Estado Novo (1926-1974)”*, Editorial Estampa, 1998;

SILVA, João Céu e, *“Uma longa viagem com António Lobo Antunes”*, Porto Editora, 2009;

SPÍNOLA, António de, *“No Caminho do Futuro”*, Agência - Geral do Ultramar, 1972;

SPÍNOLA, António de, *“País Sem Rumor”*, SCIRE, 1978;

SPÍNOLA, António de, *“Portugal e o Futuro”*, Arcádia, 1974;

TEIXEIRA, Rui de Azevedo, *“A Guerra Colonial Realidade e Ficção”*, Editorial Notícias, 2001;